



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

AMANDA ARAÚJO DA SILVA

**A POLÍTICA DE SEGURANÇA NACIONAL E DESENVOLVIMENTO: UM
PROJETO DA DITADURA MILITAR PARA O TERRITÓRIO FEDERAL DE
RORAIMA (1970-1979)**

Boa Vista, RR

2020

AMANDA ARAÚJO DA SILVA

**A POLÍTICA DE SEGURANÇA NACIONAL E DESENVOLVIMENTO: UM
PROJETO DA DITADURA MILITAR PARA O TERRITÓRIO FEDERAL DE
RORAIMA (1970-1979)**

Dissertação apresentada como pré-requisito para a conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima – UFRR.

Área de Concentração: Sociedade e Política.

Orientador: Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira

Boa Vista, RR

2020

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP) Biblioteca
Central da Universidade Federal de Roraima

S586p Silva, Amanda Araújo da.

A política de segurança nacional e desenvolvimento: um projeto da ditadura militar para o Território Federal de Roraima (1970-1979) / Amanda Araújo da Silva. – Boa Vista, 2020.

113 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras.

1 – Amazônia. 2 – Território Federal de Roraima. 3 – Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. 4 – Ditadura Militar. 5 – Integração. I – Título. II – Vieira, Jaci Guilherme (orientador).

CDU – 351.86(811.4)

AMANDA ARAÚJO DA SILVA

**A POLÍTICA DE SEGURANÇA NACIONAL E DESENVOLVIMENTO: UM
PROJETO DA DITADURA MILITAR PARA O TERRITÓRIO FEDERAL DE
RORAIMA (1970-1979)**


Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Sociedade e Política. Defendida em 31 de agosto de 2020 e avaliada pela seguinte banca examinadora:



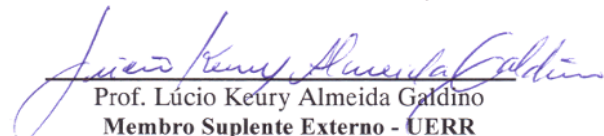
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira
Orientador – PPGSOF/UFRR



Prof.ª Dr.ª Márcia Maria de Oliveira
Membro Interno – PPGSOF/UFRR



Prof. Dr. César Augusto Budolz Queirós
Membro Externo – UFAM



Prof. Lúcio Keury Almeida Galdino
Membro Suplente Externo - UERR

Dedicado à minha amada mãe e avó meus suportes
nessa vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por todos os momentos e percalços superados, que me fortaleceu e guiou nessa árdua caminhada.

A minha amada mãe dona Edilza, que me apoiou nessa jornada, bem como a toda minha família que esteve presente nos momentos em que precisei.

Deixo meus agradecimentos aos colegas de mestrado, pelos momentos vivenciados e pelo apoio daqueles que compartilharam dos momentos difíceis, os quais superamos juntos. E em especial, a Daiane Almeida e Karen Rebecca pessoas que tornaram este mestrado um momento mais que especial.

A minha amiga Celene Farias que sempre esteve presente me apoiando e dizendo que sim, eu iria conseguir concretizar esta dissertação. Obrigada, amiga.

Gostaria de demonstrar aqui meu imenso carinho e agradecimento ao meu orientador, o professor Dr. Jaci Guilherme Vieira, ao qual agradeço por ter aceitado me orientar (trabalho difícil eu sei rs). Agradeço por todas as palavras de conforto, conselhos e dicas para a realização desta pesquisa. Deixo aqui todo o meu reconhecimento ao seu trabalho, saiba que me ensinou muito durante estes dois anos.

Agradeço aos professores e todos aqueles que se encontram envolvidos no andamento do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, que contribuíram para a realização desta pesquisa. Agradeço os ensinamentos e conselhos que foram dados nesses anos de curso.

Meu muito obrigada à Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior/MEC, pela bolsa de estudos, sem a mesma tal pesquisa não teria sido possível.

Portanto, deixo expresso aqui o meu agradecimento a todos que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente durante esta caminhada.

Obrigada!

RESUMO

Com o golpe civil-militar de 1964, ocorreu o estabelecimento de uma nova fase político-econômica e social no Brasil, neste cenário a Amazônia passou a ser considerada como prioridade para o governo nacional, principalmente a partir da década de 1970, devido a questões geopolíticas e econômicas. Com base na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, o governo instituído “legitimou-se”, sustentou-se, e com o apoio em seus preceitos, os projetos e planejamentos para a Amazônia e o Território Federal de Roraima tiveram como tema, o tripé: desenvolvimento, integração e segurança. Em virtude disto, a presente dissertação tem por tema a Política de Segurança Nacional e Desenvolvimento da Ditadura Militar na Amazônia, e especificamente no Território Federal de Roraima entre 1970 a 1979. Esta pesquisa tem o intuito de compreender como ocorreu a implementação dessa política nessa região do extremo norte do país, observando os fatores geopolíticos externos e internos que o inseriram na Política desenvolvimentista do Estado Militarizado e de que maneira suas ações influenciaram na implantação de uma infraestrutura no Território. Enfatizamos este recorte temporal devido ao fato de termos notado um alto conjunto de ações de cunho desenvolvimentista voltado para a região Amazônica e desta forma para o Território Federal de Roraima, recorrendo assim, a um corpo documental, tais como relatórios oficiais, planejamentos, registros governamentais e jornais, além de um rico escopo bibliográfico, na busca para atender aos objetivos propostos deste estudo. Foi possível verificar que esta região consagrou-se na mentalidade do Governo Militar como uma região propícia para um desenvolvimento com base principalmente, na grande empresa privada, seja esta nacional ou internacional, com este objetivo, Roraima se configurou no pensamento geopolítico da época como um grande escoadouro econômico, sendo este o fato das investidas político-econômicas deste Estado Militarizado no Território Federal de Roraima, o que acarretou na dizimação de diversas populações tradicionais, como no caso dos Waimiri – Atroari que praticamente foram dizimados em prol da execução da BR – 174..

Palavras – chaves: Amazônia. Território Federal de Roraima. Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Ditadura Militar. Integração.

ABSTRACT

Due to military civil coup, it was established new economic, social and political period in Brazil. In this scenario, the Amazon region came to be considered as a priority for the national government, particularly in the 1970s, because of geopolitical and economic factors. Based on the politics of National Security and Development doctrine, the new government “legitimized” and upheld itself and with the conductiin on its doctrine, the projects and plans for the Amazon and the Federal Territory of Roraima, had as topic the three bases, development integration and security. According to this fact , the present dissertation has as its main emphasis the National Policy for Security and Development of the Brazilian Military Regime in the Amazon, and specifically in the Federal Territory of Roraima between 1970 and 1979. In order to understand how this policy was implemented in the northern part of the country, observing the external and internal geopolitical factors that inserted itself in the Development Policy of the Militarized State and how its actions influenced the implantation of an infrastructure in the Territory. We emphasize this point for the fact that we have noticed empirically, a high set of development actions managed to the Amazon region and so to the Federal Territory of Roraima. Utilizing a great amount of documents, such as official reports, plans, government records and newspapers, as also a rich bibliographic scope, as a way to provide the objectives of this study. It was possible to verify that this region was identified in the mentality of the Military Government as a region that comes to development based mainly on private sector investimento for national or international companies, following this concept, Roraima was pointed in the geopolitical plans from that time as a great economic route, being this the fact of the political and economic support of this Militarized State in the Federal Territory of Roraima.

Keywords: Amazonia. Federal Territory of Roraima. National Security and Development Doctrine. Military regime. Integration.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área Brasil (1985/2006).....	17
Tabela 2 Densidade demográfica da população Indígena Waimiri – Atroari (1905 – 1987).....	84
Tabela 3 Calendário dos contatos Indígenas durante a construção da BR - 174.....	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Traçado das rodovias Transamazônica e Cuiabá – Santarém.....	39
Figura 2	Mapa da Localização Geográfica de Roraima e suas Fronteiras.....	48
Figura 3	Desenvolvimento e Segurança.....	51
Figura 4	Áreas Interiores de Intercambio Fronteiriço.....	53
Figura 5	Áreas de Ocupação do Território Federal de Roraima.....	58
Figura 6	Escola De Guerra Naval e EMFA em Roraima.....	64
Figura 7	Sede do Campus Avançado de Santa Maria.....	65
Figura 8	Cidade de Boa Vista em 1973.....	70
Figura 9	A vez das Pontes.....	71
Figura 10	O Panorama Visto da Ponte.....	72
Figura 11	Ocupação, Desenvolvimento, Integração.....	78
Figura 12	Uma Nova Caracaráí: Interiorização em Marcha.....	79
Figura 13	Inauguração da Ponte da Integração Rodoviária.....	80
Figura 14	BR – 174.....	82
Figura 15	Desenho kiña.....	92
Figura 16	Implantação da BR – 174.....	113
Figura 17	Implantação da BR – 174.....	113
Figura 18	O Trator Símbolo da Integração	114
Figura 19	Implantação da BR – 174.....	114

LISTA DE SIGLAS

CIA	Central Intelligence Agency
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DSND	Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
DM	Ditadura Militar
EUA	Estados Unidos da América
ESG	Escola Superior de Guerra
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JBV	Jornal Boa Vista
PIN	Programa de Integração Nacional
POLAMAZÔNIA	Programa Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PSD	Partido Social Democrático
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia–
SNI	Sistema Nacional de Informações
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TFR	Território Federal de Roraima
UDN	União Democrática Nacional
UFRR	Universidade Federal de Roraima
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. O Golpe de 1964: Uma ação Civil e Militar	17
2.1 A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento: Um projeto da Escola Superior de Guerra	27
2.2 O Projeto de Desenvolvimento Econômico da Ditadura Militar para a Amazônia.....	36
3. O Território Federal de Roraima	45
3.1 O Território Federal de Roraima num Contexto Geopolítico: O Binômio Desenvolvimento e Segurança.....	45
3.2 II PND: Um Planejamento para o Território Federal de Roraima (1975-1979).....	54
4. O Projeto de Desenvolvimento da Ditadura Militar para o Território Federal de Roraima (1970-1979)	67
4.1 A Política de Desenvolvimento e Segurança no Território Federal de Roraima (1970 – 1979): “A Vez das Pontes”	67
4.2 A Controvérsia do “Desenvolvimento”: A BR 174 um exemplo do Projeto de Segurança Nacional e Desenvolvimento (Desenvolvimento para Quem?)	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	100
DOCUMENTOS	100
LIVROS/TESES/DISSERTAÇÕES/ARTIGOS	102
ANEXOS	107
Anexo A.....	108
Anexo B.....	111
Anexo C.....	112
Anexo D.....	113

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por tema a Política de Segurança Nacional e Desenvolvimento da Ditadura Militar - DM na Amazônia, e especificamente no Território Federal de Roraima - TFR entre 1970 a 1979. Com o intuito de compreender como ocorreu a implementação dessa política nessa região do extremo norte do país, observando os fatores geopolíticos externos e internos que o inseriram nesta Política desenvolvimentista da DM e de que maneira suas ações influenciaram na implantação de uma infraestrutura no território. Enfatizamos esse período devido ao fato de termos notado, um alto conjunto de ações voltadas para a região Amazônica e desta forma para o TFR, durante o período em estudo.

A princípio o interesse por trabalhar esta temática surgiu com leituras sobre o período da DM (1964-1985) no TFR em meados do ano de 2012 durante minha graduação em História, onde foi possível observar que o Estado Militarizado que aqui se implantou, proporcionou algumas transformações nesta região, bem como sua “integração” ao país, sendo essa uma das questões que nos indagou a realizar esta pesquisa. Também pôde ser notado que, a população mais antiga e que vivenciou este período tem uma concepção e relatos diferentes desse momento no território. É a partir dessas noções, que nos interessamos pelas propostas desenvolvimentistas da DM no TFR entre 1970 a 1979, tendo em vista que como notamos estas transformações acarretaram grandes malefícios para as populações tradicionais da região e seu modo de vida, como no caso dos Waimiri – Atroari, onde foi possível notar que em grande parte essa mentalidade dos mais antigos moradores dessa região decorrer em parte devido a um silêncio da mídia do período, bem como dos órgãos civis e militares da época e do discurso do “Brasil Grande”.

Além disso, temos a oportunidade de poder dá prosseguimento ao trabalho já iniciado durante a graduação, cujo título foi *O Segundo Governo Hélio Campos (1970-1974): A Política de Segurança Nacional e Desenvolvimento no Território Federal de Roraima* (2015). Onde o foco da pesquisa foi o segundo governo do Tenente Coronel Hélio da Costa Campos e a Política de Segurança Nacional e Desenvolvimento, com ênfase em sua prática política, com base na segurança nacional.

Desta maneira, este trabalho poderá trazer uma ampliação da perspectiva de análise da DM em Roraima, pois, sua proposta é realizar um estudo acerca da Política de Segurança e Desenvolvimento do governo nacional no TFR, o que posteriormente poderá fornecer aporte para a formação e fomentação de novas pesquisas e temáticas que enfatizem a Política, a

Ditadura Militar e o antigo território, não somente historiadores, mas acadêmicos e docentes de outras áreas que queiram refletir acerca das questões e temáticas aqui explicitadas.

Com este propósito, esta abordagem trará não somente uma visão diferenciada, mas também um componente a mais, em se tratando dos diversos enfoques e ângulos já estudados. Uma vez que ainda podemos notar certa timidez na historiografia roraimense de estudos que envolvam a DM e o TFR. Podendo vir a contribuir no que diz respeito em despertar o interesse da sociedade por trabalhar temáticas da história local, pois muito do que há no estado, como monumentos históricos, a própria elite política atual, a estrutura administrativa do estado de Roraima, decorre de ações tomadas neste período.

Sendo assim, queremos com isso fazer uma abordagem de maneira que possa promover a ampliação do interesse da sociedade sobre a nossa história regional. Além de fazer uma análise das ações sob a ótica não apenas da política local, mas também das ações e objetivos nacionais, inseridos no contexto do estado de Roraima, o que posteriormente pode gerar discussões mais abrangentes sobre o tema.

A presente pesquisa, ao investigar a implementação da Política de Segurança Nacional e Desenvolvimento na Amazônia e especificamente no TFR entre 1970 a 1979, recorre ao campo da Política para um melhor entendimento do objeto em questão. Para tanto, optamos por Norberto Bobbio (2000), uma vez que nos proporciona o embasamento teórico necessário para elucidarmos os objetivos propostos neste estudo.

Segundo Bobbio (2000, p. 159) política é “derivado do adjetivo de *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social”. Então para efeito deste trabalho entende-se política como sendo a resultante da prática humana, a tudo que se refere à cidade, ao Estado. Em seu sentido clássico o termo política tem como seu precursor Aristóteles, graças à influência de sua obra intitulada *Política*.

Sendo assim, a política entendida desta forma está estritamente ligada ao conceito de poder, que segundo Bobbio (2000, p. 160-161), seria:

O poder foi definido tradicionalmente como consistente nos meios para se obter alguma vantagem (Hobbes) ou, de modo análogo, como o conjunto dos meios que permitem conseguir os efeitos desejados (Russel).

Partindo deste pressuposto, será sob esta ótica, que este trabalho elucidará a problemática da presente pesquisa. Além disso, é válido mencionar, que todos os projetos de desenvolvimento direcionados para a Amazônia e conseqüentemente para o Território Federal

de Roraima, ocorreram mediante aos interesses do governo nacional, para alcançar os fins expressos pela DSND, onde se destaca uma relação entre dois sujeitos (no caso desta abordagem, Estado e Nação), que de acordo com Bobbio (2000, p. 161), “um impõe ao outro a própria vontade, determinado o seu, malgrado o comportamento [...]”, sendo, desta forma, a importância do controle do poder pelo Estado fulcral para alcançar suas metas de Desenvolvimento e Segurança.

Embasados nestas questões, dividimos este estudo em três capítulos que encontram-se distribuídos da seguinte maneira. O primeiro capítulo intitulado - **O golpe de 1964: Uma ação Civil e Militar** tem por objetivo discutir e abordar os aspectos que permearam a instauração da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e de que maneira parte da sociedade civil e os militares se aliaram com o intuito de destituir João Goulart do poder com o discurso do “inimigo interno”, visto que neste período Goulart iniciou uma série de restrições aos investimentos de multinacionais e além de estar em significativa efervescência da classe trabalhadora, com a criação de sindicatos rurais e das ligas camponesas, os trabalhadores urbanos se organizando no interior dos sindicatos oficiais e etc. Alves (1989, p. 21) destaca que o período do governo João Goulart foi fértil para a organização da classe trabalhadora, sendo um governo que buscou propiciar apoio aos trabalhadores criando um clima político que “permitia o desenvolvimento de formas de organização mais profundas e efetivas”. O que gerou um clima de conflito que ocasionou na tomada de poder pelos militares e civis.

Com a instauração do golpe de 1964 este Estado para pôr em execução todos os seus propósitos, necessitava de uma base de sustentação para se legitimar e foi com este objetivo que os mesmos se utilizaram da doutrina gestada na Escola Superior de Guerra – ESG a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento - DSND (nos moldes do Brasil). É com este objetivo que no referido capítulo apresentamos o tópico intitulado: A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento: Um projeto da Escola Superior de Guerra. Neste momento buscaremos discutir de que forma esta doutrina serviu como base ideológica e auxiliou na construção dos projetos econômicos, político, bem como de todo um aparato repressivo da DM e de que maneira a ESG formulou tal projeto. Em suma, neste primeiro capítulo temos como último objetivo de análise a partir do tópico: O Projeto Econômico do Estado Militarizado para Amazônia, verificar mediante os planejamentos e projetos para a região amazônica como esta foi sendo inserida como um fator importante para seu plano estratégico geopolítico, onde de acordo com Alves (1989) este seria uma forma de barganha.

Desta forma, nasce todo um projeto de desenvolvimento para a região amazônica, o qual buscaremos apresentar no presente tópico.

No segundo capítulo desta dissertação denominado: **O Território Federal de Roraima**, partimos para questões mais locais, entretanto ainda entrelaçadas ao contexto nacional. Para tanto o mesmo encontra-se dividido em dois subtítulos sendo eles: O Território Federal de Roraima num contexto geopolítico: O Binômio Desenvolvimento e Segurança, onde procuramos analisar como o TFR encontrava-se inserido neste contexto geopolítico Militar, buscando apresentar quais foram os fatores geopolíticos externos e internos que o inseriram na Política de Segurança Nacional e Desenvolvimento e por último o tópico: II PND em Roraima: Um planejamento para o Território Federal de Roraima (1975-1979), no qual buscamos discutir os desdobramentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento direcionados ao TFR, no qual um planejamento específico foi elaborado para esta região, que abarcava diversas áreas e setores importantes para o desenvolvimento econômico desta região. Observado tal fato temos como proposta verificar se tal planejamento em sua parte fora posto em prática, mediante análise dos jornais da época e além do próprio II PND especificamente elaborado para o território.

Com a instauração da DM no TFR este tem por objetivo dotar este território de uma infraestrutura física e administrativa com o propósito de pôr em prática os objetivos de sua política de segurança nacional e desenvolvimento. Partindo de tal perspectiva, nosso objetivo no terceiro capítulo desta dissertação, intitulado **O Projeto de Desenvolvimento da Ditadura Militar para o Território Federal de Roraima (1970-1979)** consiste em discutir e apresentar as nuances desta política nesta região do extremo norte. Para tanto em um primeiro momento optamos por abordar: A Política de Segurança Nacional e Desenvolvimento no Território Federal de Roraima (1970 - 1979): “A Vez das Pontes”, onde temos como proposta tratar a questão da implementação de toda uma infra-estrutura no TFR e seus investimentos direcionados a esta região por meio desta política desenvolvimentista do Estado Militarizado.

Por fim, abordamos o que intitulamos de: A Controvérsia do “Desenvolvimento”: A BR-174 um exemplo do Projeto de Segurança Nacional e Desenvolvimento (Desenvolvimento Para Quem?). Neste tópico temos como proposta abordar a questão da construção da BR - 174 por parte dos militares ligados ao 6º Batalhão de Engenharia e Construção – 6º BEC, verificando de que forma estes exerceram sua prática política frente aos indígenas Waimiri-Atroari e de que maneira estes foram prejudicados por esta prática. Apresentando deste modo a controvérsia desta política de desenvolvimento da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Por isto nos questionamos: Desenvolvimento para Quem?

Capítulo I

2. O Golpe de 1964: Uma ação Civil e Militar

O ano de 1961 inicia, na história brasileira, mais um ciclo de sérios conflitos e controvérsias, que abrangem os campos da economia, da política e do social. A renúncia de Jânio Quadros, nove meses após assumir o poder, em uma estratégia política mal elaborada por parte do então presidente, desencadeou em parte das Forças Armadas, bem como em parte das classes médias e altas, e no governo dos Estados Unidos da América (EUA), um receio às políticas já conhecidas do então vice-presidente João Goulart (Jango). Esse temor foi ocasionado devido a sua proximidade com o populismo, com a classe trabalhadora e também com os sindicatos, além disso, havia aqueles contrários a posse de Goulart pelo medo da implementação do Comunismo no Brasil. Na ocasião, estava em disputa dois projetos bem definidos, os nacionalistas, incluindo até militares e os liberais, ditos como entreguistas e ainda, uma pequena ala das Forças Armadas que se encontrava nesse último bloco, além de uma ascensão da classe trabalhadora tanto no campo, como na cidade.

Neste período, é importante mencionar que, desde meados dos anos 50 e 60, as classes trabalhadoras e rurais, começaram a se organizar politicamente, sendo isso um sinal de perigo para as elites, como também, para o capital estrangeiro, tendo em vista as reivindicações que se encontravam latentes naquele momento. Tais reivindicações se referiam a melhorias de salários, de trabalho, de nacionalização das empresas estrangeiras e a grande questão da distribuição de terra, com a temática da reforma agrária, questões essas, que os empresários, as elites e detentores do poder, não admitiam de forma alguma que fossem realizadas ou colocadas em prática. Como consequência, ainda hoje temos uma elite atrasada, que não discute a importância de uma reforma agrária em um país continental como o Brasil, para termos uma noção disso, de acordo com o censo agropecuário de 2006, a estrutura agrária no Brasil ainda “continuam a caracterizar a manutenção da desigualdade na distribuição de terra” (IBGE, 2006, p. 107).

Tabela 1 - Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área Brasil - 1985/2006

Estrato da área	Área dos estabelecimentos rurais (há)		
	1985	1995	2006
Total	374 924 421	353 611 246	329 941 393
Menos de 10 ha	9 986 637	7 882 194	7 798 607
De 10 ha a menos de 100 ha	69 565 161	62 693 585	62 893 091
De 100 ha a menos de 1000 ha	131 432 667	123 541 517	112 696 478
1000 ha e mais	163 940 667	159 493 949	146 553 218

Fonte: (IBGE. Censo Agropecuário 2006, p. 107).

De acordo com os dados do censo e como podemos observar nos dados fornecidos pela tabela acima, enquanto os grandes proprietários com estabelecimentos rurais com mais de 1000 ha concentram mais de 43% da área total ocupada, essa porcentagem muda bruscamente no quantitativo de estabelecimentos, onde estes se apresentam apenas com 0,91%. Por outro lado, os estabelecimentos rurais com menos de 10 ha ocupam menos de 2,7% da área ocupada, essa proporção se altera em seus números de estabelecimentos, onde esses concentram um percentual acima de 47%. Podemos perceber com isso, como a distribuição de terras no Brasil é desigual (IBGE, 2006).

Naquela época, podiam ser eleitos presidente e vice-presidente de partidos diferentes/opositores e foi desse modo que ocorreram as eleições de 1960. De acordo com Aline Prado Atassio (2007), a renúncia de Jânio Quadros foi recebida pelos militares com grande pesar, visto que a caserna apoiara a sua candidatura, depositando no então presidente, suas esperanças na resolução dos problemas nacionais e o futuro do país. Tal fato foi primordial para os primeiros sinais de uma tentativa de um primeiro golpe, que se tratava do impedimento a João Goulart de assumir seu cargo de Presidente da República.

Na perspectiva dos militares,

[...] o vice-presidente não tinha condições de assumir o governo, dado que era fraco, primário, despreparado politicamente e submisso ao cunhado, o governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, devido às suas ligações estreitas com os pelegos comunistas, à sua demonstração de muito entusiasmo e admiração pelos regimes da Rússia e da China, durante sua visita a esses países, ao fato de que a sua presença no governo estimularia movimentos de greve e agitações sociais, e de que as Forças Armadas seriam transformadas em milícias, enfim, o País correria graves riscos com a sua posse (ATASSIO, 2007, p. 48 apud MOTTA, 2003, T. 5, p. 31).

Podemos observar, que em parte o pensamento militar encontrava-se principalmente estruturado, no medo de um possível levante por parte das classes menos abastadas da sociedade, o que já vinha ocorrendo por meio dos crescentes números de sindicatos, das ligas camponesas que na região do Nordeste, majoritariamente, encontravam-se em luta para ter o acesso à terra. Nessa época, era tido como crucial, a manutenção da hierarquia e da disciplina dentro das Forças Armadas, o que para os militares, João Goulart insultava gravemente.

Atassio (2007) destaca que não era a primeira vez que os militares eram contrários a Goulart, sendo ele alvo de preocupações por parte dos militares. Segundo a autora, quando Jango foi Ministro do Trabalho no governo Getúlio Vargas (1951-1954), ele elaborou a proposta de aumento em 100% do salário mínimo, tal fato resultou em um manifesto por parte

dos militares, intitulado “Memorial dos Coronéis¹”. Esse manifesto foi encabeçado por Golbery do Couto e Silva, nele era afirmado o descabimento de tal pretensão, uma vez que, o salário mínimo ultrapassaria o rendimento de um segundo-tenente das Forças Armadas, o que seria prejudicial a elas. É válido mencionar, que esse manifesto é caracterizado por ser o primeiro documento escrito dos militares no segundo governo democrático de Getúlio Vargas (1951-1954), que resultou na queda de João Goulart e no seu estereótipo de político de esquerda, sendo “a posição dos militares de alta patente com relação a Goulart já [...] definida desde os anos 50 e não mudaria nos próximos anos” (ATASSIO, 2007, p. 49).

Em meio a agitações e divisões de opiniões², tanto dentro das Forças Armadas, como no meio civil, João Goulart, em 7 de setembro de 1961 assume o poder, em um sistema Parlamentarista, obstáculo colocado por seus opositores na época, com objetivo de diminuir os poderes de Jango, mantendo-o assim sob “cabresto”. James da Costa Batista (2018) destaca o fato de que o poder não se encontrava com Jango, e sim com Tancredo Neves, empossado Primeiro Ministro.

Na perspectiva dos pesquisadores do relatório *Projeto Brasil Nunca Mais* (1985), tal atitude ocorreu devido a receios dos militares de uma provável guerra civil, por esse motivo, eles optaram, de mal grado, pelo estabelecimento do sistema parlamentarista, dessa maneira, “encontraram, assim, uma forma de torpedear as pretensões reformistas do presidente, com a força da esmagadora maioria que os setores reacionários mantinham no parlamento através do PSD e da UDN”. Tal sistema vai prevalecer até janeiro de 1963, quando João Goulart, a partir de articulações políticas, apoio popular e das esquerdas, consegue a volta do sistema presidencialista.

É interessante fazermos uma ressalva, em relação à abordagem realizada pelos pesquisadores da Arquidiocese de São Paulo quanto a sua fala em que eles relatam que os militares “optaram” pelo sistema parlamentarista. Na realidade, fora o Congresso Nacional que se utilizou dessa proposta de conciliação, arquitetada por Tancredo Neves, para “solucionar” a crise acerca da posse de João Goulart, dessa forma, os militares tiveram que aceitar a proposta do congresso, não sendo portanto uma “opção” por parte deles.

¹Sobre este assunto ver: SÉRGIO, Lamarão. Manifesto dos Coronéis. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-coroneis>.

²A esse respeito destas questões ver: ATASSAIO, Aline Prado. **A Batalha pela Memória: Os Militares e o Golpe de 1964**. São Carlos, 184f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

Durante seu governo João Goulart sofreu intensa oposição política, que tinha por intuito desestabilizar sua administração, caracterizando-o e apresentando-o à sociedade como um inapto, corrupto e totalmente influenciado pelas esquerdas, o que de acordo com o historiador Jorge Ferreira (2011), não condiz com a clara realidade, apesar de Jango na grande maioria das vezes, permanecer em “cima do muro” em decorrência de sua política conciliadora.

Em virtude disso, nesse momento, o intuito consiste justamente em observar como essa aliança civil-militar foi se estabelecendo e de que forma foi apresentada pela historiografia e pelos próprios militares, tendo em vista que, na concepção da caserna, por exemplo, o apoio estrangeiro foi de fato uma figura secundária ou nula, como os próprios destacam.

Partindo dessa perspectiva, Ferreira (2011) e Carlos Fico (2004) compartilham visões semelhantes no que condiz ao papel que a historiografia vem destacando para os agentes do golpe civil-militar de 1964, personificando apenas versões dualistas. Ferreira (2011) menciona que os estudos historiográficos tradicionalmente destacam certa ênfase ora para a estrutura ou ora em um único agente, esquecendo das redes que permitiram e apoiaram o 31 de março de 1964. Sendo muitas das vezes, apenas relegada a “culpa” de tal fato, à figura de João Goulart, tanto pela direita, como pelos liberais e também pela própria esquerda.

Em *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964* (2011), Jorge Ferreira realiza uma interessante análise acerca do governo João Goulart. Utilizando-se de diversos autores, Ferreira vai contrapondo os diversos olhares acerca desse momento da história brasileira, ficando claro, como dito anteriormente, essa tradicional visão desse período como apenas um agente sendo o responsável para o desfecho de 1964, seja ele nacional ou estrangeiro, tendo em vista, a interpretação da *Grande Conspiração*, concepção essa em que apenas o ator externo é culpado.

Nessa interpretação, se alijam da história a atuação dos atores internos da sociedade brasileira, que ao longo dos anos de 1961 até 1964, foram cooptados pelos grandes meios de propagandas e instituições civis e militares, como a Escola Superior de Guerra (ESG), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), onde civis de classes altas, eram integrados aos seus cursos de formação e discussões políticas.

O documento *Projeto Brasil Nunca Mais* da Arquidiocese de São Paulo (1985), nos dá subsídio ainda para afirmar da participação de clérigos da Igreja nesses cursos. Entretanto, a abordagem que os pesquisadores da Arquidiocese realizam no que condiz a essa questão, pode

ser caracterizada como um tanto silenciosa, apesar da CNBB ter se distanciado, desde sua criação em 1952, das elites conservadoras deste país, transformando-se em uma instituição autônoma dando apoio às causas dos trabalhadores, tanto rurais, como urbanos.

Observamos que desde o início, quando Jango assumiu o poder, a conspiração já se encontrava em gestação contra seu governo e política (as reformas de base – discutidas e aprofundadas por Celso Furtado³), onde o presidente tinha por ideal realizar mudanças nas áreas:

Bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas e a Legalização do PCB (*Partido Comunista Brasileiro*). O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas (FERREIRA, 2011, p. 351-352).

É com base nestes ideais reformistas e principalmente no tocante ao capital estrangeiro, que a aliança civil⁴-militar vai se formando e propagando seu discurso com a sociedade, apresentando tais propostas como esquerdistas e porta de entrada para o comunismo, no qual João Goulart transformaria o Brasil em uma república socialista ou trabalhista, como os militares a chamavam.

Na análise de Ferreira (2011) a conspiração contra o governo João Goulart iniciara com sua ascensão à presidência, entretanto, como já fora exposto neste trabalho, Goulart sofrera ataques dos militares desde a renúncia de Jânio Quadros, momento que de fato podemos afirmar que se iniciou a conspiração contra as instituições democráticas.

Com a volta ao presidencialismo, em 3 de janeiro de 1963, Goulart tenta, como destaca autores como Batista (2018), Fico (2004) e Ferreira (2011), uma política em que fosse evitada a radicalização. O exemplo disso foi o seu “novo ministério empossado, procurando apoio do centro político”, dessa forma, “a estratégia procurava conciliar medidas de estabilização econômica com propostas reformistas” (FERREIRA, 2011, p. 362).

Fica claro que não fora uma ação política dado ao sucesso, observado que encontrava-se em meio a uma crise econômica, crise na dívida externa, níveis inflacionários altos e as medidas direcionadas ao Brasil por parte dos norte-americanos, com cortes e pressões para

³ Sobre o tema ler: IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. 4ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. p. 207-220.

⁴ É relevante deixarmos claro que quando nos referimos a participação civil na instauração da Ditadura Militar no Brasil, encontra-se ligado principalmente a classe empresarial e alta da sociedade que detinham o medo na perda de suas vantagens econômicas e sociais. Haja visto a reivindicações das classes menos abastadas (rurais e da cidade), bem como as propostas político, social e econômica de Jango.

concessões de ajudas monetárias. A postura assumida por Goulart foi alvo de duras críticas, nessa perspectiva, somente com arrocho salarial e medidas combativas aos sindicatos e trabalhistas a balança seria equilibrada novamente, atitude essa que o então presidente se negou a tomar.

O primeiro abalo a seu plano político nesse período, veio como consequência do Plano Trienal, formulado por Celso Furtado, ministro extraordinário do planejamento. O plano tinha por objetivos combater a inflação e colocar em ação as reformas, principalmente a agrária. Ferreira (2011) discorre que o plano tentava conciliar medidas ortodoxas e estruturalistas. E que para o seu sucesso, Goulart necessitava de um amplo diálogo entre esquerda e direita, o que de fato Jango tentou, entretanto, encontrou resistência de ambos os lados.

Com essa medida, João Goulart começou a ser isolado no governo pelas esquerdas, que o apoiara na Campanha da Legalidade e no Plebiscito de 1963⁵ (responsável para o retorno do sistema presidencialista). Nesse momento, ele começara a sofrer grande oposição das Ligas Camponesas, sindicatos, partidos e principalmente da figura de Leonel Brizola, além é claro da constante oposição da direita e seus aliados civis e estrangeiros.

Na análise de Ferreira, podemos observar que tais conflitos foram fortalecendo o crescimento da coalizão civil-militar, devido ao constante desequilíbrio em que o país se encontrava. Mas daí nos questionamos, como foi organizado esse arco de alianças entre civis, militares e estrangeiros?

Na pesquisa de Atassio (2007), intitulada *A Batalha pela Memória: Os Militares e o Golpe de 1964*, o objetivo principal é apresentar o ponto de vista dos militares por meio da *Coleção História Oral do Exército -1964: 31 de Março – O Movimento Revolucionário e sua História*, essa obra vem buscando romper com o estereótipo já consagrado acerca do golpe civil-militar de 1964. Para isso, a coleção se utiliza de um arcabouço de entrevistas, com o intuito de a partir das memórias apresentadas pelos militares, construir uma nova perspectiva sobre a ruptura da democracia em 1964 e seu desenrolar.

Nota-se que os militares se engajaram para formar uma memória “positiva” quanto a seu movimento para tomada do poder. Podemos perceber que o ponto fulcral de seus discursos consistia primordialmente na acusação de João Goulart como comunista e condizente com os

⁵ Ver: FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** 4 ed. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

movimentos sindicais, rurais e culpado pela subversão que se encontrava ocorrendo entre os oficiais das Forças Armadas.

Para a autora, os militares apresentam em seus discursos a ideia de que o medo em relação aos crescentes movimentos sociais, não era devido ao fato desses movimentos estarem progredindo e se pondo frente às políticas do governo, atribuindo suas atitudes a uma demonstração de descontentamento, e sim por que se apresentavam como uma expressão de aumento das forças de pressão e na concepção deles, de poder frente ao governo.

Nessa perspectiva, as instituições militares começaram a contar em suas estruturas com a participação de civis, na grande maioria de empresários e membros da classe alta. Dentre essas instituições, a ESG destacou-se nesse cenário, não apenas por ser importante para a formação dessa aliança civil e militar, mais primordialmente, por dotar estes de uma Doutrina que inseriu o conceito de guerra interna, onde o perigo não consistia em um ataque externo e sim pelo “inimigo interno – o comunismo”.

Acerca do assunto, Atassio (2007, p. 67) discorre:

Pensando nisso, a ESG passou a desenvolver estudos sobre a vida política, social e econômica do país. O desenvolvimento da nação havia se tornado um assunto tão importante quanto a defesa, e o binômio segurança-desenvolvimento era lema da Escola. A participação de civis na ESG contribuiu para que o imaginário militar anticomunista fosse compartilhado com a sociedade.

Os estagiários, como eram chamados os estudantes civis e militares da ESG, foram responsáveis não apenas por propagar a ideologia anticomunista na sociedade, diversos deles ocuparam cargos de alta chefia no período pós-64, caracterizando-se assim como um órgão de treinamento de pessoal estratégico para o Regime Militar (ALVES, 1989; ATASSIO, 2007; ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

Observamos, na pesquisa desenvolvida por Atassio (2007), que na visão dos militares envolver os civis na conspiração do golpe de 1964 era uma estratégia para legitimar seus discursos e além de validar o golpe e dar um caráter popular ao mesmo. Podemos notar com base na autora, o quanto os militares, a partir de suas entrevistas, demonstravam o desejo da sociedade da intervenção militar no cenário político da época, observando que eles jamais ficaram alheios ao governo.

Os Institutos de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foram palcos importantes para a formação da aliança civil - militar para a conspiração de 1964, inicialmente porque promoveram uma gama de propagandas contra o

governo, além de financiarem diversas atividades correlatas. Segundo René Armand Dreifuss (2008) e Carlos Fellipe de Oliveira (2008), o Instituto é resultado da fusão da organização de grupos empresariais com o interesse multinacional, grupos esses que giravam em torno do eixo Rio de Janeiro - São Paulo – Minas Gerais.

Para Dreifuss (2008), esse complexo representava os interesses políticos dos grandes empresários, o que ele denomina em seu livro *1964 A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, de elites orgânicas. Essas elites foram responsáveis por propagar um discurso de anticomunismo e antipolíticas reformistas do então presidente João Goulart, inicialmente, por meio de distribuição e publicação de “folhetos e livretos, patrocinando palestras, financiando viagens aos Estados Unidos para aqueles estudantes que se enquadravam em seus argumentos” (OLIVEIRA, 2008, p. 4).

Com isso, o objetivo do IPES e IBAD era segundo Dreifuss (2008, p. 173) “agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração”, tendo em vista as grandes perdas financeiras que teriam, caso os planos políticos de Jango fossem postos em prática. O apoio multinacional a esse complexo ocorreu por diversas vias, Oliveira (2008) destaca que além de recursos financeiros, o apoio se caracterizava ainda, pela orientação que era fornecida pela estreita relação que tinham com a CIA.

De acordo com o autor, tais ajudas eram fornecidas, com o objetivo de assim conseguirem persuadir e influenciar eleições, ditar diretrizes ao Congresso e dessa forma desestabilizar o governo vigente. É claro na obra de Dreifuss (2008, p. 177), que o IPES e o IBAD correspondiam ao que ele denomina de “um verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar”.

Apesar da negação por parte dos militares de apoio estrangeiro ao golpe, sendo essa interferência apenas caracterizada, muitas vezes, como nula, os norte-americanos sempre estiveram presentes no desenvolvimento de ações que viessem a desestabilizar o governo, seja por meio de ajudas financeiras, como fora feita ao IPES e IBAD, bem como por meio de materiais de armamentos e outros que fossem necessários caso uma guerra civil se instalasse, quando o golpe se aproximava de seu desfecho (DREIFUSS, 2008; FERREIRA, 2011; OLIVEIRA, 2008; ATASSIO, 2008).

Pedro Henrique Pedreira Campos (2017), em sua obra *“Estranhas Catedrais” As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*, destaca em seu quarto capítulo

que o descontentamento entre os grandes empreiteiros em relação ao governo de João Goulart não era de todo forte, muitos deles encontravam-se contentes com a política, com os setores de construção, principalmente “com o abandono do Plano Trienal e suas metas de austeridade fiscal”, onde dessa forma, diversos recursos foram destinados ao campo da infraestrutura (CAMPOS, 2014, p. 311).

Observamos que na análise do autor, a grande cisão entre estes empreiteiros/empresários veio a ocorrer após 1964. O autor discorre:

[...] empresários mais ligados ao capital internacional, como os dirigentes da Metropolitana, estiveram envolvidos diretamente na articulação da ação empresarial-militar. Por outro lado, uma aparente maioria do empresariado do setor parece não ter se envolvido na ruptura da ordem legal e inclusive virou alvo de retaliação e alijamento do poder no primeiro governo da ditadura (CAMPOS, 2017, p. 311).

Essa divisão de opiniões era algo comum nesse momento de conflitos e crises, mesmo dentro das Forças Armadas, havia uma grande divisão de opinião acerca do golpe de Estado. Entretanto, na sequência dos fatos que vão se desenrolando no governo João Goulart, a partir do Comício na Central do Brasil, a Rebelião dos Marinheiros e a reunião no Automóvel Clube, são considerados de acordo com Atassio (2007) e Ferreira (2011), como o “start” para o desencadear do 31 de março de 1964.

Observamos que na análise de Atassio (2007), na concepção dos militares, o divisor de águas para o golpe civil-militar de 1964, foi o comício na Central do Brasil, ocorrido no dia 13 de março, momento considerado como uma afronta às Forças Armadas, em decorrência principalmente da presença do Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro. Nesse momento, nas palavras dos militares, não havia mais lugar para indecisos no que se referia à deflagração do golpe.

Sobre esse momento, Ferreira (2011) aborda uma perspectiva de que Atassio (2007) não tem intenção em mencionar ou retratar esse evento que serviu para fortalecer a aliança entre as esquerdas e dessa forma, assim nas palavras do autor, “selando” sua estreita relação com o presidente, o que gerou uma grande oposição às reformas de base, por parte dos capitalistas. Nesse momento, ambos os autores concordam que acabara a política de conciliação e João Goulart escolhera um lado e a campanha pró-reformas de base, e ele tentaria colocar em prática seu plano.

Após o Comício na Central do Brasil, no dia seguinte, ocorreu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, tal movimento aconteceu em conjunto entre membros das classes médias e a Igreja, e na perspectiva de Ferreira (2011) não fora visto como algo que poderia prejudicar

ou acirrar os ânimos pelas esquerdas, entretanto, em perspectiva contrária, notamos na pesquisa realizada por Atassio (2007) que a Marcha foi vista pelos militares como o sinal para a ação golpista e como legitimação do apoio popular às Forças Armadas.

Além do mais, é possível observar nesse momento, o quanto o arco de alianças entre civis e militares estava avançando. O papel desempenhado pela mídia nesse momento para o crescente avanço dessas alianças foi primordial, onde por meio de jornais e rádios houve uma intensa propaganda anticomunista e também contra as ações políticas e ao próprio presidente.

Colocada como o que viria a ser a maior crise do governo Goulart, a Revolta dos Marinheiros foi a consequência da proibição, por parte do Ministro da Marinha, Sílvio Mota, da realização do ato comemorativo do segundo aniversário da Fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, por parte dos subalternos da Marinha.

Esse evento que inicialmente detinha caráter comemorativo, após a negativa do ministro para a realização das comemorações, passou a deter rumos reivindicatórios, que de acordo com Ferreira (2011, p. 387), eram solicitadas medidas que abrangiam o “reconhecimento oficial da entidade, a melhoria das condições de vida e alimentação digna nos navios”. Entretanto como consequências, o ministro Sílvio Mota, solicitou a prisão dos dirigentes da associação e posteriormente no dia das reivindicações que ocorreriam no Sindicato dos Metalúrgicos, mandou prender os organizadores do evento, vivos ou mortos.

Os colegas de fardas dos marinheiros negaram-se a realizar as prisões e dessa forma, em um ato de apoio aos subalternos, aderiram ao movimento. Para piorar a situação, João Goulart mandou não atacarem os revoltosos e ainda não os “puniu”, como mandava o código militar. Considerado como a maior baderna das instituições militares, tal fato foi uma desonra para a hierarquia e disciplina das Forças Armadas. É possível observar, que esse momento foi visto como grande afronta aos seus balizares (FERREIRA, 2011; ATASSIO, 2007).

Esse evento, juntamente com o discurso do presidente João Goulart, no dia 30 de março, no Automóvel Clube, em que ele denunciou a constante desestabilização por parte do que chamou de “uma minoria privilegiada e eternos inimigos da democracia” e ainda abordou a questão da disciplina, falando aos sargentos das Forças Armadas para fundarem sua disciplina no respeito mútuo, tais fatos acabaram desencadeando no dia 31 de março, o golpe civil-militar de 1964 (FERREIRA, 2011, p. 390).

Em suma, nessa perspectiva, podemos observar que com ascensão de Goulart ao cargo de presidente da república, uma aliança civil-militar foi se estabelecendo ao longo das crises

por qual perpassou o seu governo. Na visão dos militares, o apoio popular era extremamente necessário para legitimação do sistema de governo que viria a se estabelecer, apoio esse que vinha dos grandes empresários ligados aos interesses multinacionais, das classes médias, da Igreja, que em um primeiro momento se viria no combate ao comunismo (ou poderíamos falar em uma ala da Igreja Católica), da imprensa, como também, do apoio norte-americano.

É interessante mencionarmos, que os militares tentam a partir de sua historiografia desmitificar o apoio estrangeiro na deflagração do golpe de 1964, para eles, aqueles que alegam a participação dos norte-americanos nos preparativos do golpe civil-militar têm como objetivo denegrir e os colocá-los como subjugados aos interesses internacionais. Na análise de Ferreira (2011), um dos motivos que fizeram com que João Goulart não reagisse ao golpe, foi justamente o medo por parte do então presidente, que caso reagisse e houvesse uma guerra civil, ela teria a participação de estrangeiros em solo nacional.

Concluindo, verificamos que a maior parte da historiografia apresenta um consenso de que os civis no dia 31 de março estabeleceram um novo sistema de governo no Brasil, em conjunto com os militares é que essa aliança não tinha a princípio, a ideia das proporções do que viria a acontecer na história brasileira. O Estado Autoritário que se estabeleceu após o dia 31 de março de 1964, contou para a sua legitimação e suporte com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento - DSND, que foi desenvolvida ao longo de 15 anos na Escola Superior de Guerra - ESG. A seguir, temos por objetivo, apresentar como essa doutrina foi desenvolvida e como influenciou as políticas dos governos militares pós-64.

2.1 A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento: Um projeto da Escola Superior de Guerra

Com o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, os rumos que seriam percorridos pela política brasileira ainda se encontravam em discussão. O grupo militar que desencadeou a ação golpista não era coeso, sendo assim, após o desencadear dos fatos, estes se preocuparam em resolver a indefinição de que grupo se estabeleceria no comando do Estado.

Segundo a Arquidiocese de São Paulo (1985, p. 53),

Vence o grupo liderado por Castello Branco, não propriamente por ter jogado o papel mais central na ação golpista, e sim por ser o único portador de uma proposta global para a sociedade, estruturada a partir da década de 50 na Escola Superior de Guerra, proposta que passou a ser conhecida por Doutrina de Segurança Nacional.

Partindo disso, para compreendermos as bases ideológicas que sustentaram a DM (1964-1985) e que direcionaram as decisões do governo central e local no âmbito do TFR, é importante destacar alguns pontos acerca da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento - DSND, princípio que serviu como base para a consolidação e sustentação do novo sistema político brasileiro.

Segundo Nélvio Paulo Dutra Santos (2013) e Mendonça Neto (2011), a DSND, foi fruto da Guerra Fria⁶ e do alinhamento do Brasil com o bloco Ocidental liderado pelos Estados Unidos. Ainda sob o mesmo ponto de vista, vale frisar que tal doutrina visava por parte do Estado Nacional um “extenso mecanismo de controle da sociedade, dos sindicatos, dos partidos políticos e da imprensa, exercendo controle da informação de massa, através da censura, e de propaganda oficial” (MENDONÇA NETO, 2011, p. 13).

Nessa perspectiva, é de suma importância compreendermos a princípio, o ambiente em que essa doutrina fora formulada e quais influências a instituição que a propagou recebeu e estabeleceu contato. De acordo com Antônio de Arruda (1983), data de 1942 a origem remota da ESG, que se encontrava relacionada ao Curso do Alto Comando, que pela Lei de Ensino Militar destinava-se a generais e coronéis. Entretanto, é apontado pelo autor que até 1948 tal projeto hibernou, período no qual surge o que o autor chama de primeira ESG. Nesse período “a primeira ESG” tem por objetivo realizar o que a Lei de Ensino Militar pregoava o Curso de Alto Comando, que a partir desse momento passa a ser destinado às três Forças Armadas.

O ano de 1948 é relevante para o surgimento da ESG, com as feições que possuiu em 1964, devido a dois fatores. Primeiramente, devido ao clima político da época, de fim da Segunda Guerra Mundial juntamente com a possibilidade de um novo confronto. Em segundo lugar, tem-se a visita do General César Obino, então chefe do Estado Maior, a instituição militar norte-americana *National War College*, onde o general trouxe inspirações e auxílio norte-americano para a fundação da instituição brasileira. Os militares brasileiros negaram veementemente a influência, ou mesmo uma possível cópia do modelo norte-americano na formulação dessa doutrina, eles expõem que tal instituição serviu apenas como “inspiração”.

⁶ O período compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial até 1991 é denominado pela história como Guerra Fria (1945-1991). Foi o momento em que o mundo se encontrou dividido entre duas superpotências: os Estados Unidos (EUA) – Capitalista e a União Soviética (URSS) – Socialista. Segundo Eric Hobsbawm (2012, p.224), “a peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo eminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas, sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial”.

Em análises realizadas nas publicações da Revista da Escola Superior de Guerra observamos certa contradição entre alguns autores, no que concerne ao auxílio norte-americano dado para a criação da instituição. Arruda (1983, p. 113) afirma que “[...] os americanos gentilmente ofereceram uma missão militar para apoiar a implantação da nossa Escola, o que foi aceito”. É válido frisar, que os artigos que compõem a revista, são escritos por civis e militares que fazem parte do corpo da ESG, sendo assim, a presença deles em suas falas muito frequentes em seus escritos. Não podemos deixar de destacar que, essa “gentileza” dos militares norte-americanos, encontra-se mais estruturada na busca por apoio e para obter influências na região da América Latina, do que um auxílio puramente da bondade norte-americana.

Em contrapartida, outros autores explicam que essa ajuda tenha sido paga pelo governo brasileiro. É nesse período que uma junta militar brasileira, em conjunto com a missão militar norte-americana para a redação das diretrizes dessa Escola, que de acordo com Arruda (1983) surge um documento intitulado de *Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra*. É a partir desses princípios que em 20 de agosto de 1949, por meio da Lei nº 785 é criada a Escola Superior de Guerra, a qual tinha por “objetivo desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional” (BRASIL, 1949).

Nesse momento, a Escola não se destina somente a militares, e passa a compor também civis em seu meio, com o intuito de formar e treinar pessoal para exercer cargos de chefia e bem como criar quadros para formação da burocracia. A Lei afirma: “art. 6º A Junta Consultiva será constituída de eminentes personalidades, civis e militares, do ensino superior, ou de notável projeção na vida pública nacional” (BRASIL, 1949).

Antes de discorrermos acerca dos conceitos e definições que contêm a DSND, é interessante conhecermos os fundamentos que são a base de fundação da ESG e da referida Doutrina. Esses princípios são colocados e aceitos como verdade absoluta, tendo em vista que, se não fossem aceitos como verdade, não seria “possível traçar as linhas de desenvolvimento e de ação da Escola” (SARDENBERG, 1987, p.9).

No documento escrito pelo Ten. Cel. Idálio Sardenberg em 1949 são apresentados os seguintes princípios:

Princípio nº. 1 “A Segurança Nacional é uma função mais do Potencial Geral da Nação do que seu Potencial Militar”. **Princípio nº. 2** “O Brasil possui os requisitos básicos (área, população, recursos) indispensáveis para se tornar uma grande Potência”. **Princípio nº. 3** “O desenvolvimento do Brasil tem sido retardado por motivos suscetíveis de remoção”. **Princípio nº. 4** “Como todo trabalho, a obtenção dessa aceleração exige a utilização de uma energia motriz e de um processo de

aplicação dessa energia”. **Princípio nº. 5** “O impedimento até agora existente contra o surgimento de soluções nacionais para os problemas brasileiros é devido ao processo de aplicação de energia adotado e à falta de hábito de trabalho conjunto”. **Princípio nº. 6** “Urge substituir o método dos pareceres por outro método que permita se chegar a soluções harmônicas e equilibradas”. O novo método constituirá a alavanca destinada a remover os óbices e a possibilitar a aceleração do ritmo do desenvolvimento. **Princípio nº. 7** “O instrumento a utilizar para a elaboração do novo método a adotar e para a sua difusão consiste na criação de um Instituto de Altos Estudos funcionando como centro permanentes de pesquisas” (SARDENBERG, 1987, p.11).

Como podemos observar, é em decorrência desses princípios que a ESG surge com o intuito de realizar e pôr em prática os objetivos contidos nesses princípios fundamentais. Nesse momento, percebe-se como a Segurança Nacional e o Desenvolvimento passam a ser os objetivos centrais para um Brasil potência, em que a partir de um método se possa retirar os ditos “óbices” que impedem o desenvolvimento nacional.

É notável que nessa perspectiva de seus formuladores, a própria população/povo passa a ser vista como os retardatários e óbices do desenvolvimento nacional e ainda como “suscetíveis de remoção”. Como Nilson Borges (2009) destaca, a Doutrina promoverá a submissão das atividades da Nação à sua política de desenvolvimento e segurança. Fato interessante revelado ao longo dos escritos da maioria dos artigos que compõem as várias publicações da Revista da Escola Superior de Guerra, principalmente, em suas primeiras produções. Podemos perceber o quanto eles se “preocupam” em afirmar que essa instituição e sua doutrina é humanística, zelando pelo ser humano e não se trata de uma doutrina ideológica, dessa forma, dogmática.

Sobre essa questão do desenvolvimento na Doutrina de Segurança Nacional, Joseph Comblin (1980) menciona que o ano de 1967 foi um corte na concepção de até então, visto que a partir daquele momento se acrescentava a variante de desenvolvimento à Doutrina, com o discurso de Robert McNamara, que teve, de acordo com o autor, diversas repercussões na América Latina. Entretanto, no Brasil, a questão do Desenvolvimento sempre esteve presente, como podemos observar nos princípios fundamentais fundadores da ESG já em 1949, contudo, até o momento era vista com certa suspeita.

Comblin (1980, p. 66) destaca:

É claro que o tema do desenvolvimento era conhecido muito antes de 1967. Já alimentara os discursos dos chefes de Estado populistas, Kubitschek, Frondizi, Frei. Mas para os militares ortodoxos da Sorbonne brasileira o tema era suspeito. Parecia entrar em competição com o da segurança. Porém, já que McNamara o aceitava, todas as objeções caíam por terra.

Dessa maneira, o desenvolvimento se apresentara intimamente ligado à segurança, encontrando-se sempre associado a ela, e nunca estudado ou pensado fora dessa relação, isso na concepção da Doutrina de Segurança Nacional.

Acerca disso, José Alfredo Amaral Gurgel (1975), afirma com base no documento de trabalho da ESG, que o conteúdo do desenvolvimento, consiste em: “O desenvolvimento é o crescimento contínuo da capacidade do Poder Nacional, através do crescimento dos elementos políticos, econômicos, psicossociais e militares que o compõem” (GURGEL, 1975, p. 58 apud COMBLIN, 1980, p. 66). Encontrando-se dessa forma, sempre dentro dos limites da segurança.

Nessa perspectiva, Maria Helena Moreira Alves (1989, p.48) nos diz com base em textos produzidos pela ESG que, “não pode haver segurança nacional sem um alto grau de desenvolvimento econômico”. Ainda com embasamento nesses documentos, relacionado a essa questão a autora nos faz uma observação:

A segurança de um país impõe o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva utilização dos recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o Território, assim como o treinamento de força de trabalho especializada (Alves, 1989, p.48).

Podemos observar, que a acumulação e absorção de capital do país, bem como seu desenvolvimento tecnológico e científico, juntamente com a qualidade de sua mão de obra e a eficácia do seu setor industrial, são fatores importantes para a segurança nacional. Ficando nítido assim, que esse desenvolvimento está presente com a finalidade de manutenção da segurança imposta pelo Estado e não em prol do bem-estar social da população.

Nota-se que as prioridades de desenvolvimento do Estado pós-64, estavam ligadas ao desenvolvimento do capital e atração de investimentos estrangeiros, verificamos, que esse modelo de desenvolvimento com base na DSND, preconizava uma estabilidade social, que justificou os abusos e desmandos dos governos militares. É baseado nesses princípios que a Amazônia se tornou prioridade, em seu discurso de “tamponar” as vias de penetração, onde se dizia, nas palavras de Golbery do Couto e Silva em “inundar de civilização a *Hiléia Amazônica*”.

Segundo Alves (1989, p. 35), a DSND, trata-se de um

[...] abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativos periódicos.

Comblin (1978) destaca que a DSND gira em torno de quatro conceitos principais: os objetivos nacionais, o poder nacional, a estratégia nacional e a segurança nacional.

Acerca desses conceitos, Borges (2009, p. 31) destaca que:

[...] *os objetivos nacionais* [...] se dividem em permanentes e atuais (os primeiros são objetivos políticos que resultaram da interpretação dos interesses e aspirações nacionais, os segundos são derivados da análise da conjuntura dos aspectos refratários à realização dos objetivos nacionais permanentes); *o poder nacional* (é o instrumento de que a política se utiliza para alcançar os objetivos nacionais); a *estratégia nacional* (é a forma de preparar e aplicar o poder nacional para alcançar ou manter os objetivos fixados pela política nacional); *segurança nacional* (é a capacidade que o Estado dá à nação para impor seus objetivos a todos os movimentos, segmentos ou grupos oponentes).

Portanto, é em torno desses conceitos que se encontra a DSND. Ainda é importante frisar que os mesmos se adaptam as características estruturais de cada país (BORGES, 2009).

Tal Doutrina estava vinculada às teorias geopolíticas, ao antimarxismo e às tendências conservadoras. Este princípio volta-se para duas questões: a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa, visto que nesse momento a política brasileira encontrava-se no advento da Guerra Fria (1945-1991), e principalmente, nos países latino-americanos havia a preocupação com a “ameaça comunista”. Ainda vale ressaltar que com o estabelecimento da Guerra Fria, elementos da teoria da guerra total e do confronto inevitável das duas superpotências – EUA e URSS - incorporaram-se à ideologia da segurança nacional na América Latina (ALVES, 1989).

É válido mencionar, que apesar de encontrar-se vinculada à geopolítica, a doutrina pode ser pensada sem essa vertente, sendo assim não dependente desse conceito. Entretanto, no que se refere à questão geopolítica, a doutrina brasileira se utilizou e formulou uma geopolítica nos meios de estudos da ESG voltada para essa questão. É dessa instituição que encontramos um dos maiores nomes quando se trata de geopolítica no período militar, Golbery do Couto e Silva que exerceu influências tanto na instituição, como nos governos pós-1964. A Amazônia nesta concepção passa a deter forte destaque para estes governos.

Em conformidade com isso, é com esse propósito e caráter de relevância que a Amazônia assume no modelo de desenvolvimento econômico preconizado pela ESG, que “o elemento de ‘segurança’ do modelo impõe a ocupação das planícies centrais dos Estados que margeiam os rios Araguaia, São Francisco e Amazonas, para garantir a defesa das fronteiras e ‘tamponar’ vias de penetração que podem ser vulneráveis à agressão comunista” (MANUAL BÁSICO DA ESG, 1976, p. 329 apud ALVES, 1989, p. 51).

Ademais, poderíamos destacar esse valor de relevância para os militares em sua concepção de desenvolvimento e segurança da doutrina, por via de dois fatores: Suas riquezas minerais, naturais e devido ao seu vasto território. Na concepção do Estado Militarizado que se implantou, a Amazônia se encontrava como um vazio demográfico, podendo ser suscetível a possíveis invasões e também, em virtude disso, era vista como poder de barganha frente aos outros países.

Para Alves (1989), a DSND começa com uma teoria da guerra, na qual também foi inserido um novo conceito de guerra, a interna, onde o perigo não é mais externo e sim, um “inimigo interno”, sendo a própria população considerada avessa ao desenvolvimento da nação. Alves considera também que os preceitos da ESG abrangem diferentes formas: guerra total, guerra limitada e localizada, guerra subversiva ou revolucionária e guerra indireta ou psicológica. A autora destaca que,

A teoria da guerra total seria aquela baseada na estratégia militar da guerra fria, que define a guerra moderna como total e absoluta. Em vista do imenso poder destrutivo das armas nucleares e do inevitável confronto das duas superpotências – os Estados Unidos e a União Soviética –, a teoria conclui que a guerra não mais se limita ao território dos países beligerantes ou a setores específicos da economia ou da população (1989, p. 36).

Dessa forma, as duas superpotências, possivelmente, estariam envolvidas em uma guerra total que não pode ser combatida pela possibilidade de destruição completa das duas nações. Essa teoria assume diversas formas: guerra nuclear, em sua forma total ou ilimitada; e guerras limitadas ou localizadas, pelas quais as duas superpotências medem suas capacidades de controlar determinados territórios (ALVES, 1989; COMBLIN, 1978). Concernentemente a essa questão, vale ressaltar que a guerra pode ser declarada ou não declarada, nessa última dividindo-se nas formas de guerra revolucionária ou de insurreição.

A guerra declarada seria a guerra em sua forma clássica/convencional, aquela na qual um país declara guerra a outro em reação a um ataque externo. A variante não declarada seria aquela em que há uma guerra de agressão indireta: “pode incluir o conflito armado no interior de um país, entre partes de sua população” (ALVES, 1989, p. 37).

É relevante ainda destacar o conceito de guerra revolucionária, que no Manual Básico da ESG, ano 1976, é assim definido: “Conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior (sic), inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação” (Manual Básico da ESG apud Alves, 1989, p. 37). O manual destaca também que o conceito de guerra revolucionária não envolve o emprego necessário da

força armada, e que cinge toda “iniciativa de oposição organizada com força suficiente para desafiar as políticas de Estado” (Manual Básico da ESG apud Alves, 1989, p. 37).

É necessário ressaltar que a guerra revolucionária comunista tem como característica principal o envolvimento do país-alvo, buscando com isso a “conquista das mentes e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas [...]” (ALVES, 1989, p. 38).

Tendo em vista essas características, somada à existência dessa “ameaça comunista”, os recursos e planejamentos nacionais foram direcionados para a Amazônia, visando para a região, a proteção das suas fronteiras e sua integração à nação. Esses objetivos contemplavam a Política de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que como Borges (2009) destaca, promoveu a submissão das atividades da Nação ao binômio desenvolvimento e segurança.

Sob o mesmo ponto de vista, Antenor Alves Silva (2015, p. 62) destaca como a partir da DSND os governos militares reordenaram territorialmente a Amazônia, devido às questões geopolíticas e em função do capitalismo. O autor discorre,

É nessa época que a Amazônia, em linhas gerais, passa a ser apresentada, internacionalmente, como um grande depósito de recursos naturais – o “pulmão do mundo”, entre outras coisas – a céu aberto, do qual se poderia lançar mão logo que se fizesse necessário. Como todo reordenamento territorial segue uma lógica, é possível identificar, especificamente na alteração espacial da Amazônia [...] a contar da chegada dos militares ao Governo, mecanismos geopolíticos que passariam a ser justificados como imprescindíveis, naturais, para a segurança, o desenvolvimento e, por consequência, a soberania do Estado.

Em virtude dessa variante de Desenvolvimento da referida doutrina, que em seu preceito “[...] não pode haver segurança nacional sem um alto grau de desenvolvimento econômico” que é possível perceber que a noção de proteção/segurança das fronteiras estava estritamente ligada ao desenvolvimento, já que elas buscavam proteger as fronteiras, ocupando efetivamente a região e, essa ocupação é alavancada pelo desenvolvimento. Mas é válido destacar, que esse desenvolvimento e ações geopolíticas voltadas para a região Amazônica, através dos governos militares, não ocorreram de maneira “despretensiosa e, tampouco desvinculada de interesses ‘maiores’” (ALVES, 1989, p. 48; SILVA, 2015, p. 63).

É nesse contexto, com relação ao Território Federal de Roraima (TFR), que um conjunto de ações serão voltadas ao território com o intuito de dotar essa região com infraestrutura, além disso, protegendo as fronteiras, bem como atraindo populações de outras áreas. Como nos diz Sousa (2008, p.67), é possível observar que esse desenvolvimento servirá mais aos propósitos

do governo nacional de fiscalização e controle sobre essa região, do que propriamente ao desenvolvimento econômico e social do Território. Região essa onde foram desenvolvidas principalmente, malhas rodoviárias, com o propósito de atrair investimentos para o local, mas que acarretou praticamente na dizimação das populações indígenas dessa área⁷.

Ainda relacionado a essa questão Alves (1989, p.48) faz uma observação:

A segurança de um país impõe o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva utilização dos recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o Território, assim como o treinamento de força de trabalho especializada.

O manual da ESG destaca como meta, o desenvolvimento econômico de completa integração e completa segurança nacional, visto que em sua concepção, os países subdesenvolvidos eram especialmente vulneráveis à ação estratégica indireta do inimigo interno. Dessa forma, percebe-se que para a Doutrina da Segurança Nacional torna-se mais relevante a defesa militar do que as necessidades básicas da população (ALVES, 1989).

É consenso entre diversos autores, que a integração e ocupação da Amazônia que se deu em consonância com os objetivos da DSND, tinha por objetivo maior integrar e ocupar possíveis áreas de penetrações e possibilitar o avanço do capital nacional e estrangeiro na região. Observamos no livro de Silva (2015), *A Doutrina de Segurança Nacional e a organização do espaço amazônico* que os planos e projetos direcionados à Amazônia, tinham por objetivos, reorganizar o espaço e possibilitar a estrutura necessária para a inserção da região no cenário global do capitalismo.

Assim sendo, não podemos pensar que no TFR, a política decorrente da DSND esteve aquém desse contexto, onde a priori, foi possível verificar que as políticas direcionadas ao território de desenvolvimento com segurança, serviu mais aos propósitos do governo nacional.

Em virtude disto, observadas essas questões acerca da DSND, seus conceitos, definições e de como a Amazônia é relevante em sua visão geopolítica e ao binômio desenvolvimento e

⁷ Ver: VIEIRA, Jaci Guilherme. **Ditadura Militar, Povos Indígenas e a Igreja Católica na Amazônia: a Congregação da Consolata e o novo projeto de missão entre os índios em Roraima (1969-1999)**. Manaus: Editora Valer, 2019.

SCHWADE, Egydio; REAIS, Wilson C. Braga (Orgs.). Comissão da Verdade do Amazonas. **1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade: O GENOCÍDIO DO POVO WAIMIRI-ATROARI**. Manaus, 2012.

CARVALHO, José Porfírio F. de. **WAIMIRI ATROARI a história que ainda não foi contada**. Brasília, 1982. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/waimiri-atroari-historia-que-ainda-nao-foi-contada>>.

segurança, notamos que os planos e projetos que se seguiram para esta região, tiveram o caráter de reordenar o território amazônico e sua inserção ao cenário global.

A seguir, temos como proposta analisar o projeto de desenvolvimento econômico direcionado à Amazônia, contudo, para isso, nos embasaremos principalmente nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1974 e 1975-1979) (PND), no Programa de Integração Nacional (PIN), que se apresentam como as principais fontes primárias a esse estudo, onde nosso objetivo consiste em verificar de que maneira o desenvolvimento econômico da Amazônia é elaborado e apresentado, nos respectivos documentos.

2.2 O Projeto de Desenvolvimento Econômico da Ditadura Militar para a Amazônia

Como vimos, a partir do golpe civil-militar de 1964, tornou-se prioridade para este novo governo o binômio Desenvolvimento e Segurança, e nessa concepção a região Amazônica desempenhou papel de destaque. Tendo em vista que, no entendimento militar⁸ a Amazônia representa a última fronteira a “ser conquistada” e integrada ao país. Eles concebem essa região como um grande “vazio demográfico”, fato que destacamos com ressalva, pois de acordo com esse ponto de vista, estão sendo alijadas as populações tradicionais da Amazônia.

De acordo com Marianne Schmink e Charles H. Wood (2012), esse novo regime adotou uma série de políticas de desenvolvimento bem agressivas e que tiveram como objetivo três questões fundamentais: atrair investimentos estrangeiros, estimular o desenvolvimento e acúmulo do grande capital no setor industrial do país e a ocupação dos “espaços vazios⁹” da Amazônia. Acerca dessa política de ocupação dos ditos “espaços vazios”, Jaci Guilherme Vieira destaca que:

Na verdade, a política de ocupação dos “espaços vazios” da Amazônia não é recente e não foi idealizada pelos militares em 64, mas remonta ao projeto político de Marquês de Pombal que chegou a nomear seu irmão Xavier Mendonça Furtado (1751-1759) para o Governo das Províncias do Maranhão e Grão – Pará. Em 1775, foi criada a Companhia Geral do Comércio do Grão – Pará e Maranhão. Depois de Pombal, outro governante que manifestou uma preocupação, especialmente com o desenvolvimento econômico da região, foi Getúlio Vargas que, com mesmo discurso da segurança nacional e da defesa das áreas de fronteira, criou os Territórios, que passaram a ser administrados diretamente pelo próprio Executivo Federal (VIEIRA, 2014, p. 143).

⁸ Ver: MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. 233 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

⁹ De acordo com Bertha Becker (1990, p. 10), essa noção de “espaço vazio” serve para os governos militares como estratégia de válvula de escape aos “conflitos sociais em áreas densamente povoadas e de campo aberto de investimentos”, observar-se ainda que essa concepção nega a existência das populações caboclas, indígenas, bem como das sociedades locais da região amazônica.

Nessa perspectiva, podemos observar que a concepção da Amazônia como um “espaço vazio” não é recente, e que os empreendimentos para o desenvolvimento econômico¹⁰ dessa região remontam ao período do Brasil Colônia.

Após 1964 a ocupação da Amazônia, teve seus objetivos girando em torno de um projeto de modernização nacional. Tal meta de modernização seria alcançada mediante incentivos fiscais e arrocho salarial, com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico e diminuir os desequilíbrios setoriais e regionais (SCHMINK; WOOD, 2012).

A importância da Amazônia nesse projeto de desenvolvimento do Estado Militarizado decorre da sua riqueza em recursos existentes e ainda inexplorados pelo homem, bem como, dos seus grandes territórios pouco povoados, os quais fizeram com que a região fosse vista como uma possibilidade para absorver tanto investimentos financeiros/capital, como o excedente populacional, principalmente oriundo do Nordeste brasileiro.

É com base nos preceitos expostos acima, que os governantes da Ditadura Militar planejaram e executaram sua política nacional para a região amazônica. Entretanto, é consenso entre os estudiosos que é a partir de 1970 que o Estado irá tomar para si, a incumbência da integração e ocupação efetiva dessa vasta região. De acordo com o general Carlos de Meira Mattos (1980), esse período foi caracterizado pelo desenvolvimento de grandes obras de viação na Amazônia, com a construção de várias rodovias.

Apesar do I PND - Plano Nacional de Desenvolvimento datar de 1971, o primeiro plano voltado para a integração econômica, ocupação da Amazônia e caracterizado pelo aumento da presença do governo federal na região amazônica, decorre do PIN - Programa de Integração Nacional, que surge nesse cenário, como a ação direta desse projeto de desenvolvimento econômico para a região.

O Programa de Integração Nacional fora criado pelo decreto-lei nº 1.106, pelo então presidente general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), por decreto datado de 16 de junho de 1970, o PIN acabou por dar as diretrizes da ocupação da Amazônia de forma dirigida pelo Estado, cujo objetivo era ocupar os supostos “espaços vazios”, na Região Amazônica. O lema

¹⁰ Como observado por Vieira (2014) o presidente Getúlio Vargas demonstrou interesse pelo desenvolvimento econômico da região amazônica, durante seus dois períodos de governo (1930-1945 e 1951-1954) “elaborou e executou diversos programas de desenvolvimento nacional”, dentre eles, podemos destacar a criação em 1953 da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, destacada por muitos autores como o momento em que houve um esforço nacional para a ocupação da Amazônia.

passou a ser “*homens sem terra para terra sem homens*”, atribuída ao general e presidente Médici.

No decreto são destacadas as seguintes diretrizes:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição e considerando a urgência e o relevante interesse público de promover a maior integração à economia nacional das regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM, DECRETA: Art 1º É criado o Programa de Integração Nacional, [...], com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infra-estrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida **integração à economia nacional**. Art 2º A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (BRASIL, 1970, grifo nosso).

O grande símbolo desse projeto e colocada como “solução” para os conflitos e “males” do Nordeste, foi a construção da rodovia Transamazônica ou BR 230, tendo em vista, os conflitos oriundos da grande concentração de terras e as constantes secas com que sofre a região, principalmente a que ocorreu em 1970, na qual muitos autores colocam o PIN em decorrência dela.

O PIN, como podemos observar, tinha por objetivo realizar ao longo das rodovias, um programa de colonização dirigida pelo Estado, através dos projetos de infraestrutura por meio das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém¹¹ além da integração da região à economia capitalista. Para tal feito, foi destinado ao programa a dotação de recursos na quantia de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), que tinha por objetivo, como consta na lei de criação do PIN, financiar obras de infraestrutura, os projetos de colonização e reforma agrária, durante o período de 1971 a 1974 (BRASIL, 1970).

Pode-se destacar ainda, outro motivo para a criação do PIN, que envolvia considerações de segurança nacional e ameaça de “dominação estrangeira” da região, o qual foi criado, pois há muito tempo os militares receavam a perda deste vasto território, pelo fato de possíveis incursões de venezuelanos e peruanos (SKIDMORE, 2000).

Em perspectiva contrária, César Martins de Souza (2014) frisa que a grande preocupação dos militares em ocupar e integrar a Amazônia se encontrava respaldada, não apenas pelo fato da região ser estrategicamente importante, mas principalmente, após a descoberta de minérios em seu subsolo, o que ocasionou o receio do Estado em perder essa parte do território nacional. É válido mencionar, que esse discurso ainda se encontra em

¹¹ Ver figura 1 – página 37.

efervescência no cenário nacional atual, principalmente no que concerne à exploração do subsolo das Terras Indígenas em Roraima, já homologadas.

Figura 1 – Traçado das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém



Fonte: (BRASIL, 1971, p. 32).

Sendo esse programa de integração nacional colocado por muitos autores, como a principal ação para o desenvolvimento econômico da região, os autores destacam que o I PND (1972-1974) veio como meio de contribuir para os já expostos objetivos econômicos e de integração propostos pelo PIN e PROTERRA¹².

Ao analisarmos o I PND e o próprio PIN verificamos que ambos se apresentam como um reforço dos objetivos e aspirações da DSND. Para termos uma noção, notamos uma

¹² Em auxílio ao PIN, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) é criado por meio do decreto lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971, que tinha por objetivo promover maior facilidade de acesso à terra, criar melhores condições de emprego de mão de obra e fomentar a agroindústria nas regiões de atuações da SUDAM e SUDENE. Ao PROTERRA, foi destinada a dotação de recursos no valor de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), que seriam investidos desde a compra para aquisição de terras, desapropriações, até auxílio, assistência financeira, dentre outros.

sequência de repetições dos objetivos de desenvolvimento da doutrina no I PND e apontamentos direcionados para a ideia de que para haver desenvolvimento econômico é necessário integrar o território nacional e conseqüentemente um forte aparelho de segurança externa e interna. Além é claro, da dotação, por meio do Estado de uma ampla infraestrutura e serviços que facilitem o desenvolvimento do capital.

O referido plano foi criado pelo decreto lei nº 5. 727, de 4 de novembro de 1971, onde eram aprovadas as diretrizes e estabelecidas as prioridades para o exercício de 1972 a 1974, podendo vir a se alterar de acordo com circunstâncias adversas.

O I PND representou o modelo estratégico do Estado Brasileiro de organizar e moldar as instituições, com o objetivo de tornar o Estado em uma nação desenvolvida, em um período de uma geração (BRASIL, 1971). De acordo com Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim (2007, p. 74), este foi o primeiro instrumento, após 1964, “[...] a objetivar um planejamento de políticas e estratégias de desenvolvimento complementado por programas setoriais e regionais, orçamentos plurianuais e mecanismos de acompanhamentos.”

Nota-se que tal planejamento tinha ênfase na Integração Nacional, tendo em vista áreas como a região Amazônica, o Nordeste e o Planalto Central. Observa-se que essa política de integração, visava como proposta, desenvolver o Nordeste e ocupar a Amazônia, destacando-se que na concepção de seus elaboradores, isso deveria ocorrer sem prejuízo do crescimento do Centro-Sul (BRASIL, 1971).

Acerca do assunto, no referido documento é destacado:

A estratégia de desenvolvimento mobiliza o País para fortalecer a competição nacional, dotando os principais setores de estruturas novas e mais eficientes, compatíveis com a moderna tecnologia industrial. Por outras palavras, realiza a **Integração Nacional**, não permitindo ficarem à margem do processo de desenvolvimento regiões como Nordeste e a Amazônia (BRASIL, 1971, p. 19, grifo do autor).

Ao contrário do que muitos autores destacam, foi possível observar neste documento, mesmo que não seja tão nítido quanto no II PND, que a integração nacional encontra-se estruturada em uma integração propriamente econômica, de forma a dotar essa região de estruturas burocráticas e infraestrutura para que ocorresse sua integração econômica às regiões desenvolvidas do país e meio de absorção de investimentos estrangeiros.

Para refutarmos essa afirmativa, no referido documento é destacado: “A integração nacional, com significado primordialmente econômico-social, destina-se, do ponto de vista da demanda, a criar mercado interno, capaz de manter crescimento acelerado e auto-sustentável,

e, do ponto de vista da produção, a permitir a progressiva descentralização econômica” (BRASIL, 1971, p. 25).

Apesar desse planejamento abordar um viés de integração econômico e social, foi possível notar que a questão social, raras vezes, é apresentada no planejamento, já a questão de habitação, educação e emprego são apresentadas. Entretanto, é possível observar que elas são dotadas de um caráter secundário, sendo importantes não para o desenvolvimento humano da população, mas como necessário para a criação de um mercado de absorção/consumo nacional, para assim possibilitar o maior desenvolvimento econômico do país.

Com base nisso, é destinado e apresentado no planejamento da seguinte forma esse projeto de desenvolvimento econômico para a região Amazônica.

O Brasil realizará, no período, um dos maiores programas de desenvolvimento Regional em todo o mundo. As transferências da União para o Nordeste e a Amazônia - por intermédio do PIN, do PROTERRA, dos incentivos fiscais, do Fundo de Participação, do Fundo Especial e dos Fundos Vinculados – deverão aproximar-se da média anual de Cr\$ 4.700 milhões • (preços de 1972), correspondendo acerca de US\$ 800 milhões, montante superior ao total da assistência financeira líquida que o conjunto das instituições financeiras internacionais proporcionou a América Latina, anualmente, no final dos anos 60 (BRASIL, 1971, p. 30).

Continua,

Além da integração de sentido Norte—Sul, entre áreas menos desenvolvidas e mais desenvolvidas, realizar-se-á a integração de sentido Leste—Oeste, principalmente para permitir a associação destes fatores, relativamente abundantes nas duas áreas: no Nordeste, mão-de-obra não qualificada, e na Amazônia-Planalto Central, terra e outros recursos naturais. Isso implica reorientação dos fluxos migratórios, a fim de evitar que se dirijam para os núcleos urbanos do Centro-Sul. A política de integração, que visa, particularmente, desenvolver o Nordeste e ocupar a Amazônia, sem prejuízo do crescimento do Centro-Sul, se exercerá: No Nordeste e Amazônia, por intermédio dos incentivos fiscais regionais, que lhe são privativos, reformulados pelos Decretos-leis n. 11 1.106/70 e 1.179/71 (BRASIL, 1971, p. 24).

Serão destinados, dessa forma, a “área de Integração Nacional, dispêndios globais de Cr\$ 6.090 milhões por intermédio do PIN (Cr\$ 3.090 milhões) e do PROTERRA (Cr\$ 3.000 milhões, sendo Cr\$ 2.060 milhões de incentivos fiscais). Além disso, destinação de incentivos fiscais ao Norte e Nordeste, da ordem de Cr\$ 4.460 milhões” (BRASIL, 1971, p. 46).

No planejamento, a estratégia de desenvolvimento da Amazônia se apresenta no lema de *Integrar para desenvolver*, no qual se encontra embasada em dois pressupostos, sendo:

I - Integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira: de um lado, com o Nordeste, no sentido Leste-Oeste; e, de outro, com o Planalto Central e, através deste, com o Centro-Sul, no sentido Norte-Sul. II - Ocupação econômica e desenvolvimento, para tirar proveito da expansão da fronteira econômica, para absorver excedentes populacionais de outras áreas e elevar o nível de renda e bem-estar da região (BRASIL, 1971, p. 29).

Essa integração de que retrata o planejamento, fica bem claro que ocorrerá por meio das principais rodovias, a Transamazônica e Cuiabá-Santarém, com interligação com as demais, tais como a Perimetral Norte – BR - 210 e BR - 174, por exemplo. E ainda de acordo com o documento, com aeroportos em áreas estratégicas e de fronteiras, com a instalação de uma rede de comunicação, que de acordo com o I PND encontra-se quase “concluída”. É sempre bom lembrar que a elaboração desses planos encontra-se conectada com o período denominado de “Milagre Brasileiro”, onde entre 1968 a 1974, a economia brasileira passou por um crescimento na produção agregada, que de acordo com Schmink e Wood (2012, p.101) fora “considerado uma realização notável do planejamento econômico” e resultado de um “modelo específico de desenvolvimento” que advinda, justamente, da dependência da repressão política e da centralização do poder pelo Estado. O que facilitou dessa maneira, ao Estado definir verbas, bem além do seu limite para grandes obras.

É possível observar, quanto ao planejamento econômico do 3º Governo Militar para região Amazônica que se encontrava basicamente estruturado em volta do PIN, que para o desenvolvimento dessa região era preciso ocupar para desenvolver, embora não se fale em ocupação produtiva da região, diferencial do II PND, em que nos é apresentado o termo “Ocupação produtiva”, onde fica nítido o tipo de projeto de desenvolvimento para a região Amazônica.

O II PND, diferentemente do I PND, foi estabelecido em um cenário econômico de crise, enquanto o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento encontrava-se em um momento de euforia econômica, tempo conhecido como “Milagre Brasileiro¹³”, onde o crescimento econômico atingiu altos índices.

Nessa perspectiva, observou-se no II PND uma grande preocupação quanto à questão da energia e do petróleo, área em que a economia brasileira fora afetada com a crise na década de 77. Dessa forma, podemos afirmar categoricamente que esse planejamento tem a preocupação em manter o crescimento econômico do país, ressaltando o ideal de tornar o Brasil uma grande potência, e a criação de alternativas na área da energia, por exemplo.

¹³ Prado e Earp (2009, p.234) destacam que: O milagre econômico foi produto de uma confluência histórica, em que condições externas favoráveis reforçaram espaços de crescimento abertos pelas reformas conservadoras no governo Castelo Branco. Mas foi a ideia da legitimação pela eficiência, concepção positivista que permeava o imaginário dos militares e seus aliados, e ainda, o nacionalismo das Forças Armadas brasileiras que fizeram inevitável a opção pelo crescimento econômico [...]. Por outro lado, essa necessidade de crescimento não encontrava limites em preocupações com questões como equidade, ou melhoria das condições de vida da população, a não ser quando isso afetava a segurança do regime.

Basicamente podemos notar que os objetivos econômicos para a região continuam os mesmos, em torno de um projeto que visa à ocupação produtiva da região amazônica, em que a mesma possa absorver mão de obra de outras regiões com o intuito de “tamponar os vazios amazônicos”. Nesse planejamento, pode-se observar o quanto a questão geopolítica encontra-se enraizada na concepção militar, sendo perceptível esse posicionamento principalmente no II PND, em que o ideal da grandeza brasileira aparece com forte teor, sendo o desenvolvimento econômico fundamental para isso, através da utilização do espaço territorial.

No II PND, podemos observar no tocante à Amazônia que os objetivos, no que se refere ao projeto de desenvolvimento dessa região, não sofreram grandes mudanças, neste momento verificamos que os financiamentos direcionados a essa região, na “área da Integração Nacional, será realizado programa que contará com recursos no montante de Cr\$ 165 bilhões”, verifica-se ainda, que as regiões do Centro-Oeste e a Amazônia, no que concerne a sua ocupação produtiva irá receber impulsos mediante o Programa Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA (BRASIL, 1974, p. 6).

O POLAMAZÔNIA, de acordo com Mattos (1980), consistiu em uma tentativa do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) de retomar, em perspectiva, ao momento político nacional e internacional, o “plano de colonização anterior [...]. O Programa Polamazônia se propõe em impulsionar os pólos já criados, concentrando sobre os mesmos a ação governamental” (MATTOS, 1980, p. 100). O Programa detinha sua atenção nos seguintes pólos¹⁴: Carajás, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá e Marajó (SUDAM, 1975).

Em face dessas questões apresentadas tanto no PIN, no I PND e no II PND, foi possível verificar que em nenhum momento nos referidos planos é abordada a questão das populações tradicionais dessa vasta região. Os ribeirinhos, caboclos e indígenas nos respectivos planejamentos não são ao menos citados. O que deixa claro que nesse projeto de desenvolvimento econômico essas populações eram inexistentes, configurando muitas vezes como atrasos à sociedade brasileira.

Podemos observar que o projeto de desenvolvimento e integração da Amazônia, proposto e colocado em ação pelo Estado a partir de 1970, mediante abertura de diversas malhas rodoviárias e projetos de colonização dirigidos, não levou em consideração as populações que

¹⁴ Para informações acerca do planejamento para cada polo de ação do POLAMAZÔNIA, ver: SUDAM. **Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia: POLAMAZÔNIA SÍNTESE**. Belém, PA, 1975.

ali se encontravam, onde pouco foi pensado e articulado com esses povos sobre as consequências das investidas em seus territórios.

Por fim, podemos frisar no que condiz ao desenvolvimento da Amazônia, que o seu marco principal foi o Programa de Integração Nacional, por meio da Transamazônica, onde esta foi tida como mártir para seus idealizadores e vista como solução para os problemas das regiões Norte e Nordeste. O que não se pode esquecer são os efeitos, não somente dessa BR - 230, como nas demais tentadas no período, como Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém e BR - 174. Em decorrência desse projeto executado e planejado pelo governo federal, tanto as populações tradicionais, como a fauna e a flora foram desrespeitadas, com consequências até hoje.

Portanto, nos é perceptível que um novo modelo de ocupação da Amazônia foi estabelecido com o golpe civil-militar de 1964, onde vimos que um modelo e projeto de Desenvolvimento foi voltado à Amazônia e conseqüentemente ao TFR, neste sentido passaremos, a seguir, a voltar nosso interesse em observar como essa região se apresenta nesse cenário, observando as questões geopolíticas que o inseriram nesse Projeto de Desenvolvimento com Segurança.

Capítulo II

3. O Território Federal de Roraima

3.1 O Território Federal de Roraima num Contexto Geopolítico: O Binômio Desenvolvimento e Segurança

Quando observamos o Brasil pós-1964, a Amazônia e nesse contexto o TFR, não se pode deixar de realizar algumas considerações acerca do pensamento geopolítico do período em estudo, tendo em vista que, durante a DM lemas como “*integrar para não entregar*” e temas como “*Segurança e Desenvolvimento*”, por si só, traziam enraizados o pensamento geopolítico da época. Nota-se que o termo geopolítica se trata de um conceito polêmico, de incansáveis investigações e dado a controvérsias. É a partir desse conceito que os governos militares “olharam” para a nação, com um objetivo de conseguir um “Brasil Grande”, a Amazônia, nesse contexto, é vista como poder de barganha no cenário bipolar da Guerra Fria.

Como vimos anteriormente, a DSND não necessita, fundamentalmente, da vertente de geopolítica em seu conceito assim afirmam autores como Comblin (1980). Porém, é notório que o caso brasileiro se desenvolveu de maneira diferenciada. Quando analisamos o pensamento geopolítico predominante durante a DM, é possível verificar que os objetivos permanentes colocados pela doutrina, encontram-se estruturados em uma visão geopolítica, que Mattos (1980) define como a aplicação da política aos espaços geográficos.

Para Pedro Fernando Castro Martinez (1980), o pensamento geopolítico desenvolvido no Brasil, trata-se da própria DSND, o que não nos parece errôneo, tendo em vista como esclarece Santos (2013), que o pensamento geopolítico brasileiro amadurece com a ESG, encontrando-se relacionada e ligada à figura de seu maior teórico da época: Golbery do Couto e Silva.

Wanderley Messias da Costa em *Geografia Política e Geopolítica* (2013) menciona que,

Na verdade, ao contrário do que ocorrera em países do hemisfério Norte, a geopolítica brasileira não é um produto da clássica adaptação da geografia política (teórica e sistemática) à forma aplicada que teve nos períodos de guerra, por exemplo. No Brasil, assim como em outros países na América Latina (Argentina e Chile, por exemplo), importou-se prontamente e exclusivamente a geopolítica, desde os seus primeiros movimentos na Europa (COSTA, 2013, p. 179).

De certo, podemos verificar na colocação do referido autor, que essa prática se apresenta como sendo de costume dos estrategistas brasileiros, tendo em vista que o mesmo ocorrera com

a doutrina gestada na ESG em 1949. Ambos foram importados e reformulados, sendo adaptados à realidade brasileira. Outra questão que ressaltamos, é o fato de que desde seu início, o pensamento geopolítico aqui desenvolvido, esteve entrelaçado aos militares, encontrando-se os meios acadêmicos até certo tempo aquém deste debate (COSTA, 2013).

Na América latina, o Brasil foi um dos que formulou seu projeto político com base em uma geopolítica, e esta foi a representação explícita dos projetos e aspirações de expansão que sempre fizeram parte da história brasileira. Entre 1920 e 1930, tem-se o início da gestação dos estudos voltados a uma geopolítica dita brasileira, com Mário Travassos¹⁵, Everardo Backheuser, Cassiano Ricardo, Lísias Rodrigues em 1940 (MATTOS, 1980). Desde seu início é possível notar, que os objetivos principais do pensamento geopolítico brasileiro giram em torno de três vieses, “a ocupação de um território imenso e praticamente vazio, a expansão na América do Sul e direção ao Pacífico e ao Atlântico Sul e a formação de uma potência mundial” (COMBLIN, 1980, p.27).

No que refere-se a esta concepção geopolítica brasileira, Golbery do Couto e Silva, menciona que

Nossa Geopolítica deverá ser pois, necessariamente, nesta quadra da vida histórica nacional, ainda uma geopolítica expansionista interior, de integração e valorização territoriais, sem quaisquer ressaibos de um imperialismo além-fronteiras descabido e grotesco para quem dispõe, dentro de seu habitat, de todo um império imenso a construir (SILVA, 1981, p. 169-170).

Pode-se verificar, a partir da perspectiva desse cenário geopolítico, que a importância da interiorização do país, de sua integração e desenvolvimento, principalmente das áreas “por ainda ocupar” foram os objetivos que nortearam os governos militares, principalmente a partir de 1970, onde a integração da Amazônia se tornou prioridade.

A região que compreende o atual estado de Roraima, ao longo da história sempre foi vista como estratégica para a nação, um exemplo recente disso, é a própria criação em 1943 do

¹⁵ Para compreender em parte o desenvolvimento do pensamento geopolítico brasileiro principalmente na figura de Mario Travassos, recomendo a leitura da obra de Marcos Antônio Fávaro Martins que se propõe em seu livro *Construtores da Geopolítica Sulamerica* dedicar-se a uma análise ao estudo da geopolítica sul-americana. Colocando a América do Sul em ponto de vista de dois autores geopolíticos consagrados no que se refere a geopolítica latino-americana, Carlos Badia Malagrida (1890-1937) e Mario Travassos (1891-1973). Tendo isto em vista, a proposta de uma análise da perspectiva de uma geopolítica do ponto de vista da América do Sul, torna-se pertinente devido a dois fatores, tais como expõe o autor. O primeiro trata-se que os modelos clássicos da geopolítica deixam a América Latina, a África e a Ásia na periferia de seus modelos geopolíticos e em segundo que nos modelos de Malagrida e Travassos a América do Sul é protagonista. Destacando dessa forma o pensamento e influências de Mario Travassos e Carlos Badia Malagrida. Ver: MARTINS, Marcos Antônio Fávaro. **Construtores da Geopolítica Sulamerica**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018, 217p.

Território Federal de Roraima¹⁶, por meio do Decreto-Lei nº. 5.812, que ainda criou os Territórios do Amapá, Guaporé (Rondônia), Ponta-Porã e Iguacu, sendo esses dois últimos extintos pela Constituição de 1946. Essa medida encontrava-se pautada em uma antiga recomendação dos geopolíticos brasileiros, que tinham como objetivo o maior controle sobre as fronteiras do Brasil, principalmente da região norte. Foi possível notar, que os temas abordados pelos militares pós-1964, já se encontravam em uma recorrente preocupação dos estudiosos e estrategistas brasileiros. Temas esses como, a integração territorial, proteção das fronteiras e desenvolvimento econômico brasileiro.

Nessa perspectiva, como pode ser visto, as questões geopolíticas estiveram constantemente envolvidas e voltadas para a região amazônica e conseqüentemente para essa região. Porém, é a partir de 1964 e especificamente 1970 que essa extensa massa territorial foi reorganizada e “restruturada”, onde tornou-se a peça central de um objetivo maior do Governo Militar, dentro do conceito da dita integração nacional. Em outras palavras, podemos inferir que foi durante a DM até seu último governo, João Batista (1975-1985), que a Amazônia tornou-se o centro das preocupações, assumindo dessa maneira, posição de extrema relevância frente às questões econômicas e geopolíticas, de caráter externo e interno. Bertha Becker (1990) aponta muito bem essa discussão. Segundo a autora, a Amazônia:

No plano interno é vista como capaz de promover uma solução conjunta para os problemas de tensão social do Nordeste e para a continuidade do crescimento do centro dinâmico do Sudeste, abrindo a possibilidade de novos investimentos, recursos e mercados em tempo rápido. As implicações geopolíticas de ordem externa também pesaram: a vulnerabilidade da extensa e isolada região quanto à organização de focos revolucionários; o dinamismo interno dos países vizinhos, que, embora menos industrializados, têm também movimentos de investimento e de população para suas Amazonas, que são mais próximas dos respectivos centros vitais. A essas preocupações, soma-se a necessidade de assegurar a presença do Brasil na exploração dos recursos da Amazônia sul-americana (BECKER, 1990, p. 12).

Autores mais contemporâneos como Schmink e Wood (2012), apontam que o golpe de 1964 fez da Amazônia uma forte preocupação, tendo em vista que a associação da vertente de desenvolvimento com a Doutrina de Segurança Nacional, proporcionou aos militares uma perspectiva específica para esta região.

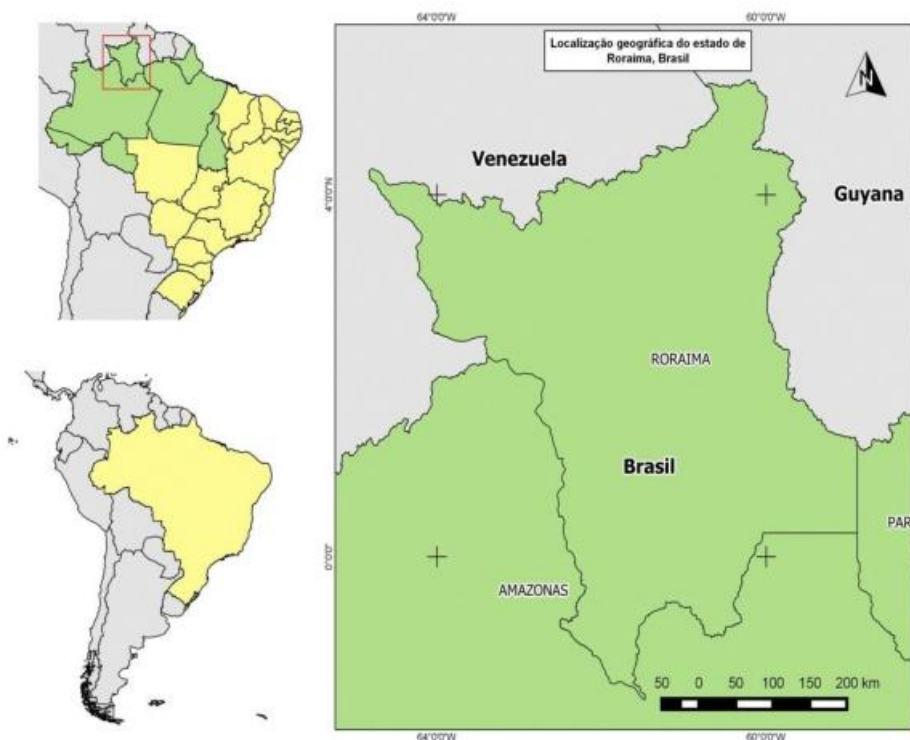
De acordo com visão de mundo dos militares, o objetivo de preencher os ‘espaços vazios’ na região – a despeito dos 250 mil índios que ali morava – foi justificada em

¹⁶ Inicialmente criado com o nome de Território Federal do Rio Branco, essa região passou a chamar-se Território Federal de Roraima em 13 de dezembro de 1962, por meio da Lei nº 4.182. De acordo com o informativo do 6º Batalhão de Engenharia e Construção – 6º BEC, “essa medida foi bastante salutar, pois além da justa homenagem prestada ao importante acidente geográfico, divisor tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana, contribuiu muito para regularizar a correspondência dirigidos ao Território, que geralmente seguia para Rio Branco, capital do Acre e vice-versa” (O PIUM Nº8, 20/JAN/1975, p. 9).

termos da necessidade geopolítica de proteger o vulnerável interior do Brasil da invasão estrangeira. Da mesma forma, os conflitos sobre a terra e evidência de que os camponeses estavam se tornando politicamente organizados para se defender foram interpretados como obra de comunistas oportunistas, querendo tirar vantagem da população ignorante. Essa perspectiva reforçou a conclusão de que qualquer grupo de interesse que bloqueasse o caminho do desenvolvimento representava uma ameaça ao interesse público [...] (SCHMINK; WOOD, 2012, p. 116).

Estas implicações de caráter geopolítico externo e interno, irão impulsionar os investimentos e planos para a região amazônica, e especificamente para o TFR, que se encontra localizado em uma tríplice fronteira¹⁷, inclusive servindo de base para esses investimentos, como esclarece Vieira (2019, p. 17) que devido ao posicionamento geográfico do então TFR e seu significativo isolamento, que dificultava “dentro da visão estratégica de defesa as manobras da Segurança Nacional, vista como prioridade no governo militar. [...] não bastava apenas disponibilizar a terra, mas era necessário criar a base necessária capaz de dar sustentação à reprodução do capital”.

Figura 2 - Mapa da Localização Geográfica de Roraima e suas Fronteiras



Fonte: (GALDINO, 2017, p. 82)

Nas análises de Souza (2008, p.62) acerca desse assunto, a autora aponta que, esse direcionamento de investimentos, em especial para Roraima, foi devido a prioridade dos

¹⁷ O Território Federal de Roraima faz divisa com a Venezuela, com a República Cooperativista da Guiana e com os estados brasileiros do Amazonas e Pará, caracterizando-se dessa forma como uma tríplice fronteira.

governos militares em promover o rápido desenvolvimento dessa região, para que ela conquistasse o maior número de migrantes possível e ascendesse à condição de Estado, pois na visão dos militares, era um local com pouca população (SOUZA, 2008). Porém, adiante veremos que essa ideia não fora um consenso durante os anos compreendidos entre 1970 a 1979, aparecendo nos debates políticos principalmente a partir de 1975.

Sob esse ponto de vista, podemos mencionar que o viés econômico sempre se sobressaiu quando o assunto foi o TFR. Em Roraima, o governo nacional destinou-se a dotar essa região de toda uma infraestrutura física e administrativa, (que encontrava-se estabelecida em prol de algo maior, o desenvolvimento de um “Brasil Grande”), com o intuito de atrair investimentos financeiros nacionais e internacionais para essa vasta região. É válido mencionar, que todas essas medidas levavam em consideração as tensões políticas que estavam ocorrendo no país e no subcontinente¹⁸.

O ano de 1970, além de ser um marco da intensificação da presença e investidura do governo central na Amazônia, é caracterizado também pelas mudanças no cenário geopolítico do período, em que passam a existir “novas” aspirações ou determinadas mudanças em sua estratégia. Segundo Costa (2013) por exemplo, é nesse período que o entendimento geopolítico nacional começa a denotar aspirações de um Brasil Potência, triunfalista, na figura do General Carlos de Meira Mattos.

Na visão geopolítica de Mattos (1975, p. 72), o país dispõe de todos os atributos necessários para se tornar uma potência, temos um território de dimensões continentais, recursos naturais disponíveis, potência hidroelétrica, minerais e um nível elevado de recursos ainda desconhecidos, “liberdade de movimento [...] pelo domínio da tecnologia e da ciência, aplicadas à estratégias do desenvolvimento nacional” e coesão interna, onde a nação brasileira encontra-se unida por um mesmo ideal. Essa coesão interna, da qual trata Mattos (1975), encontra-se condicionada ao momento político no qual o país estava inserido, em um período repressivo, onde somente o que tinha voz era o sistema imposto, pouco importava se este confrontava os direitos humanos dos cidadãos brasileiros.

Mattos (1975, p. 86) expõe que,

O Brasil, muito mais jovem, já se integrou numa alma nacional. A ninguém é lícito, de boa-fé, duvidar da existência de um espírito nacional alerta e sensível aos

¹⁸ A respeito destas tensões ver: SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970-2000)**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.
FIGUEIREDO, Washington Machado., et. al. **A engenharia do exército na construção do desenvolvimento nacional**. 1º ed. Tomo 2. Brasília: Departamento de Engenharia e Construção, 2014.

superiores interesses e aspirações nacionais da nação brasileira. Temos unidade de língua, de crença religiosa e de aceitação de nossa amálgama racial – enfim, extraordinária unidade espiritual.

Essa dita coesão interna fora prejudicial às populações indígenas da região amazônica, um exemplo disto, é a BR - 174 que tinha por objetivo, ligar Roraima ao restante do país e a sua vizinha Venezuela, salvo ainda os interesses capitalistas que se encontravam latentes, com a abertura de novos mercados a partir dessa rodovia. É a partir dela que de acordo com Silva (2007), se efetivou a ligação dessa região com o restante do país.

Ao analisar os jornais da época, podemos observar que a ligação com os países limítrofes se encontrava em real execução. No que concerne a ligação Brasil e a República Cooperativista da Guiana, verificamos no Jornal Boa Vista (1973, p. 01) que ambos os países demonstravam interesses políticos, para que o planejamento saísse do campo das ideias. Notamos que mais do que aos interesses locais, essa relação entre os países, se apresenta para o governo como sendo necessária para o desenvolvimento do Território, o qual seria o ‘boom’ final do desenvolvimento de Roraima, quando esse Território, um satélite apêndice brasileiro na área do Caribe, que já vem merecendo especiais atenções do Brasil na sua demanda pelo mercado internacional, terá papel de relevante expressão [...]” (JORNAL BOA VISTA, 15.09.1973, p. 01). Entretanto, é nítido como expõe a comissão mista que está se desenvolve a passos lentos.

Ademais, ao analisarmos os jornais Boa Vista no que concerne a essa questão, ficou bem claro que o objetivo maior, sempre se encontrou focado na atração de novos mercados e na questão da segurança nacional, está se condicionando a vertente desenvolvimentista, mais que uma ideologia e estratégia militar de governo pós-64. Entre 1975 a 1979 o lema do governo passa a ser “Desenvolvimento e Segurança” em claro e bom tom a toda a sociedade, principalmente roraimense, como podemos ver no jornal publicado em 29 de setembro de 1973.

Figura 3 - Desenvolvimento e Segurança



Fonte: (JORNAL BOA VISTA, 29.09.1974, p. 01).

É válido ressaltar, que este é um jornal do próprio governo, estando a seu serviço para propagar, difundir e cooptar a população com determinados ideais¹⁹. Essa ainda é uma prática muito recorrente no estado de Roraima, tendo em vista que a maioria dos jornais, redes de televisão e rádio que o estado possui, encontra-se em mãos da elite roraimense, deputados, senadores, dentre muitos outros. Como pode ser visto, todos os tipos de meios de comunicação roraimenses pertencem à elite, fato que destacamos como uma herança deste regime.

“Roraima oferece condições excepcionais para a conquista do mercado externo”, assim eram expostos os objetivos estratégicos para o TFR em 1974, pelo Ministro Mauricio Rangel Reis. De acordo, com as palavras do então ministro, é a partir desse momento que se configuram novas perspectivas para a Amazônia e ao TFR, utilizando-se da infraestrutura já existente e das que estão em construção, tais como, a Transamazônica, Cuiabá – Santarém, dentre outras estradas de penetração, esta região surge com um “novo” objetivo, trata-se de

¹⁹ Sobre este assunto, Victor Hugo Veppo Burgardt (2008, p. 23 - 24), ressalta que: [...] Roraima, como sujeito do bem comum e assujeitado pelas elites locais, tem na mídia um eficiente instrumento utilizado na articulação de um imaginário rico, onde não faltam meios de divulgação de ideias forças, oriundas de uma ideologia, que deve ser difundida e defendida, onde, a argumentação tem sido forte, constante e suficientemente convincente para maior parte da população roraimense [...].

desenvolver as potencialidades já conhecidas e identificadas na Amazônia (JORNAL BOA VISTA, 05.06.1974, p. 19).

E aos territórios, foi destinado um programa específico para cada um. No que é relativo ao TFR, Mauricio Rangel Reis destaca, que a conclusão da BR-174 passaria a significar a completa integração dessa vasta região amazônica, conseqüentemente, Roraima apareceria nesse cenário oferecendo “condições excepcionais” para o mercado externo. Aqui seria a ligação para o exterior, com o que Reis denomina de “verdadeiros corredores de exportação” (JORNAL BOA VISTA, 05.06.1974, p. 19).

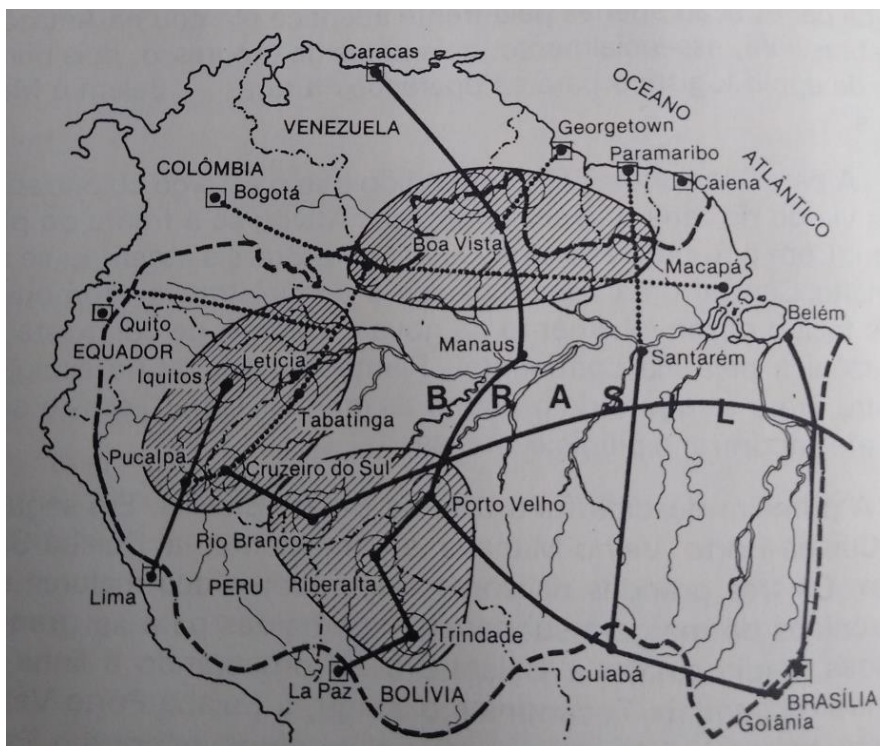
Paralelamente, é possível observar que o pensamento do Ministro Mauricio Rangel Reis encontrava-se embasado no pensamento geopolítico de Mattos (1980) quando este trata das Áreas Interiores de Intercâmbio Fronteiriço. A ideia consistia em se utilizar das estradas e vias de penetração abertas, para assim possibilitar a conexão aos interesses internacionais, mediante a inter-relação (intercâmbio) com os países limítrofes. Mattos (1980) apresenta três áreas que estão inseridas nesse arco fronteiriço, assim denominado pelo autor.

Estas áreas compreenderiam,

do norte para o sul, sendo a que a primeira envolve os espaços adjacentes ao sistema guiano, [...] e as seguintes situam-se no grande vale amazônico. Essas três áreas representam o grande desafio, pois compreende a região interior mais ampla, vazia e atrasada; aí muito se terá que fazer e muito ainda está por começar (MATTOS, 1980, p. 152).

É relevante ressaltarmos que não estão sendo levadas em considerações as populações tradicionais ali existentes, e que o discurso apresentado apenas representa o olhar dos militares, seus estudiosos e estrategistas, mais que o desenvolvimento da nação, o peso maior está em inserir o Brasil no campo dos países desenvolvidos.

Figura 4 – Áreas Interiores de Intercambio Fronteiriço



Fonte: (MATTOS, 1980, p. 154)

O arco compreendido pelo TFR que vai até os limites de Rondônia, que envolve os limites com os países fronteiriços da Venezuela, República Cooperativista da Guiana, Colômbia, Peru e norte da Bolívia, se apresenta na perspectiva de Mattos (1980) como o mais atrasado e que requer maior esforço, para que se concretize como uma área de intercâmbio, tendo em vista que suas vias de penetração e ligação ainda não se encontravam concluídas (MATTOS, 1980). É possível notar, que essas áreas somente tinham caráter de relevância por uma perspectiva de suas fronteiras, principalmente no caso de Roraima, tendo em vista o leque de mercados externos que poderiam proporcionar a economia nacional.

Nesta perspectiva, o TFR é colocado como uma estrela de primeira grandeza, o que demonstra um sonho muito idealizado de Mattos (1980) e do próprio pensamento geopolítico impregnado nas instituições militares, onde de acordo com seu ponto de vista, a partir das relações estabelecidas com os países vizinhos, se posicionaria uma relação desenvolvimentista, em que se criaria um verdadeiro polo internacional, a partir do estímulo dos países envolvidos, onde desenvolvimento econômico e social seria o resultado alcançado por todas as regiões envolvidas e adjacentes (MATTOS, 1980).

Em virtude disso, podemos concluir, que Roraima realmente virou um campo de obras, dentro de uma perspectiva geopolítica, onde é notório que a integração e o desenvolvimento

foram os alvos guiadores dos governadores que aqui se instalaram. Esses governantes tinham como meta maior, dotar essa região de toda uma estrutura que fosse atrativa para o capital nacional e internacional, para que assim este pudesse se desenvolver de forma não dependente do governo nacional, fato que foi possível observar, pois, era uma das metas de governo de Roraima. No Jornal Boa Vista foi possível verificar que o Estado encontrava-se efetivando a infraestrutura necessária, entretanto, somente a empresa privada poderia fazer o desenvolvimento dessa região, isto de acordo com o pensamento dos estrategistas nacionais e locais.

Em suma, no que concerne aos planejamentos direcionados especificamente para o TFR, passaremos a seguir, a verificar com base no II Plano Nacional de Desenvolvimento, o programa de ação de governo estabelecido para o Território de Roraima, entre 1975 a 1979, analisando de que maneira as áreas de atuação do governo nacional para essa região foram pensadas, estabelecidas, articuladas e selecionadas.

3.2 II PND: Um Planejamento para o Território Federal de Roraima (1975-1979)

Como foi destacado ao longo desse estudo, o caminho por qual passou a Amazônia na política desenvolvimentista do Estado, estava sendo identificado com a do próprio país e sua inserção no sistema capitalista global, bem como “a reorganização acelerada da sociedade brasileira”. Onde observamos que a ocupação da Amazônia foi pensada a partir de sua “tese de internacionalização que surge ciclicamente com diferentes projetos”, fato que desencadeou após 1964, sistemáticos programas de ocupação e desenvolvimento (BECKER, 1990, p. 8).

Sob esse ponto de vista, os planejamentos e projetos direcionados ao TFR obedeceram os planos nacionais da época, os quais já destacamos anteriormente. Entre 1975 a 1979, um plano específico foi direcionado para o TFR, onde sua elaboração teve por intuito fazer todo um levantamento estratégico e a partir disso adotar um programa de ação para essa região, com objetivo no trinômio “Desenvolver, Ocupar e Integrar”. Trata-se de um desdobramento do II PND, bem como destaca o *Programa de Ação do Governo para o Território Federal de Roraima* (1975) constitui um cumprimento do que se encontra disposto no decreto lei nº 411/69: “a ação administrativa dos territórios obedecerá a planos do Governo previamente submetido à aprovação do Ministro do Interior” (BRASIL, 1975, p.8).

Tratando-se assim, de um meio de instrumento para o governo local e nacional na orientação de seus trabalhos, execução, planejamento e objetivos a serem alcançados, visando

áreas prioritárias de desenvolvimento, objetivando em maior estância, o pleno desenvolvimento de Roraima. É importante ressaltarmos, conforme o documento oficial, que todo esse planejamento contou com o auxílio das equipes do governo do Território para sua formulação, deixando nítido, dessa forma que as ações planejadas para essa região não foram somente pensadas pelo olhar do “outro”, no caso somente o Governo Federal (BRASIL, 1975).

Mesmo que isto não signifique mudanças quanto a sua política à sociedade, bem como as populações indígenas dessa região, para termos uma ideia, tocante a essa questão em nenhum momento é citado ou falado em desenvolvimento para suas áreas ou mesmo população, fato corriqueiro, tendo em vista que nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1974 e 1975-1979) também não são questões abordadas.

Para não faltarmos a verdade, no que concerne às populações indígenas, estas aparecem quando é abordado a questão dos aspectos demográficos dessa região, onde é apresentado que a população indígena do TFR, é estimada em torno de 11.000 habitantes, sendo assim divididos: “constituída por contingentes dos seguintes grupos: Yanomani (3.550), Waiká (3.000), Macuxi (3.500) e outros grupos menores. Correspondem a 20% da população não indígena e vivem dispersos, ocupando grandes áreas” (BRASIL, 1975, p. 9). É interessante que esse documento necessita destacar, como podemos notar na citação acima, que estes grupos ocupam vastas áreas, onde podemos perceber a necessidade do Governo Federal em apresentar que tais grupos são pequenos em quantidade de habitantes, estabelecendo assim um contraponto em relação ao tamanho de suas áreas ocupadas, apresentando dessa forma, a não necessidade de se ocupar vastas regiões por parte dessa população.

Não cabe aqui fazermos toda uma descrição dos aspectos introdutórios desse programa de ação governamental por dois motivos: primeiro que inicialmente é realizada apenas um levantamento acerca das características geográficas dessa vasta região, a segunda é referente aos seus setores produtivos²⁰, onde é apresentado as características desses setores desde sua organização, planejamento, quantitativo de vendas, produção, produtos, bem como suas defasagens. Observadas essas questões, temos como objetivo, com base no referido documento, verificar qual era a Política de Desenvolvimento orientada e planejada para o TFR entre 1975 a 1979.

²⁰ Para maiores detalhes e informações ver: BRASIL. Ministério do Interior. **II Plano Nacional de Desenvolvimento**: Programa de Ação do Governo para o Território de Roraima, 1975-79. Brasília, Ago.1975.

Três pontos são norteadores da ação governamental no Território: a organização racional do espaço, a política de desenvolvimento e o programa de atuação. No que se refere à questão organizacional do espaço, foi possível observar que ela se concentra principalmente, nos eixos rodoviários dessa região e por meio de colônias agrícolas²¹. Dessa forma, é notório que o tema da ocupação ainda se tratava de um dos objetivos a serem alcançados pelo governo do Território.

Essa questão da ocupação racional do espaço no TFR foi pensada a partir das condições dos solos e de sua aptidão agrícola. Dessa forma, foi estabelecido que ela se faria próximo aos eixos rodoviários das BR - 174, BR - 401 e a Perimetral Norte/BR-210, mediante a imigração natural que se estabeleceria quando ocorresse a entrega da BR - 174. Essa rodovia ligaria Manaus e Caracaráí, e facilitaria a ocupação nucleada, “com a implantação ou reestruturação de núcleos habitacionais, para prestação de serviços de apoio às atividades a serem desenvolvidas na área”, ocupação sendo realizada mediante a seleção das melhores manchas de solos ao longo dos eixos rodoviários, para um melhor desenvolvimento econômico da produção social dos que ali se instalassem (BRASIL, 1975, p. 71).

Quanto à questão da ocupação dirigida ao longo desses eixos, duas ressalvas no documento se apresentam, primeiro houve uma preocupação quanto às áreas ocupadas, salvo as regiões com melhores manchas de solo se encontravam em áreas de mata. Havia uma preocupação frente a essas áreas, que de acordo com o programa: “ao se identificar a porção ou porções de mata, dentro das áreas selecionadas para ocupação, e que constituem unidade ou unidades ecológicas, elas sejam mantidas como reservas florestais de prioridade de um grupo de colonos”, visto que se designado a reservas individuais isso poderia acarretar retalhamentos e quebras das unidades ecológicas (BRASIL, 1975, p. 71).

A segunda ressalva se refere ao tamanho dos lotes a serem ocupados pelos imigrantes, ela foi pensada a partir das características das áreas selecionadas, tais como o “solo, disponibilidade de água, distribuição das chuvas durante o ano e o relevo”. Além disso, levou-se em consideração também, os seus conhecimentos agrícolas, o tamanho da família do novo colono e seu capital inicial, sendo assim designado uma porção de terra a ele (BRASIL, 1975, p.71).

²¹ Em 1975 havia apenas três colônias agrícolas, são: Cel. Mota, Fernando Costa e Braz de Aguiar. Entretanto, com base no Programa de Ação do Governo para o Território de Roraima, outras três colônias deveriam ser criadas com o objetivo de “fortalecer o abastecimento interno e promover a exportação de produtos agrícolas, depois de atingida a auto-suficiência”, estas seriam criadas nas regiões do Surrão, Alto Alegre e Serra da Prata (BRASIL, 1975, p. 72).

No que concerne aos colonos já instalados nessas regiões, de acordo com esse documento, caso eles se instalassem em áreas que não estivessem determinadas como áreas de ocupação, seriam “convidados” a se retirarem. A partir disso, observamos que não eram levadas em consideração, as instalações desse colono, sua produção e também o seu trabalho destinado à sua área de ocupação. O fator que se apresentava mais relevante para o governo era instalar o colono em áreas preestabelecidas pelo seu programa de ocupação, onde seriam emitidos títulos provisórios de propriedade de sua nova área a esse colono.

É possível notar, uma dada preocupação nesse documento para evitar uma desordem nesse processo de ocupação dirigida, evitando assim o que destacam como a “corrida” desordenada que ocorrera em outras regiões. Frente a isso, o documento destaca a necessidade da criação de um posto de triagem e controle, destinado para a orientação desse fluxo imigratório.

Esse posto de controle seria estabelecido na margem direita da BR - 174, na divisa com estado do Amazonas, o qual seria o responsável pela orientação dos colonos ao posto de triagem onde seria realizado o levantamento das características do novo colono, para assim ser designado a uma área de ocupação. A seguir podemos verificar as áreas destinadas a ocupação dirigida e o posicionamento do posto de controle e de triagem desses novos fluxos “naturais” de imigração²² (BRASIL, 1975). Assim denominado por esse programa de ação governamental.

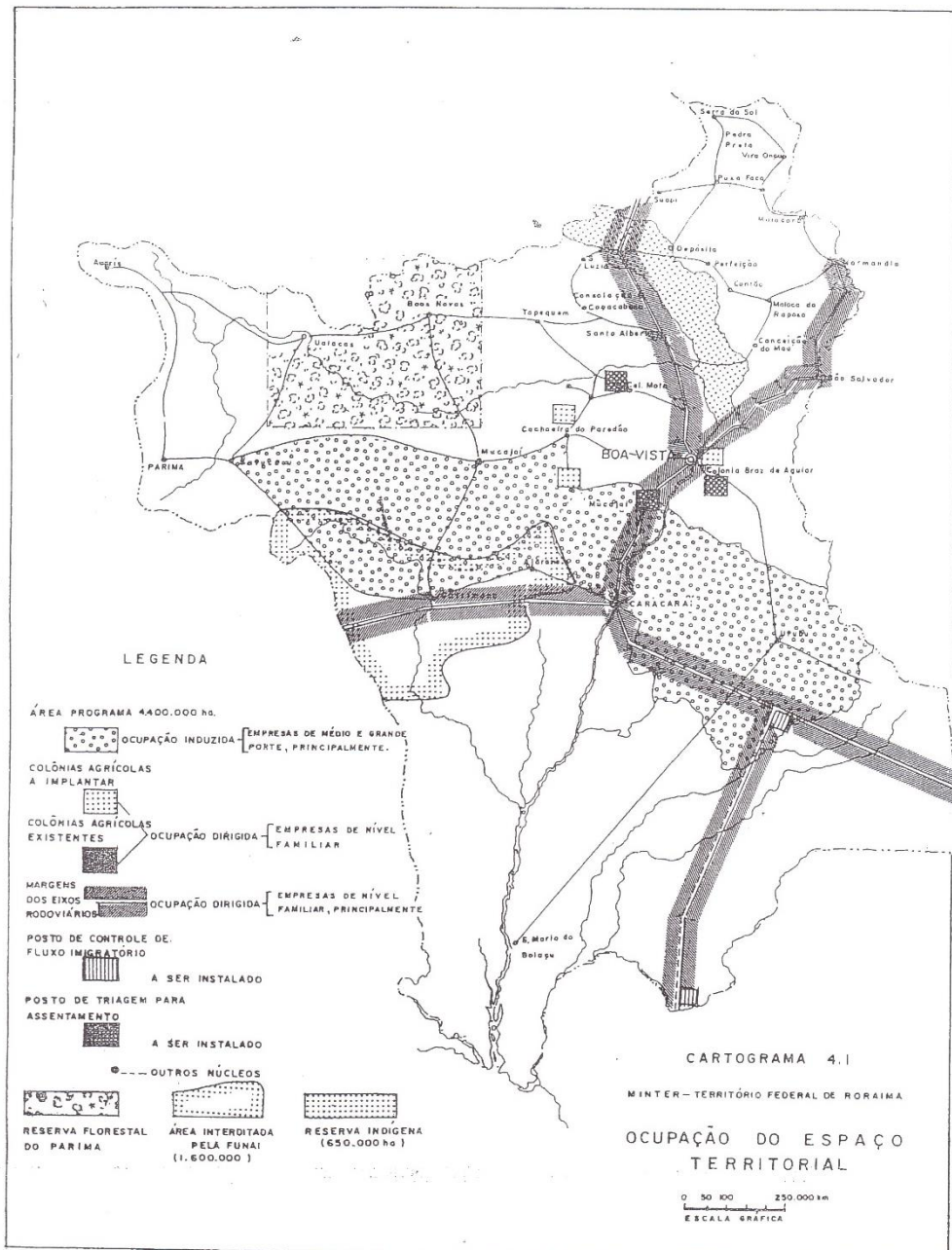
É importante frisar que esse projeto de colonização, não se encontrava fora de um contexto maior do que a própria ocupação da Amazônia, a qual ocorreu mediante diversos projetos de colonização. Tais projetos tinham como intuito realizar a distribuição de terra, entretanto de forma controlada pelo Estado, dessa forma, estimulando e orientando os movimentos populacionais. É perceptível nesses diversos projetos, que eles não ocorriam apenas pelo controle do Estado, mas também por empresas privadas, como foi o caso da colonização ocorrida em Mato Grosso do Sul.

Acerca desse assunto, Becker (1990, p. 37) esclarece que

As companhias de colonização executam e controlam a venda de lotes (de 50, 60 ou 100 há), a comercialização e o beneficiamento da produção – guaraná, café, arroz – e exercem o poder político local. Elas financiam campanhas publicitárias para atrair compradores entre pequenos e médios proprietários rurais capitalizados e pequenos investidores do Sul, principalmente Paraná, de onde migram também nordestinos de segunda geração. Os resultados da colonização privada se assemelham aos obtidos pela grande empresa – a compra de terras predominou sobre a expansão das atividades produtivas, que são muito reduzidas.

²² Ver figura 5 na página 58.

Figura 5 – Áreas de Ocupação do Território Federal de Roraima



Fonte: (BRASIL, 1975, p. 75)

Dessa maneira, podemos observar com base na autora, que a questão do uso e apropriação da terra era precípua aos governos militares, sendo as estratégias governamentais de ocupação dessa extensa área, uma tática para uma distribuição de terra onde os conflitos existentes entre latifundiários, camponeses e as populações tradicionais fossem “controlados e amenizados” (BECKER, 1990, p. 37).

Becker (1990, p. 26) frisa ainda:

Os primeiros projetos agropecuários datam de 1966, mas é na década de 1970 que se cristaliza o predomínio econômico e político da empresa agropecuária na região: o

governo considera impraticável a colonização baseada em pequenos e médios proprietários frente à escala dos investimentos e de organização empresarial considerada necessária à ocupação rápida de uma área extensa como a Amazônia. É o próprio governo, porém que avaliza e credita subsídios aos empresários, através do mecanismo de incentivos fiscais. Inicia-se assim a mudança no processo de apropriação de terras [...].

Com base nesses pressupostos, podemos observar algumas particularidades no processo de ocupação da Amazônia, e qual a perspectiva de desenvolvimento que os governos pós-64 tinham para a região. Verifica-se que na concepção desse Estado a colonização da Amazônia somente se efetivaria a partir da presença do grande capital, e que, como forma de atrair esses investimentos, o governo subsidiou esse processo por meio de diversos incentivos fiscais e creditícios.

No TFR não foi diferente, como pode ser verificado no mapa da figura 5, foram destinadas áreas de colonização para empresas privadas de médio e grande porte ao longo dos eixos das rodovias, essas rodovias teriam incentivos fiscais e de crédito disponíveis para investimentos em suas áreas de ocupação. Além disso, seriam inseridas em regiões de aptidão agrícola de dois níveis, que se concentram “à leste desde a BR - 174 até a fronteira da República Cooperativista da Guiana”²³. Mais o que significa essa aptidão agrícola de dois níveis? De acordo com o documento em estudo, são:

Áreas adequadas para o pastoreio extensivo, por compreenderem campos naturais, que representam, em superfície, importante parcela da parte leste da BR-174, dentro da área delimitada. Estes campos naturais parecem oferecer melhores condições ao desenvolvimento da pecuária bovina, do que aqueles situados no centro-norte do Território. Tudo indica que isso se deve ao clima, que ali, é mais generoso, possibilitando melhor distribuição de chuvas durante o ano. Áreas que apresentam restrições às culturas de ciclo curto e longo, que poderão ser removidas através do emprego de maneio e técnicas adequados (BRASIL, 1975, p. 73).

Segundo o programa,

[...] o que parece ser indicado para essa Área – Programa é a ocupação induzida, através da instalação de médias e grandes empresas – principalmente, para o desenvolvimento de projetos agrícolas e pecuárias. Deverão ser criadas oportunidades para que os empresários, sejam atraídos para o Território. Incentivos fiscais e outros instrumentos institucionais, possíveis de serem utilizados dentro da zona de influência da SUFRAMA, podem constituir importantes meios que o Governo disporá para tanto (BRASIL, 1975, p. 73).

Continua,

A ocupação bem dirigida dessa área e seu posterior desenvolvimento, poderá transformá-la numa das regiões geo-econômicas mais importantes da Amazônia, por

²³ Ver Figura 5 – Áreas de Ocupação do Território Federal de Roraima – página 58.

possuir boas características naturais e localização estratégica com relação aos mercados de Manaus, Venezuela e Guiana (BRASIL, 1975, p. 73).

Um contraponto interessante acerca dessa questão, apresentado tanto pelo Programa de ação para o Governo do Território, como por Becker (1980), a historiadora Maria José dos Santos (2010) nos apresenta que no caso específico dessa região do extremo norte, os projetos de colonização dirigidos foram realizados de maneira inversa na região sudeste de Roraima. Em sua pesquisa intitulada *Em Busca da Terra: Migração, Organização e Resistência na Política de Colonização no Sudeste de Roraima (1970-1990)*, (2010) a autora justamente desmistifica tal afirmativa.

Para Santos (2010), esses projetos de colonização que ocorreram principalmente entre fins de 1970 e início de 1980, apenas transferiam os problemas sociais oriundos de outras áreas para a região Amazônica. A autora discorre: “o que estava em jogo era a reprodução do capital” (SANTOS, 2010, p. 40). No que concerne a esses projetos de colonização, a autora nos apresenta que na região sudeste²⁴ de Roraima, tais projetos se desenvolveram de maneira espontânea, sendo o papel do estado até 1983, desconhecido.

Santos (2010, p. 41) frisa que “A documentação encontrada nos próprios arquivos do INCRA demonstra que o processo de ocupação da Perimetral Norte, inclusive no projeto Jatapu que deveria ter sido planejado, ocorreu de forma espontânea, sem o olhar e o controle do Estado”. Dessa forma, queremos com isso, apresentar que apesar da importância apenas para os projetos de colonização dirigidos pelo estado, ocorreram casos como o do sudeste de Roraima em que este se processou de forma espontânea, sem o controle e intervenção do Governo.

Mas além da estratégia de ocupação designada pelo programa, qual foi a Política de desenvolvimento para o Território?

No documento em estudo podemos perceber que os objetivos, diretrizes e a própria estratégia de desenvolvimento para o TFR estavam embasadas em um tripé, que apenas nos demonstra uma repetição dos objetivos, transformados em diretrizes e as diretrizes em estratégias. Quando analisados esses três pontos norteadores da política desenvolvimentista dessa região, foi possível observar que a questão fundiária, a modernização administrativa e a

²⁴ Atualmente alguns municípios que compõem essa região são: Caroebe, São João do Baliza, São Luiz do Anauá, Rorainópolis e o Distrito de Novo Paraíso no município de Caracaraí. Informações retiradas do documento: PLANO Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável: Propostas De Políticas Públicas Para O Território Sul De Roraima. Rorainópolis/RR: MDA, 2010.

melhoria das atividades produtivas, se apresentam como os alvos a serem alcançados pelo governo nessa região, sendo como o tripé do desenvolvimento do Território.

Para refutarmos essa perspectiva, a seguir apresentaremos de acordo com o *Programa de Ação do Governo para o Território Federal de Roraima (1975)*, os objetivos, diretrizes e estratégia de desenvolvimento para essa área. Em um primeiro momento, é válido mencionar que a política desenvolvimentista planejada e orientada para o TFR, encontra-se embasada no II PND e no Programa de Ação do Governo Federal para a Amazônia, sendo embasados em pressupostos já estabelecidos a nível nacional e regional.

Os objetivos que orientam a política desenvolvimentista do Território, encontram-se estabelecidos em cinco pontos norteadores, são eles:

- Complementação do sistema viário de ligação aos ditos centros propulsores da Amazônia: (Manaus, Belém, Santarém) e de articulação continental.
- Consolidação da Capital do Território, como centro propulsor do desenvolvimento e organização de centros interiores.
- Realização da **ocupação econômica do Território**, por meio da colonização e assentamento de empresas rurais.
- Fortalecimento das atividades produtivas, bem como uma maior diversificação destas.
- Atração seletiva e fixação da população migrante, da qual o Território Federal de Roraima necessita (BRASIL, 1975, grifo nosso).

Para alcançar esses objetivos, o Governo Federal estabeleceu as seguintes linhas de ação tanto de caráter espacial, como setoriais a nível regional e Federal, são elas:

Melhor aproveitamento das condições navegáveis do Rio Branco e outras vias navegáveis; O aperfeiçoamento do sistema de comunicações, interligando-o ao sistema nacional; A conclusão das vias rodoviárias de acesso ao Território; A implantação do sistema hidroenergético (expansão dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica); A implantação do plano de desenvolvimento urbano de Boa Vista, consolidando os recursos federais destinados ao desenvolvimento urbano; A reorganização urbana de Caracará, consolidando os recursos federais destinados ao desenvolvimento urbano; A modernização e o reaparelhamento da administração do Território, de forma a aprimorar suas funções promotoras de desenvolvimento; A capacitação de recursos humanos para as atividades dos setores públicos e privado; A melhoria das condições de saúde da população do Território; Estudos e pesquisas de base, visando a identificação das potencialidades naturais da área; A aplicação dos instrumentos fiscais e financeiros da SUDAM e SUFRAMA; A regularização do sistema fundiário do Território; A colonização nos eixos formados pelas BRs 174, 401 e 210 (Perimetral Norte), nas faixas compreendidas no Território; A criação de oportunidades para que empresários dispostos a investir no setor agropecuário sejam atraídos para o Território, possibilitando, assim a ocupação induzida da área selecionada para o desenvolvimento

de atividades agropastoris, com base na instalação de empresas de médio e grandes portes (BRASIL, 1975, p. 77 – 78).

Como podemos observar, esses objetivos e diretrizes de ação governamental, não se apresentam como uma grande mudança ou novidade nesse cenário político que estávamos discutindo ao longo deste trabalho. Entretanto, a questão da ocupação econômica do território é pela primeira vez assim exposta, o que decorre principalmente do pensamento geopolítico e econômico da época, da mesma forma, no II PND pela primeira vez foi mencionada a ocupação produtiva da Amazônia, mesmo que anteriormente este já fosse o objetivo principal. Tais objetivos e linhas de ação (que no caso são as diretrizes de atuação e estratégia de desenvolvimento), possuem caráter não apenas político, mas são apresentados como ainda tendo fundo econômico e social.

Em um primeiro momento, quando observada essa Política de Desenvolvimento orientada para o TFR, obtivemos a percepção de que elas no que concerne as questões sociais e humanas da população boavistense, em nada se apresentam nesse planejamento, todas as metas são direcionadas para um desenvolvimento econômico. Entretanto, ampliando o olhar sob este documento, seria errôneo dizer que o mesmo não aborda as questões precípuas para o desenvolvimento humano da sociedade boavistense, como saneamento, transportes, educação (no que concerne ao desenvolvimento dessa área para a melhoria administrativa e privada), é para tanto que o documento fala em “grandes objetivos de fundo político, econômico e social para o Território Federal de Roraima”. Porém, é nítido que a inserção dessa parte do extremo norte no cenário econômico é primordial para o governo nacional, sendo essas questões sociais também importantes para esse crescimento econômico planejado para essa região (BRASIL, 1975, p. 77).

Não se pode também deixar de mencionar, que as questões que envolvem melhorias urbanas, de comunicações, saneamento básico, transportes, bem como no setor administrativo do Território são apresentadas sim (como dito anteriormente) e foram alvos da ação do governo, com altos níveis de investimentos nessa área. Entretanto é possível notar tanto nos jornais da época, como no próprio documento de estudo, que esse se apresenta como um artifício de atração de investidores para a região, observando que, como bem coloca o *Programa de Ação do Governo Para o Território Federal de Roraima* (1975), somente a empresa privada poderia fazer o desenvolvimento econômico dessa região.

Neste tocante a esse assunto, pode-se inferir que os recursos destinados a serem investidos no Território, tratam-se de um valor expressivo, atingindo um montante de Cr\$ 488

milhões. Tais investimentos eram destinados para o período de 1975 a 1979 e encontravam-se previstos no POLAMAZÔNIA. É perceptível, que estes eram altos investimentos e principalmente para o período, pois já se tratava de um momento de crise econômica, com maior ênfase a partir de 1977. Para o ano de 1975, os recursos estipulados para execução de serviços, obras e estudos, envolveram a “ordem de Cr\$ 86 milhões”, o que correspondeu de acordo com este documento a uma diminuição de Cr\$ 2 milhões, ou seja 2,3% do valor inicial planejado para essa região, o que pode representar consequências do momento econômico da época. Os principais recursos do período de 1975 vinham do Polamazônia e em determinadas áreas foi possível observar que o governo do Território passou a investir maiores recursos²⁵.

Nos jornais *Boa Vista* foi verificado que realmente o governo do Território, na figura do Governador Cel. Fernando Ramos Pereira (1975-1979), colocou em prática as diretrizes expostas no programa de ação governamental. Entretanto, podemos afirmar que essas diretrizes eram voltadas principalmente, para as questões fundiárias, a urbanização dos dois municípios colocados como centros propulsores de desenvolvimento, Boa Vista e Caracaraí onde o governador destinou com muita ênfase suas ações as quais foram voltadas para as questões educacionais, e principalmente para melhorias para a atração do capital estrangeiro e nacional (por meio da ocupação das áreas destinadas para média e grandes empresas nos eixos rodoviários), podemos mencionar que o governador Fernando Ramos Pereira, realizou uma propaganda muito grande por meio desse jornal, para população sobre os avanços vividos no que concerne à Política desenvolvimentista do Estado.

Foi perceptível que o TFR entre 1975 a 1979 se tornou um campo de novas possibilidades econômicas na visão do governo nacional e local, atraindo dessa forma, uma mídia muito forte para essa região, com discursos denotados de entusiasmos e euforia desenvolvimentista. Durante esse período, essa região foi visitada por diversos órgãos de estudos, tais como: SUDAM, ESG, ECEME, Escola de Guerra Naval e entre muitos outros. Além da visita de vários diplomatas estrangeiros oriundos da Alemanha e Japão, por exemplo, com o intuito maior de verificar as oportunidades apresentadas por essa região.

Essas visitas tinham por intuito observar as melhorias de infraestruturas que aqui estavam em desenvolvimento, bem como se apresentavam como uma forma de fiscalização dos investimentos federais que eram destinados para essa região, estando dessa forma o Governo

²⁵ Ver anexo A – Tabelas com as discriminações dos valores e áreas de atuação dos investimentos direcionados ao Território Federal de Roraima para o ano de 1975.

Federal a par do que se encontrava em desenvolvimento, além é claro de observações das possibilidades econômicas que se apresentam relevantes para essas instituições.

Figura 6: Escola De Guerra Naval e EMFA em Roraima



Fonte: (Jornal Boa Vista, 19.07.1975, p. 01).

Verificarmos no Jornal Boa Vista, que as áreas de atuação do governo do TFR a partir de 1975, abarcavam as diretrizes expostas anteriormente, principalmente no que condiz a quatro questões: a regularização fundiária, o planejamento urbanístico de Boa Vista e Caracará, as redes rodoviárias e a educação. Destacamos essas áreas pelo fato de terem sido o alvo de maior atuação do governo local e Federal, na destinação dos investimentos, como também de concretização das ações governamentais.

No que concerne ao setor educacional, foi observado que foram criadas novas instituições escolares de 1º e 2º graus, além de determinados investimentos no setor universitário, observamos ainda a destinação de vários recursos para melhorias de infraestrutura das unidades escolares, bem como na construção de novas escolas e aperfeiçoamento dos professores e dirigentes.

Figura 7 – Sede do Campus Avançado de Santa Maria



Fonte: Arquivo do 6ºBEC.

O campus avançado de Santa Maria fora importante no desempenho dessas atividades. Sua instalação se deu durante a gestão do Ministro José Costa Cavalcanti e do governador “Ce. Leal Dalcin” e tinha como objetivo realizar, um trabalho conjunto ao governo do Território, “assessorando no planejamento e execução dos programas das Secretarias e com maior ênfase, nas áreas da Agropecuária, Saúde e Educação” sendo perceptível sua importância para além do setor educacional. Quando ocorreu a comemoração de seu 6º ano de aniversário no TFR, a estatística apresentada por essa instituição acusou os seguintes dados: “a mobilização, até maio, de 953 Acadêmicos de áreas diversas, e 162 técnicos de nível médio dos colégios Agrícola e Industrial”, o que para a época eram quantitativos expressivos (JORNAL BOA VISTA, 09.08.1975, p. 02).

Em muito, essas modernizações e investimentos tinham como objetivo maior dotar o território de melhorias para máquina administrativa pública e privada, além de possibilitar melhorias no campo de pesquisas voltadas para um melhor uso da terra, um dado notório é que estes tinham por finalidade um cunho mais político desenvolvimentista. Da mesma forma, foi possível notar que o setor educacional também teve seu “boom” durante esse período, tal “avanço” destacamos com ressalvas, tendo em vista os objetivos inerentes a eles. Esse “boom” do qual retratamos estava relacionado às inaugurações de instituições escolares tanto na capital, como no interior, sendo Caracaraí um exemplo disso.

No que concerne à questão fundiária, foi possível perceber uma propaganda muito forte em volta dessa temática e uma grande preocupação por parte do governador Fernando Ramos Pereira sobre esse assunto. Foi verificado nos jornais do ano de 1974/75 várias convocatórias

para regularização fundiária dos produtores rurais, bem como de chamadas nominais para a entrega das licenças de ocupação, onde ficou nítido que havia uma grande desconfiança por parte dos produtores rurais. Devido a isso, foi publicada uma matéria no jornal salientando que tais regularizações eram em prol de melhorias para o homem do campo e deixando muito claro que não haveria as tomadas das terras, mas sim sua regularização.

As licenças de ocupação não detinham caráter de posse definitiva da área ocupada pelo produtor rural, tratava-se mais de um artifício por meio do governo, para que o trabalhador do campo mediante sua licença de ocupação pudesse adquirir auxílio de crédito agropecuário, fazendo dessa forma com que a economia se movimentasse nessas regiões do Território, por meio dessas licenças o homem do campo poderia estar solicitando aos bancos créditos para investimentos. É importante destacar que no meio urbano também se fazia necessário a regularização fundiária. Acerca desse assunto, Fernando Ramos Pereira destacou em conferência feita para as comitativas do Curso Superior da Escola de Guerra Naval e do Estado Maior com apenas três meses de governo que seu carro-chefe encontrava-se na:

Consecução de uma solução definitiva para o problema fundiário de Roraima, condição 'sinequa' à programação desenvolvimentista do Território' e exemplificou que na "própria 'faixa doméstica': 'Mesmo na área urbana, o indivíduo não pode receber o crédito do BNH, que tem no Banco de Roraima, o seu agente. Vamos ocupar! Ocupar com segurança! Ninguém virá para cá, sem ter a terra na mão, referindo-se ao investidor que aguarda a sua hora de vir para Roraima (JORNAL BOA VISTA, 27.07.1974, p. 04).

Visto estas questões, ademais, por mais que possa parecer um discurso repetitivo, aqui foram expostos apenas o pensamento e ações dos governantes da época, fica claro que apesar de demonstrar uma "fala" em prol do desenvolvimento econômico e social, não foi isso o que observamos de fato. Em nenhum momento vimos preocupações de grande vulto social, podemos afirmar categoricamente com as fontes e sendo o jornal do próprio governo, que o fator econômico era a grande luta a ser vencida. O desenvolvimento dessa região era de extrema relevância para a integração nacional, e podemos dizer que nos dias atuais essa temática ainda é muito forte. A seguir passaremos a apresentar como essa Política de Segurança Nacional e Desenvolvimento implantou no TFR uma política desenvolvimentista que estruturou nessa região toda uma infraestrutura física e administrativa, observando suas nuances e realizando o seguinte questionamento: Desenvolvimento para Quem?

Capítulo III

4. O Projeto de Desenvolvimento da Ditadura Militar para o Território Federal de Roraima (1970-1979)

4.1 A Política de Desenvolvimento e Segurança no Território Federal de Roraima (1970 – 1979): “A Vez das Pontes”

É com vista a tão almejada integração nacional, numa clara integração desenvolvimentista dos espaços territoriais brasileiros, que no TFR se teve um alto nível de investimentos, através de vários projetos de desenvolvimento com segurança. Estas ações foram colocadas em prática principalmente durante os governos do Tenente Coronel Hélio da Costa Campos (1967-1969 e 1970-1974) e do Coronel aviador Fernando Ramos Pereira (1974 -1979). Apesar de ambos os governos terem sido decisivos na estruturação administrativa e física do território, estes governantes detêm diferenças claras nos seus objetivos de governo para esta região, mas sempre embasadas no plano maior do Governo Federal.

Além do mais, as diferenças vão além de suas metas de governo, atingem também suas práticas políticas, em outras palavras, o Poder Político²⁶ aqui desempenhados por tais governantes. Acerca disto, podemos mencionar respaldados em Santos (2013) que os investimentos e a política direcionada para Roraima durante o período em estudo, teve dois momentos específicos. Em sua primeira etapa, as obras desenvolvidas neste extremo norte do país, detiveram um caráter estratégico, poderíamos dizer, voltado para a Segurança Nacional, não que este estivesse dissociado da vertente econômica, muito pelo contrário. Esta vertente desenvolvimentista, aparece com maior evidência principalmente durante o governo de Fernando Ramos Pereira (1974-979) que respaldo no *Programa de Ação do Governo para o Território Federal de Roraima* (1975) tem objetivos bem claros e específicos para tornar esta região atrativa para o desenvolvimento do grande capital.

No que compete as suas práticas políticas podemos mencionar e como demonstraremos, estes tiveram características distintas. Hélio da Costa Campos (1970-1974) conseguiu

²⁶ De acordo com Bobbio (2000, p. 163) o poder político é uma das formas de poder do homem sobre o homem, sendo apenas uma de suas variações. Este funda-se “sobre a posse dos instrumentos através dos quais se exerce a força física (armas de todo tipo e grau): é o poder coativo nos sentido estrito da palavra. O poder político é em qualquer sociedade de desiguais o poder supremo, isto é, o poder ao qual todos os outros estão subordinados [...].

cooptar²⁷ a população e políticos locais, estabelecendo assim uma dita “boa relação” com a gente da terra. Santos (2013, p. 106) sobre esta questão destaca que,

Hélio Campos (1967-1969 e 1970-1974), homem ligado a “linha dura” militar, governou [...], num momento de euforia nacional, cooptando as lideranças locais com cargos e apoio para dezenas de jovens estudarem nas grandes capitais.

Fato que se processou de forma inversa com seu sucessor, Fernando Ramos Pereira (1974-1979) que entrou em choque com as lideranças locais, principalmente por colocar em prática as diretrizes expressas pelo *Programa de Ação do Governo para o Território* (1975), principalmente no que refere-se a regularização fundiária, fato que percebemos nas manchetes dos Jornais Boa Vista fora alvo constante das ações do então governador. Haja visto, que a regularização fundiária se fazia necessária no preceito de desenvolvimento imposto no II PND e bem como necessária para atração da empresa privada.

É a partir de 1970 que iniciou-se no TFR uma época de transformações evidentes e de grande porte. Entretanto, foi durante o período compreendido entre 1967 a 1969 que Roraima já começou a apresentar aspectos de desenvolvimento quanto a sua infraestrutura. Segundo Souza (2008, p. 52) foi nesta época que foram iniciados os “serviços de elaboração do Projeto de águas [...], Plano Diretor do Serviço oficial de telecomunicações do território interligando-o com o interior e algumas capitais e a reforma administrativa [...]”, aproximando desta forma o território dos preceitos da administração pública.

Todavia, é em 1970 que estas ações passam a ser implementadas de maneira mais significativa, com altos valores disponíveis para investimentos principalmente na infraestrutura da cidade de Boa Vista. Nos boletins oficiais do ano de 1970 foi possível observar um aumento significativo de licitações para a execução de obras públicas para a construção de escolas, pontilhões de madeira e entre outros melhoramentos destinados a capital, ainda foram notados um grande número de nomeações e exonerações neste período, o que se leva a considerar uma demonstração de instabilidade administrativa relativo da política territorial (BOLETIM OFICIAL, nº. 77, 13.08.1970, p. 362).

No que refere-se a questão da instabilidade administrativa, podemos mencionar que em grande parte encontra-se relacionada ao fato de estarem sendo executados os objetivos

²⁷ Ver: SOUZA, Sônia Suely Soares. Um Território Federal Dentro de um Estado Militarizado: O Exemplo do Governo do Tenente Coronel Hélio da Costa Campos em Roraima de 1967 a 1974. Boa Vista, 2008. 144p. Monografia de Especialização em História Regional.; SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970-2000). Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

nacionais para esta região, não levando-se em consideração os anseios políticos dos que antes encontravam-se no poder, em primeiro lugar se visava que fosse desenvolvido as metas nacionais, fazendo-se desenvolver nesta região uma série de medidas que privilegiavam a integração nacional e em particular das áreas de fronteiras.

Entre 1970 a 1979 a política aqui desenvolvida encontrou-se estritamente ligada aos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I PND – 1972-1974 e II PND (1975-1979), ao PIN (1970) e ao já citado Programa de Ação do Governo para o Território Federal de Roraima (1975) (SANTOS, 2013). No que condiz ao período compreendido entre 1970 a 1974 a ação voltada a esta região encontrou-se embasada no I PND que tinha por meta desenvolvimentista para a Amazônia o já citado lema: *Integrar para desenvolver*, é em consonância a este objetivo voltado para Amazônia que Hélio Campos destinou sua ação principalmente à Cidade de Boa Vista, colocada como um polo estratégico para o desenvolvimento de Roraima, pela SUDAM em 1968 (JORNAL A CRÍTICA, 28.09.1971, p. 01).

Acerca do assunto, Hélio Campos discorreu ao Jornal A Crítica (1971), que era em virtude disto que passou a dotar no TFR e especificamente em Boa Vista, o que denominou de o “mínimo necessário da humanização para a irradiação dos seus efeitos”, em outras palavras, quando se fala em “irradiação dos seus efeitos”, podemos concluir que Hélio Campos (1970-1974) refere-se as consequências “positivas” destas transformações que poderiam advir de suas empreitadas, principalmente para o setor privado, tornando esta região propiciar para seus investimentos (JORNAL A CRÍTICA, 28.09.1971, p. 01).

De acordo com o I PND (1972-1974) a ocupação econômica e o processo de desenvolvimento da Amazônia e conseqüentemente do TFR, seriam efetivados mediante, a migração de contingentes populacionais de outras regiões, para áreas consideradas como “espaços vazios”, também se fazia necessário a construção de uma rede de infraestrutura econômica, com portos, rede rodoviária básica, bem como do desenvolvimento da navegação fluvial, além da criação de uma malha que abarcasse as áreas de educação, saúde e “assistência que viabilize radicar as populações” (BRASIL, 1970, p. 29).

Observando estas necessidades para a integração e desenvolvimento econômico desta vasta região amazônica, podemos inferir que as ações desenvolvidas entre 1970 a 1974 encontrou-se estruturada nestes princípios norteadores, principalmente no que condiz a construção de uma infraestrutura que possibilitasse o desenvolvimento econômico-social pretendido pelo Governo Militar, foi possível notar que a Política Segurança Nacional e Desenvolvimento implantada no TFR abrangia vários segmentos estratégicos, tais como:

Transportes, saneamento básico, telecomunicações, saúde e educação, que tinham como meta o Desenvolvimento com Segurança alvo incansável dos governos pós-64.

A partir de 1973 o território já se apresentava como um grande canteiro de obras, com transformações de grande monta, foi um período marcado por grandes inaugurações, ficando simbolizado no inconsciente roraimense como a época das estradas e pontes. É perceptível que o TFR encontrou-se em um ritmo acelerado na implantação de um verdadeiro sistema de infraestrutura. Que se apresenta como fruto maior das manobras de inserção no sistema capitalista em que o país pretendia alcançar (JORNAL BOA VISTA, 1973).

Figura 8 – Cidade de Boa Vista em 1973



Fonte: Arquivo do 6º BEC.

Quando da entrega das pontes Mucajaí, Parimé e Cararuá em 1973, estas se constituíram em grandes símbolos das ações implantadas pelo Governo Federal no território, apresentando-se como marco de prosperidade a população roraimense. Tais obras se destacam na concepção dos militares como a superação de tentativas anteriores não concretizadas, que somente com a decisão “extremada” do Governo que se implantou em 1964 foi possível estar se realizando tais investidas e as tornando possíveis (JORNAL BOA VISTA, 15.09.1973, p. 01).

Figura 9 – A Vez das Pontes



Fonte: (JORNAL BOA VISTA, 15.09.1973, p. 01)

“Não é somente ter a ponte ou ter a estrada, o que queremos é uma coletividade econômica”, assim é visto a integração do TFR quando da entrega da Ponte do Mucajaí na publicação de 18 de dezembro de 1973 do Jornal Boa Vista, é importante frisar que esta é uma percepção que vem ao longo dos governos militares em sua política econômica. É perceptível que a integração de Roraima se desenvolve com um apelo muito grande para o viés econômico, o Ministro Costa Cavalcanti presente na inauguração retratou o panorama a ser pretendido por esta região amazônica em seu discurso. O Ministro afirmou:

Devemos nos juntar com a iniciativa privada, pois tudo que se faz é para permitir que o empresário, grande ou pequeno, tenha condições para exercer suas atividades. Vale ressaltar que, **quem cria realmente a riqueza, quem promove o desenvolvimento é a iniciativa privada**. Nós apenas preparamos a infraestrutura (JORNAL BOA VISTA, 18.12.1973, p. 05, grifo nosso).

Podemos perceber que o que estava em jogo era a reprodução do capital, o que não foge do objetivo principal dos Governos Militares que estiveram no poder a partir de 1964, com sua política desenvolvimentista voltada para as empresas privadas nacionais e internacionais. Acerca desse assunto, Octavio Ianni (1986) destaca que a política econômica dos governos pós – 1964 encontrou-se dedicada a realizar o crescimento econômico da grande empresa privada, embora esta levasse drásticas consequências negativas a sua população.

Acerca dessas ditas consequências ou contradições sociais que Octavio Ianni (1986, p. 251) assim chama em seu livro *Estado e Planejamento econômico no Brasil*, ao Estado

Estavam interessados em controlar as contradições sociais, por meio do fortalecimento do Poder do Executivo. Tratava-se de reforçar o “centralismo autoritário”, a fim de que a política econômica governamental pudesse ser formulada e executada com um mínimo de obstáculos e distorções; e o máximo de eficácia. Em outros termos, tratava-se de atrair para o ambiente brasileiro ‘o investidor de longo prazo, que nos interessa para o desenvolvimento econômico’, oferecendo-lhe ‘um grau razoável de estabilidade política’. Mais uma vez, a política econômica governamental aparecia como elemento essencial das relações econômicas e políticas entre as classes sociais. E a ação estatal destinava-se a propiciar condições favoráveis ao florescimento do setor privado.

Pode-se constatar que tais empreendimentos não se encontravam destoados do objetivo da integração nacional e de desenvolvimento econômico nacional, e que nem se apresentam como melhorias para o bem-estar social. Tais obras se apresentam, e isto de modo geral, como geradoras de novos panoramas de relações com os países vizinhos, e bem como para o restante do país. Como já inferimos, este foi um período denominado pelo meio de comunicação do governo como a época das pontes, e realmente o número de pontes em execução e sendo inauguradas era significativo, para termos uma breve noção, contabilizamos mediante o Jornal Boa Vista um total superior a 20 pontes (de diversas magnitudes), sendo válido considerar as dificuldades existente para a realização destes empreendimentos, como o transporte dos materiais, sua extensão, fora o meio ambiente em que estavam sendo inseridas.

Figura 10 – O Panorama Visto da Ponte



Fonte: (JORNAL BOA VISTA, 15.09.1973, p. 05)

“**Roraima a espera do investidor**” assim é visto o panorama e a visão dos militares e técnicos a serviço do governo para o TFR, segundo declarações do então Cel. Raul G. Diaz, Comandante de Fronteira de Roraima em 1973, afirmou que esta região encontrava-se em “grande progresso; não somente a capital, mas como todo o Território”, entretanto, no que refere-se aos investimentos privados, este setor ainda não acompanhava o mesmo ritmo de desenvolvimento no qual Roraima estava inserido. De acordo com suas declarações dadas ao Jornal Boa Vista, esta região era vasta, propiciando aos investidores interessados, grandes possibilidades de crescimento, principalmente em decorrência de seu território “pouco habitado”, é notório ainda nas colocações do então comandante, o quão impregnado assentava-se a ideia de que se fazia necessário além dos investimentos, um alto de nível de conhecimentos técnicos para uma melhor exploração e uso dos campos de Roraima, em sua concepção é perceptível a necessidade de maiores pesquisas e informações para o desenvolvimento do capital nesta região (JORNAL BOA VISTA, 15.09.1973, p. 05).

Evidência, que nos remete aos levantamentos realizados pelo Programa de ação do Governo para o Território Federal de Roraima em 1975, no qual existe, uma grande exposição das potencialidades de Roraima, tais como, do solo, clima, regiões de melhores desenvolvimento econômico, bem como também das áreas mais propicias para o plantio, pecuária, e etc., há por exemplo também, um levantamento da capacidade mineral desta região, com uma detalhada exposição dos minerais disponíveis, apresentando-se assim as possibilidades para suas explorações pelo mercado. Certamente, isto é um indicativo que as declarações colocadas pelo então Comandante Raul G. Diaz, não tratava-se de uma visão particular sua, e sim bem como do pensamento do próprio governo nacional, tendo em vista que a partir de 1975, têm-se uma manifestação clara destas preocupações, que resultou no referido programa citado (JORNAL BOA VISTA, 15.09.1973; BRASIL, 1975).

Para termos uma visão do cenário vivido e sentindo pela população roraimense neste período o engenheiro Elmir Cordeiro de Melo ao Jornal ao Boa Vista (1973) forneceu um retrato das obras desenvolvidas e em andamento no território, foi possível observa que apesar do “apelo” do governo para investidores privados nesta região, o desenvolvimento por qual passou esta área foi principalmente de caráter dirigido, sendo o Estado Militarizado o maior investidor.

Elmir Cordeiro de Melo destaca,

TRANSPORTES

Uma estação de passageiros no Aeroporto Internacional de Boa Vista entre as melhores do Brasil, 2105 metros de ponte metálicas sobre os rios Mucajaí, Parimé, Cararuá – já concluídas – Surrão, Urariquera e Branco – em execução -; 290 metros de pontes de concreto armado sobre igarapés Branco e Grande, já construídas, e o rio Cauamé, contratada ao 6ºBEC, a iniciar-se ainda este mês; 200 metros de pequenas pontes sobre 24 igarapés. E o projeto do Porto de Caracará.

COMUNICAÇÕES

Prédio pré-fabricado de alto gabarito, para sede da TELAIMA, Cia. de Telecomunicações de Roraima, na Capital. Prédios das estações de radiocomunicações nas localidades de Caracará, Mucajaí, Cantá, Bonfim, Normandia, Surúmu, Divisor, Tepequem e Taiano. Obras de ampliação e reformas no prédio da Imprensa Oficial. Reformas no prédio da Rádio Roraima.

ENERGIA

Sede administrativa das Centrais Elétricas de Roraima. Rede de alta tensão na Avenida 13 de setembro.

SAÚDE E SANEAMENTO

Estação de Tratamento d'Águas de Boa Vista, sede administrativa da Cia. de Águas e Esgotos de Roraima, drenagem dos igarapés Mecejana e Pricumã, Galeria de Águas Pluviais de Boa Vista – em execução -. Sistema de Esgotos Sanitários de Boa Vista – em execução, Recuperação da Rede de Águas de Boa Vista. Recuperação do prédio da Secretária de Saúde e Porto do Taiano.

DEFESA E SEGURANÇA

Penitenciária de Boa Vista. Residência do Delegado e recuperação da Delegacia de Caracará.

EDUCAÇÃO

O Centro Esportivo e Educacional, com Estádio de Futebol – o “Canarinho” – e o Ginásio Coberto. O primeiro chegando à sua fase de acabamento; o segundo de início recente. O palácio da Cultura, também na fase final da obra. Um monumento arquitetônico a mais na **Capital da Integração** (grifo nosso). [...] Três grupos escolares em Boa Vista, 6 escolas no interior. Campus Avançado. Recuperação do Instituto de Educação, da sede da Divisão Escolar e Cultural, da U. I. “Lobo d’Almada”. E de três escolas no Interior, aquisições de prédios para as Casas dos Estudantes de Roraima, uma em Belém, e duas em Manaus – masculina e feminina.

ADMINISTRAÇÃO

Garagem Central [...], ampla e funcional edificação, Deposito da Divisão de Material, Muragem do Palácio “31 de Março”, Aquisição do prédio da Representação de Roraima em Manaus, Aquisição, reforma e adaptação de prédio para a Agência do Banco de Roraima na Capital do Amazonas.

COLONIZAÇÃO

Usina de beneficiamento de cereais; duas no Mucajaí e uma em Boa Vista, Recuperação do prédio da Secretária de Economia, Agricultura e Colonização, Muragem do Parque de Exposição.

HABITAÇÃO PLANEJAMENTO URBANO

Pavimentação da cidade de Boa Vista: 390 mil metros quadrados, Ainda em prosseguimento, Ampliação e reforma do Hotel Boa Vista – Uma nova construção, melhor dito. Construção de 30 unidades residenciais, para funcionários (JORNAL BOA VISTA, 15.09.1973, p.04).

A partir desta extensa explanação feita por Elmir C. de Melo, já podemos observar as áreas de atuação do governo local no desenvolvimento de Roraima, é possível constatar que a

principal região de investimento e melhoramentos concentrou-se na Capital, considerada como frisado a “Capital da Integração”, apesar de algumas ações serem destinadas as regiões interioranas, somente no período compreendido entre 1975 a 1979 é que o interior do TFR sofrerá maiores investidas do governo local, principalmente Caracaraí, que terá toda uma infraestrutura voltada para o seu desenvolvimento em vista de sua importância para o desenvolvimento econômico desta região.

Com efeito, é relevante ressaltarmos que em grande parte é em virtude destas ações que o governador Hélio da Costa Campos, com a atenção dada a diversificadas áreas, ficou associado na mentalidade dos mais antigos moradores de Roraima como “[...] um governador que deixou boa lembrança” (SANTOS, 2013). Aimberê Freitas em entrevista concedida a Theotonio Pereira de Mendonça Neto, em 22 de Junho de 2011, apresenta algumas considerações interessantes acerca do período em estudo, entretanto é perceptível que em alguns momentos há colocações ora romantizadas e ora “amarguradas” principalmente em relação ao governo Hélio Campos (1970-1974).

Alusivo a isto, Aimberê Freitas discorre,

é, ele teve a rara felicidade de pegar o Brasil naquele momento histórico do milagre, o milagre fez com que encontrasse o Hélio Campos aqui em Roraima, com uma listinha de obras, que ele concretizou, portanto se tornou notável aqui em Roraima, por isso, mas ele só fez isso, porque o Brasil vivia um momento de euforia do crescimento do PIB e tudo o mais, e foi um governo de paz, não se recordo de grandes traumas, como ocorreram em outros governos, embora no governo dele alguns equívocos foram cometidos, mas ele foi um governador que deixou uma boa lembrança, deixou uma boa imagem, é tido e havido como sendo o, talvez, o melhor governador que passou por aqui, embora opiniões sejam divergentes, e foi um governador que trabalhou com gente da terra, portanto valorizando, ah, esqueci de falar do Banco de Roraima, foi outra instituição criada por ele, posteriormente esse Banco foi extinto, o que é lamentável, mas é preciso que, está se registrar a criação do Banco de Roraima, como sendo também uma realização do governo Hélio Campos (Aimberê Freitas. Entrevista concedida a Theotonio Pereira de Mendonça Neto, 2011)²⁸.

Em grande medida, é em decorrência desta “boa imagem” deixada no imaginário roraimense que este governador continuou sua vida política pelo TFR, sendo eleito Deputado Federal e posteriormente Senador. Acerca deste assunto, é necessário fazer uma breve consideração sobre estas nuances desse romântico pensamento social ainda existente em Roraima nos dias atuais. A historiadora Elisângela Martins em *Memória do Regime Militar em Roraima* (2010), vem abordando justamente esta questão, onde questiona mediante fontes documentais e memorialistas como se formou na sociedade roraimense uma memória acerca da

²⁸ Esta entrevista encontra-se disponível na Internet em anexo ao trabalho de conclusão de curso do referido ao autor.

DM de maneira tão positiva e que de certa forma ainda prevalece nos dias atuais. Porém, ressaltamos que com as crescentes pesquisas referente a este campo historiográfico, tal conjuntura vem se modificando, mesmo que ainda em princípio de forma mais presente no meio acadêmico roraimense.

Martins (2010) observa que muito dessa memória pró DM em Roraima, encontra-se relacionado às fontes disponíveis de acesso acerca do período e além do próprio ideal dos governos militares que aqui desenvolveram seu governo, que tinha como artifício perpassar mediante os dispositivos que tinham em mãos um caráter positivo deste regime no Território, como é possível verificar nas colocações expostas anteriormente.

É válido destacar que, com a chegada dos governos militares no Território a conjuntura política desta região não sofreu grandes mudanças, sendo este ainda um dos fatores, com que os desmandos autoritários destes governos não tenham sido vistos com grande impacto pela população²⁹, tendo em vista que no período anterior já se encontravam presentes, sendo esse, um fato destacado, com ressalva pela autora. De acordo com Martins (2010), desta forma, seria errôneo dizer, que no território essa memória esteja presente devido a “uma simples manipulação do alto”, encontrando interligada a diversos fatores,

como a historiografia memorialistas, a (des)organização pública de acervos e documentos disponíveis para acesso ao passado, a constituição do espaço e a denominação dos logradouros, esta memória se mantém também devido ao apelo para a formação da identidade local, uma vez que é comum, nas fontes estudadas, o reconhecimento dos anos do Regime Militar como coincidentes com aqueles em que se promoveu de fato a construção de Roraima como lugar (MARTINS, 2010, p. 209).

Mediante o exposto, é perceptível ainda, com base na autora, que essa memória destaca lugares específicos relativos aos indígenas e migrantes pobres, como já apresentado no caso dos Indígenas, vistos como empecilho ao desenvolvimento, e como justificativa para os “discursos excludentes e autoritários, presentes na sociedade roraimense atual” (MARTINS, 2010, p. 211). De fato não se pode negar que durante este período houve a estruturação física e administrativa desta região.

Em 1975 o cenário político do TFR, sofre alterações significativas, Fernando Ramos Pereira assume com metas bem claras e definidas, quando da assinatura de sua posse o então futuro governador declarou “Não vim para mandar, ou comandar, vim apenas servir, participar

²⁹ Ver: SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000.** Boa Vista: Editora UFRR, 2013.

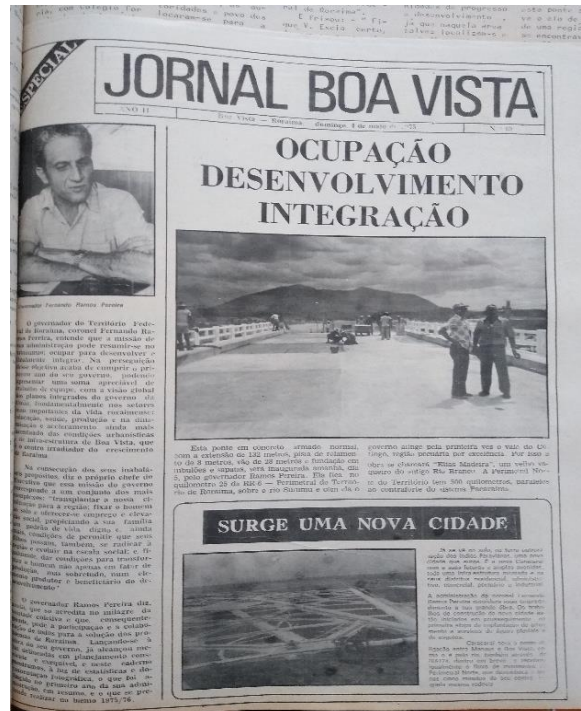
SOUZA, Sônia Suely Soares. **Um Território Federal Dentro de um Estado Militarizado: O Exemplo do Governo do Tenente Coronel Hélio da Costa Campos em Roraima de 1967 a 1974.** 2008. 144 f. Monografia (Especialização em História Regional), Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2008.

e contribuir com um esforço pessoal, para que o desejo, a esperança e o sonho dos filhos da terra em desenvolver o Território e transformá-lo num Estado da Federação, ocorra num futuro próximo” (JORNAL BOA VISTA, 23.05.1974, p. 01).

É interessante mencionarmos que este objetivo de transformar o TFR em estado, vem a público apenas com Fernando Ramos Pereira em 1975, anteriormente a isto, o Ministro do Interior Costa Cavalcanti em pronunciamento de 23 de outubro de 1973, destacou que não se pensava em “elevar qualquer território à categoria de Estado, ressaltando que o Governo se preocupa apenas em desenvolver nestas regiões atividades que proporcionem uma economia auto-sustentada de natureza agropecuária, agroindustrial ou mineradora”, o que vem desmitificar vários apontamentos que destacam que os incentivos direcionados a esta região econômicos e de migração tenham sido por este fator, neste discurso ainda podemos perceber que os objetivos econômicos voltados a esta região encontravam-se principalmente no eixo – Mineração, Agropecuária e na Agroindústria. É inegável que tal pensamento existiu, entretanto, apenas aparece nos debates políticos a partir de 1975 (BRASIL, 1975; JORNAL BOA VISTA, 23.10.1973, p. 06).

Esta época é marcada pelo lema de governo “Ocupação, Desenvolvimento, Integração”, é em busca de tal meta que Fernando Ramos Pereira desempenhou uma política forte voltada principalmente, nos requisitos de desenvolvimento exposto no Programa de Ação do Governo para o TFR. Ressalta-se ainda que fora de acordo com o II PND que este embasou suas ações. No que refere-se aos requisitos de Desenvolvimento deste governo, estes encontravam-se pautados nos seguintes princípios: Na regularização fundiária, na conclusão das ligações rodoviárias do Território, principalmente com ênfase na BR – 174, colocada como a principal rodovia para a ligação desta região a economia nacional e internacional, além da integração ao restante do país. Encontrava-se voltado ainda para a reestruturação e modernização do setor público, desta forma abrindo caminho para o setor privado e bem como uma descentralização na figura do governador, meta que já vinha sendo executada por Hélio Campos a partir de 1970, também foi dado importância para realização de pesquisas que pudessem auxiliar no desenvolvimento rural e do sistema de transporte rural, além é claro de evidenciar aos empresários interessados as possibilidades econômicas do TFR, bem como na implantação de um sistema viário de acesso às propriedades rurais, integrando-as às áreas urbanas.

Figura 11 – Ocupação, Desenvolvimento, Integração



Fonte: (JORNAL BOA VISTA, 04.05.1975, p.01)

É perceptível, que em contraponto ao governo Hélio Campos que voltou principalmente suas ações a cidade de Boa Vista, Fernando Ramos Pereira destinou sua atuação política principalmente ao interior, sendo Caracaraí o centro deste desenvolvimento. Foi possível observar que esta região se tornou um grande polo de obras que envolviam desde de sua integração a capital, bem como da montagem de toda uma infraestrutura física e administrativa que fosse pertinente para o desenvolvimento desta região. É evidente que a capital não fora relegada ao esquecimento, todavia Caracaraí se apresenta como a grande obra do governo de Fernando Ramos Pereira.

Como verificamos, Caracaraí foi colocado como símbolo da interiorização do Território, foi dotada de unidades médicas, como por grupos escolares, além de um plano urbanístico e da construção de um porto que era extremamente necessário para a economia local e nacional. O porto de Caracaraí encontrava-se como objetivo do governo e integrava o programa de expansão portuária da região amazônica, os custos desta obra foi de um montante de 30 milhões de cruzeiros, oriundos tanto do POLAMAZÔNIA, como do Fundo Portuário Nacional. Além de representar um novo centro propulsor de desenvolvimento, Caracaraí foi apresentada como o sonho de sua gente.

Figura 12 – Uma Nova Caracará: Interiorização em Marcha

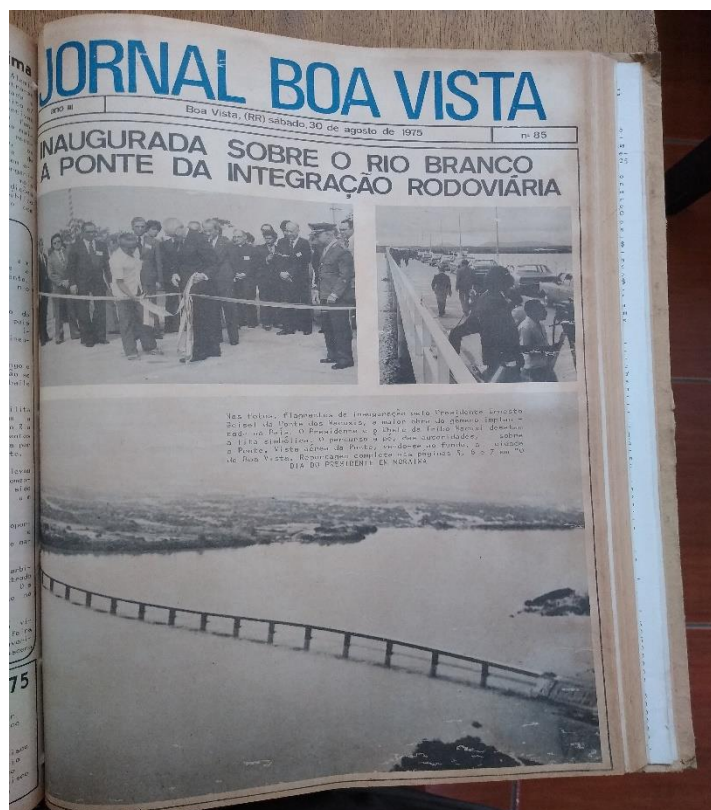


Fonte: (JORNAL BOA VISTA, 17.08.1974, p. 04)

O governador realizou em 1976 a entrega de um hospital com 40 leitos, no qual teve o apoio do FUNRURAL, entregou 15 casas de apoio, geradores das Centrais Elétricas de Roraima que garantiriam energia sem interrupção a cidade e para a região, além de três residências para técnicos (JORNAL BOA VISTA, 02.07.1976, p. 12). Estas configuram apenas algumas das transformações que ocorreram nesta região (Caracará) ao longo dos anos de 1974 a 1979, houveram várias outras obras que foram feitas e inauguradas no governo de Fernando Ramos Pereira tanto nessa localidade, bem como na Capital. Além da inaugurações de redes rodovias como BR - 401 e BR - 174.

Como pode ser visto, durante o período compreendido entre 1970 a 1979 foi desenvolvido no TFR uma ampla infraestrutura física e administrativa que tinha por intuito realizar o desenvolvimento econômico da grande empresa privada, nacional e internacional nesta região, tendo em vista que foi a partir destas obras que o Governo Militar tinha como intenção chamar a “atenção” de investidores estrangeiros, apresentando o Brasil como um campo de novos mercados econômicos tanto devido a sua extensão territorial, bem como o panorama que proporcionava por meio de suas redes/malha rodoviárias, como por exemplo, Venezuela, República Cooperativista da Guiana e o próprio Caribe.

Figura 13 – Inauguração da Ponte da Integração Rodoviária



Fonte: (JORNAL BOA VISTA, 30.08.1975, p.01)

Não podemos deixar de mencionar, que é durante o governo de Fernando Ramos Pereira que foi inaugurado uma das maiores obras de sistema misto da época, a Ponte dos Macuxis³⁰. Inaugurada em 29 de outubro de 1975, a ponte da integração rodoviária, assim chamada por seus idealizadores e a mídia do período, foi construída pela USIMEC sobre um dos principais rios da região “o Rio Branco”, possuindo uma extensão de 1.200 metros, a obra “é distribuída em 24 vãos de 50 metros e teve sua construção iniciada em outubro de 1972” (JORNAL BOA VISTA, 30.10.1975). Em muito sua denominação como ponte da integração rodoviária se dá devido sua localização, que fica na BR – 401 rodovia que liga a BR – 174 a República Cooperativista da Guiana, o que representa um fator geopolítico predominante e importante para o Estado.

Nesta perspectiva, o Jornal Boa Vista (30.08.1975, p. 05) destaca que,

Sua possibilidade a ligação da Amazônia, desde a fronteira da República Cooperativista da Guiana, ao sistema rodoviário nacional, permitindo desta forma, que à esta área cheguem os benefícios do desenvolvimento que se verifica em toda a

³⁰ De acordo com o Jornal Boa Vista (30.08.1975, p. 05), o nome da obra vem em decorrência ao grupo indígena Macuxi, que vivia na região “do Pacaraima, em cujas proximidades se desenvolveu a cidade de Boa Vista, capital do Território Federal de Roraima”.

Nação, e, ainda, a intensificação das relações comerciais com a Venezuela e a República Cooperativista da Guiana.

Proporcionando a região Amazônica um intercâmbio fronteiriço de extrema relevância a Política Desenvolvimentista do Estado.

Em suma, podemos mencionar ainda que era inserida com esta finalidade que o Governo Federal via com grande importância a necessidade da concretização da rodovia BR – 174, vista como o elo da integração do TFR com o restante do país e com os países que compõem a tríplice fronteira roraimense. Em virtude disto, passaremos a seguir a abordar a questão da construção desta rodovia por parte dos militares ligados ao 6º Batalhão de Engenharia e Construção – 6º BEC, buscando observar de que forma estes exerceram sua prática política frente aos indígenas Waimiri-Atroari e de que maneira estes foram prejudicados por esta prática. Nos fazendo o seguinte questionamento: Desenvolvimento Para Quem?

4.2 A Controvérsia do “Desenvolvimento”: A BR 174 um exemplo do Projeto de Segurança Nacional e Desenvolvimento (Desenvolvimento para Quem?)

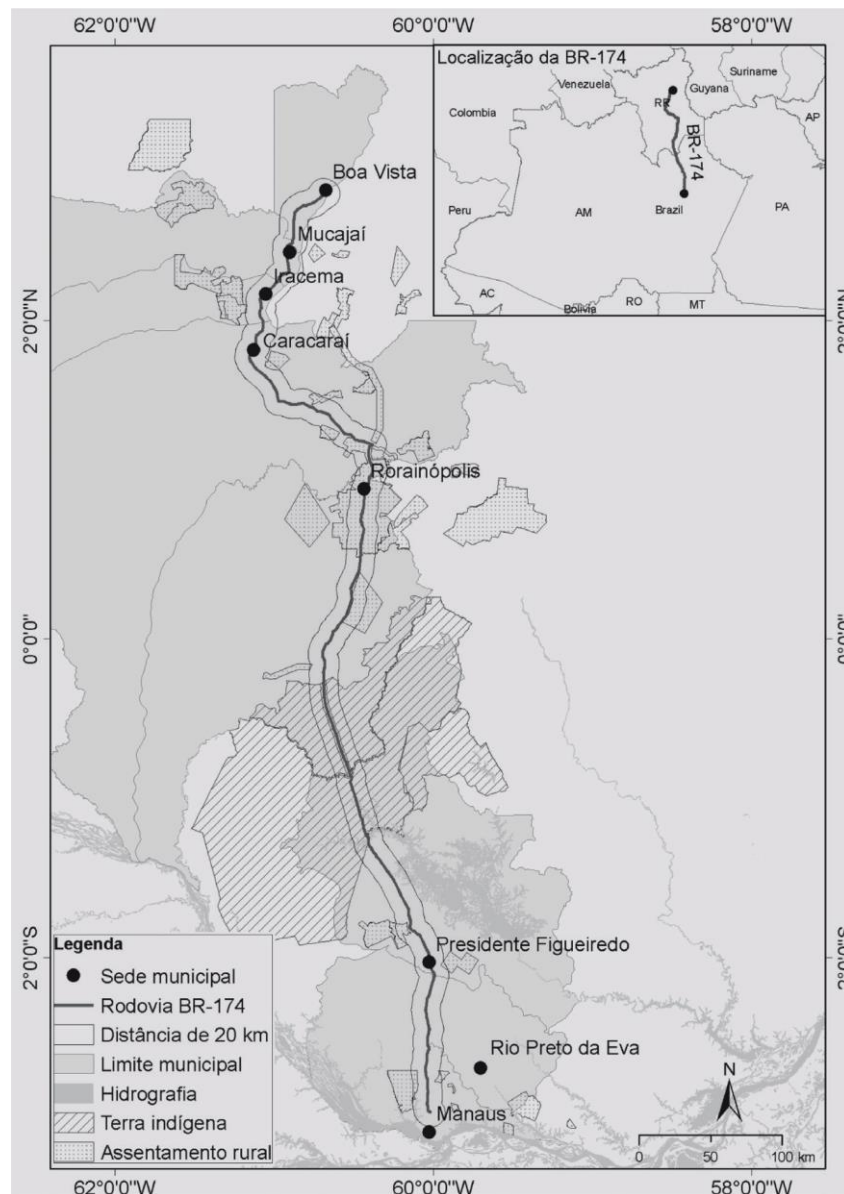
Controverso! Assim poderíamos discorrer sobre os discursos acerca da construção da BR –174. Foi possível observar nos documentos oficiais do 6º Batalhão de Engenharia e Construção – 6º BEC, que a conclusão e completar integração do TFR, encontrava-se relacionada a alçada do país ao sistema capitalista. Desta forma, mais que necessário para a integração do país, a vertente desenvolvimentista e os interesses capitalistas de variados setores impostos e obscuros nesta empreitada, se destacam nas fontes documentais consultadas como o objetivo inerente para a construção e conclusão da rodovia Manaus – Caracas.

A este respeito, Campos (2012, p. 379) faz alguns apontamentos que corroboram tal perspectiva, de acordo com o autor, as novas configurações que a Amazônia passa a ter com as estradas construídas e que estavam em execução, expressava, uma política colonizadora e o avanço do capital sobre estas regiões, propagadas principalmente no discurso governamental do ainda inexplorados recursos da Amazônia e sua respectiva integração.

Entretanto, na realidade as motivações encontravam-se em outros interesses, dos quais as populações tradicionais desta região em nada estavam inseridas. Muito pelo contrário, estas populações foram colocadas neste cenário como os óbices do progresso. Esse projeto imposto pelo Estado foi extremamente nocivo às populações tradicionais, principalmente aos indígenas.

Enquanto essa política enfatizava a “integração” do indígena a sociedade nacional, como expõem Schmink e Wood (2012), havia a recorrente ideia da visão do índio como um atraso ao desenvolvimento da nação, onde se observa a degradação de seus territórios, principalmente em decorrência da construção das estradas Transamazônica, Cuiabá – Santarém, Perimetral Norte e bem como, a BR - 174.

Figura 14 – BR 174



Fonte: (RODRIGUES; PINHEIRO, 2011, p. 515)

Campos (2012, p. 379) destaca que,

essas rodovias agregavam diferentes interesses: de empresas minerais desejosas de acesso às jazidas da região, com vias de escoamento da produção; interesses fundiários e agrários que viam possibilidades de expansão agrícola e especulação com a terra; um elemento geopolítico e estratégico, com princípios de defesa e povoamento de regiões ‘desabitadas’ e da região de fronteira; e por fim, e não menos importante,

as empreiteiras, aliadas às fabricantes de equipamentos e de automóveis, pressionando e influenciando na implementação desses projetos.

Desta maneira, é notório que apesar de ser um antigo objetivo e “sonho³¹” dos seus moradores, sua construção encontrava-se entrelaçada a objetivos de outros, desejosos em colocar as mãos na terra e riquezas desta região, mesmo que isso viesse a acarretar na baixa demográfica de toda uma população. Sendo os indígenas Waimiri – Atroari os mais duramente atacados durante a construção da BR – 174, dado que como já mencionado, esta rodovia cortaria ao meio seu território. Não apenas passou pelo seu território, como foi responsável através dos interesses das empresas mineradoras, pela perda de porções enormes de terra do Território Indígena Waimiri – Atroari³². É em virtude disto, que nos questionamos: Desenvolvimento para quem? Tendo em vista que, este Projeto de Segurança com Desenvolvimento imposto, não se deu ao trabalho de consultar ou conversar com esta população tradicional da Amazônia, sendo assim suas investidas vistas com olhar de desespero e medo de perda de seu território.

Sobre esta questão, Schwade e Reis (2012, p. 20) ressaltam que

A rodovia foi a grande ameaça real sentida e vivida pelos Waimiri-Atroari e foi instalada sem que houvesse o mínimo de diálogo. ‘Nossos pais imaginavam que *kamãa* iria colocar toda a nossa floresta de raízes para cima’ - diziam jovens da aldeia Yawará. Os Waimiri-Atroari acreditavam que a ponte (sobre o rio Alalaú) espantaria todos os peixes do rio, privando-os assim de sua principal fonte de alimentação’.

Corroborando com este pressuposto, Vieira (2014, p. 144) discorre:

O traçado da Br174, que ligou Manaus, Boa Vista e Caracas, através de um acordo internacional, cortou ao meio o território dos índios Waimiris-Atroaris. Essa estrada era um antigo sonho dos beneditinos e pecuaristas de Roraima. Ali os índios foram diretamente atingidos na fronteira sul com Manaus. Com pouco contato com não-índios, sofreram uma forte baixa demográfica, além de diminuir a sua área em aproximadamente 75%, para atender aos interesses da construtora Parapanema, uma das encarregadas da obra.

³¹ Acerca do assunto, o jornal O PIUM destaca o seguinte histórico sobre a BR – 174: O Diário oficial do Estado do Amazonas, em sua histórica edição de 18 de Novembro de 1893, publica na sua página 23, a seguinte notícia a respeito do início da construção da atual BR 174. Temos a registrar mais um acontecimento notável na vida pacata e laboriosa do povo amazonense. Anteontem teve começo a abertura da estrada que ligará esta capital aos preconizados campos do Rio Branco. Confiamos bastante que o Sr. Sebastião Diniz, empreendedor e trabalhador como é, levará a efeito esse importantíssimo serviço, um dos mais palpitantes melhoramentos de que temos necessidade, tantas vezes começado sem resultados algum que compensasse os enormes dispêndios para os cofres públicos. O serviço foi iniciado com quarenta homens afeitos a esse gêneros de trabalho, partindo do extremo da estrada da Colônia “João Alfredo”. Como veem, no dia 16 de Novembro de 1893, foi iniciada a abertura da estrada Manaus – Rio Branco, com o mesmo trecho da atual e discutida Manaus-Caracará-Boa Vista (O PIUM, 1975, p. 04).

³² Ver: SCHWADE, Egydio; REAIS, Wilson C. Braga (Orgs.). Comissão da Verdade do Amazonas. **1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade: O GENOCÍDIO DO POVO WAIMIRI-ATROARI**. Manaus, 2012.

Sob este ponto de vista, a tabela a seguir representa os dados coletados por diversos pesquisadores ao longo dos anos de 1905 a 1987 acerca do quantitativo populacional dos Waimiris – Atroaris, onde é perceptível verificar a diminuição populacional ora citada.

Tabela 2 – Densidade demográfica da População Waimiri – Atroari (1905 – 1987)

Ano	População	Fonte
1905	6.000	HÜBNER, Georg e KOCH-GRUNBERG, Theodor.
1968	3.000	CALLERI, João Giovanni (Pe.) – FUNAI.
1972	3.000	FUNAI.
1974	600/1000	COSTA, Gilberto Pinto Figueiredo.
1982	571	CRAVEIRO, Giusepe – FUNAI.
1983	350	FUNAI.
1983	332	BAINES, Stephen Grant – Museu Emilio Goeldi.
1987	420	SILVA, Marcio – UNICAMP

Fonte: (COMISSÃO, 2012, p. 5.) Adaptado pela autora.

É possível notar, que entre os anos de 1968 a 1987 os Waimiris – Atroaris sofreram uma baixa de mais de dois mil e quinhentos indígenas, o que reforça o olhar que os militares tiveram frente a este povo e o silêncio, olhos fechados, que alguns órgãos militares detêm. E é assim que o 6º BEC trata da construção da rodovia Manaus - Caracará, a chamada e almejada rodovia da integração, BR - 174. Ainda é perceptível, que fora durante o período da DM que esta população sofreu quedas drásticas no seu quantitativo populacional, onde podemos observar o quanto este período foi cruel e amargo a uma população que apenas reivindicava seu direito a terra e manutenção do seu estilo de vida.

Em pesquisa realizada recentemente no 6º BEC constatamos um certo temor, um fechar de olhos a empreitada realizada por este órgão na concretização do “sonho” da completa integração nacional e desenvolvimento do TFR, isto frente o contato com esta população, seja por não haver fotos dos contatos realizados com os indígenas disponíveis para acesso, ou seja por quase não serem apresentados nas fontes, apenas aparecendo como arremédios ao desenvolvimento. Sobre esta questão, sentimos certa incoerência nos fatos, tendo em vista que, no jornal O PIUM de 20 de novembro de 1975, têm-se a manchete intitulada **ATROARIS**, que nos fornece os dados a seguir:

Durante um dos trajetos do Alalaú até a clareira, a equipe sobrevoou o posto de atração da FUNAI, no km 310 e por coincidência se deparou com um grupo de seis índios atroarís trocando presentes com os elementos que ali se achavam no momento. Aproveitando a oportunidade, foi feito um pouso para fotografar e filmar os silvícolas.
Os mesmos não se assustaram com o barulho do helicóptero e ficaram muito

contentes em “posar” para os tripulantes – houve uma verdadeira confraternização entre os índios, elementos da FUNAI e funcionários do Batalhão, provando assim, um relacionamento cada vez maior e diminuindo a rivalidade tão agressiva dos moradores da selva, que tantas marcas lamentavelmente tem deixado no desenvolvimento da nossa missão. Como ensinamento, o estudo da variante e a sua concretização, foi mais um esforço do Cmdo do Batalhão e de sua equipe, para melhorar as condições técnicas da rodovia, diminuindo custos e antecipando sua tão almejada Inauguração (O PIUM, 20.11.1975, p. 16, grifo nosso).

Desta maneira, fizemos os seguintes questionamentos: Onde se encontram estas fotografias e filmagens? Pois quando questionados sobre fotografias que apresentassem o contato entre os trabalhadores do batalhão e os Waimiri – Atroari, recebemos apenas negativa da existência de tais fotografias. Se tais momentos retratavam episódios festivos e de confraternização porque não apresentar a sociedade civil estas ocasiões? Fato que merece destaque, na citação acima, é a percepção destes militares a serviço do Estado, no constante e intransigente costume em deixar nítido a agressividade desta população e as marcas que estes causaram nesta empreitada, onde a diminuição dos custos e a conclusão e inauguração da BR-174 era o principal objetivo, mesmo com todos os malefícios que os “moradores da selva” sentiram na pele.

Isto em parte justifica, a dificuldade que sentimos para termos acesso a qualquer tipo de documento ou fonte que retrata-se este período, fomos colocados a uma burocracia extensiva e de frente ao seguinte discurso “devido ao tempo e falta de um arquivo no período da construção desta rodovia, muitos documentos não existem mais”. Nossa solicitação pedia documentos relacionados as questões de Segurança Nacional e ao Desenvolvimento, objetivos desta pesquisa. Com este intuito, nos fora cedido pelo 6º BEC como fonte para leitura, o Boletim Informativo/Jornal do período de construção, desmatamento e execução da BR – 174, O PIUM³³.

³³ CAROS LEITORES! Ai está o nome de nosso jornal: ‘O PIUM’! Pequeno, porém, pretencioso como o inseto que lhe empresta o nome. Mas, não se propõe ele a ferir e sim a se fazer ouvir por esses brasis afora, como o arauto das realizações do 6º BEC, empenhado que está primordialmente na construção da BR-174, de molde a possibilitar a ligação terrestre destes lavrados de Roraima com o restante do País, e do Brasil com todo o continente americano. O nome ‘PIUM’ está ligado ao 6º BEC e perpetuado nos compêndios de entomologia, em decorrência de recente pesquisa realizada pelo Professor José Alberto S. Nunes de Mello, catedrático da Parasitologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade do Amazonas, em colaboração com a SUCAM, ocasião em que se identificou o pium roraimense, abundante ao longo da BR-174, com o nome científico ‘*Simulium sextobecium*’. Em retribuição, é evocado o minúsculo díptero no frontispício de nossa paginação, malgrado toda a abominável agressividade. Onipresente nas frentes de serviço, é nome da única saibreira existente na baixada do Rio Anauá, fonte laterita (ou piçarra) tão importante para a 2º Cia E Cnst quanto o feijão e o arroz de todo dia. Pululando em miríade à beira dos igarapés, longe de afastar o homem, incita-o a prosseguir lutando, em busca dos mais puros ideais que norteiam a nossa Engenharia de Construção (O PIUM, 20.07.1974, p. 01).

Este boletim detinha o propósito de divulgar e entreter com informações de caráter cultural, social e político os agentes civis e militares que encontravam-se engajados na construção da BR – 174, e bem como de informar os demais batalhões e até mesmo para o pessoal em “comissões estrangeiras”, que estivessem interessadas no fator econômico proporcionado por esta rodovia e seus desdobramentos. Nele tivemos acesso a percepção, visão e os objetivos que nortearam as ações militares desta instituição e do próprio Governo instituído com o golpe civil – militar de 1964. Os indígenas que ali se encontravam no traçado da BR – 174 detêm um lugar ao sol claro e definido na perspectiva destes empreendedores (O PIUM, 29.08.1974, p. 04).

É perceptível que esta população era retratada da maneira mais deprimente possível, sendo sua cultura e identidade desrespeitados e esquecidos, onde seus costumes são descritos nos documentos oficiais do Exército Brasileiro, da maneira mais preconceituosa, entretanto, observamos tal atitude como um artifício por parte dos militares, para fazer surgir no inconsciente da população local e nacional que estes eram os retardatários do desenvolvimento, onde as ações dos civis e militares do 6º BEC fossem vistas como necessárias frente a um povo hostil e inimigo da nação.

E ainda é válido destacar que, no jornal O PIUM os indígenas Waimiri – Atroari apenas aparecem quando são discutidas suas ações de resistência a construção da BR – 174, onde apenas os agentes a serviço do governo são apresentados como massacrados por um povo “com um intransigente apego à área que habitam” (O PIUM, 20.12.1974, p. 01). No aspecto que tinge os indígenas em nenhum momento é falado nas suas baixas demográficas, quando citado esta aparece em virtude de doenças adquiridas do contato com o homem branco.

Faz-se pertinente neste momento destacarmos alguns fragmentos do Jornal O PIUM que retratam os contatos estabelecidos entre os indígenas Waimiri – Atroari e os agentes a serviço do Estado, onde queremos a partir disto apresentar a visão e a percepção destes frente as investidas de resistência desta população.

Estes encontros são assim retratados:

ATROARÍS

Voltaram a ser notícia reagindo violentamente nas profundezas da portentosa Floresta Amazônica. Desta feita seus alvos foram os próprios funcionários da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) que, dedicada e amigavelmente tentam pacificá-los, mantendo-os entretanto afastados da civilização e do homem branco.

Agindo com tática e sangue frio, assaltaram o posto da FUNAI, localizado nas proximidades do Rio Alalaú e a um quilômetro aproximadamente da rodovia BR-174, em construção; a golpes de terçado (facão) e fazendo uso de seu armamento

convencional, arco e flechas. Dos ataques perpetrados já resultam cinco mortos e três feridos que foram acolhidos por nossa turma de desmatamento. Reconhecimentos aéreos feitos no local demonstraram a aldeia indígena incendiada, sinal de que os Atroarís abandonaram a área. Atualmente o 6ºBEC desenvolve seus trabalhos na construção da BR-174 entre os rios Santo Abonarí e o misterioso Alalaú, em plena reserva indígena, **trabalhamos desarmados, nossa meta é de unir os brasileiros e a nossa missão é de paz. Venceremos** (O PIUM, 20.10.1974, p. 03, grifo nosso).

ATROARÍS

No dia 07 de novembro de 1974, seis índios atroarís mantiveram contactos amistosos com o pessoal da turma de desmatamento da 1º Cia, que está operando na margem do rio Alalaú. A visita foi a mais cordial possível, tendo aqueles indígenas inclusive, penetrado nas barracas do nosso pessoal e se retirado da área, após reconhecerem o Posto da Funai, em que cujo local funcionários foram sacrificados em cumprimento do dever, no massacre ocorrido no dia 02 de outubro de 1974. No dia 13 de novembro, cerca das 16:00 horas repetiram a visita 04 índios Atroaris, desta vez no km 288 (16 km ao N do Alalaú). Após receberem abastecimento de gêneros alimentícios por troca de seus arcos e flechas, retiraram-se bastantes satisfeitos. Todavia, às doze horas do dia 17 de novembro, eis que vinte deles atacaram quatro homens da turma de desmatamento, acampados no km 25 ao Norte do Alalaú, levando gêneros que puderam, flexando o restante do material existente. Três homens nossos estão desaparecidos, consoante informação prestada pelo quarto, que fugiu na hora do ataque. **Em consequência, os trabalhos de desmatamento tiveram que ser paralisados até que uma “Bandeira Branca” seja levantada e se fume o “Cachimbo da Paz”. Quando será?** (O PIUM, 20.11.1974, p. 04, grifo nosso).

ATROARIS

Muito se tem comentado e publicado sob diversos aspectos, nas últimas semanas, a respeito dos indígenas da reserva do Rio Alalaú e suas implicações na construção da rodovia BR-174. Com a intenção principal de ESCLARECER ao público leitor, que constitui um grupo seletivo de brasileiros ligados ao 6ºBEC pela camaradagem ou por outros vínculos mais diretos, “O PIUM” relata neste artigo, sem pretensão de se revestir de cunho oficial, alguns acontecimentos ligados à missão do Batalhão.

AS ORIGENS – A MIGRAÇÃO

Remontam à época das entradas e bandeiras – Séc XVI – os primeiros contatos entre as tribos Waimirís – Atroarís e o homem branco. Segundo conta a história, desde aquela época, esses indígenas já mostravam hostis em relação aos brancos. Assim é que se tem notícia de massacre de expedições bandeirantes que se aventuravam em suas terras. Sabe-se, também, que no século passado, eles chegaram a sitiá-la cidade de Airão, na Província do Rio Negro, para em seguida invadi-la e saqueá-la. Como represália ao ocorrido, uma expedição branca obrigou-os à migração, na direção Norte, abandonando as cabeceiras dos rios Negro e Camanaú. Os primeiros movimentos brancos na Reserva do Rio Abonarí, visando contatos para possibilitarem o início dos trabalhos preliminares da construção da BR-174, culminam no tristemente famoso episódio do massacre da expedição CALLERY, em 1969, acarretando também novo movimento migratório rumo ao Norte, através da linha do Equador e da Região do Rio Alalaú, divisa AM/RR.

A ESTRADA – O ÍNDIO

Revestido dessa crença de perigo à simples alusão do nome ATROARÍS, iniciou-se o desmatamento manual, atingindo os trabalhos sem problemas o Rio Abonarí, e depois o Alalaú. O primeiro contato entre os trabalhadores da estrada e os atroarís se deu às margens desse rio. Àquela altura, era impraticável o suprimento aéreo para o efetivo de 100 homens, da necessidade de se utilizar o rio como via de suprimento, nasceu a

decisão de estabelecer o contato. E ele ocorreu em ambiente festivo, com inúmeras trocas de presentes, que consistiam da parte dos trabalhadores, em pedaços de plásticos coloridos previamente preparados e alimentos em geral, e de parte dos índios em caças variadas (peixes, aves, jabotí, etc). Sob esse clima de paz, vivendo quase em comum trabalhadores brancos e os indígenas, durante seis meses, o desmatamento manual prosseguiu até atingir o Rio Jauaperí. Nesse ponto, foi interrompido o serviço e a equipe regressou a Manaus, acompanhada dos índios até o Km 60 da rodovia. Logo após esse regresso, ocorreu em 17 de Dez 1972, o ataque ao acampamento da FUNAI, as margens do Alalaú, próximo à faixa desmatada, com o massacre de três funcionários residentes e a fuga com vida de outro. Mais tarde, já no ano de 1973, na construção da ponte de madeira sobre o Rio Abonarí, foram restabelecidos aqueles contatos amistosos iniciais, sob o mesmo ambiente de paz, embora menos frequentemente.

OS ULTIMOS ACONTECIMENTOS – A SITUAÇÃO ATUAL

Por imposição de projeto, atualmente, decorridos quase três anos daqueles contatos amistosos, a estrada avança numa diretriz paralela àquela desmatada, a partir do Rio Abonarí. A equipe mais avançada, a de desmatamento manual (a cargo do mesmo empreiteiro do serviço anterior) já ultrapassou o Alalaú e trabalha em território roraimense. Em princípios de outubro de 74, ocorreu o ataque ao posto a FUNAI do Rio Alalaú, que apoiava essa equipe, conforme noticiamos no O PIUM Nº5. No dia 17 de novembro (O PIUM Nº6), quatro trabalhadores da turma de desmatamento manual foram atacados por cerca de vinte índios, era domingo e o restante da equipe encontrava-se gozando dispensa em Manaus. Dos três que, na ocasião, dávamos como desaparecidos, foram encontrados, mortos, em lastimável estado que pressupõe uma macabra sequência de torturas, os trabalhadores JOSÉ MENDES E CLÁUDIO PIRES, o terceiro, JOÃO MORAES, continua desaparecido. Duas flechas ligeiras, menores que as usuais, cravadas junto à estaca 1250 (trecho Alalaú-Jauaperí) pressupunham a intenção de represália dos índios ao avanço dos serviços além daquele limite, o que obrigou o Batalhão a paralisar os trabalhos de desmatamento manual (O PIUM, 20.12.1974).

Com os fragmentos acima, podemos observar o quanto impregnado encontrava-se na visão dos militares que o entrave para o progresso e conclusão da BR – 174 foram apenas os indígenas e suas ações de resistência ao avanço da rodovia Manaus – Caracaráí apenas apresentadas como “represálias”, sendo assim diminuídas suas lutas por seu território. É possível notar ainda um certo descontentamento por parte deste órgão com as paralisações ocasionadas nos momentos de conflitos entre indígenas e agentes do governo, onde é evidente uma apropriação dos elementos indígenas, para demonstrar a “frustração” em paralisar os trabalhos do avanço da BR – 174 (O PIUM, 20.10.1974, p. 04).

Acerca dos contatos entre índios e não índios, quando ultrapassado a referida reserva indígena, O PIUM achou oportuno recordar os contatos realizados com esta população, neste momento podemos verificar o olhar que os militares detinham dos confrontos ocorridos no período de construção da BR – 174, para tanto elaboramos com base nos dados apresentados pelo O PIUM de 30 de abril de 1976, uma tabela/calendário dos contatos realizados.

Tabela 3 – Calendário dos contatos Indígenas durante a construção da BR – 174

Ano	Tipo de contato	Local – quantitativos de mortos (quando houver)
1968	Antes da instalação do 6º BEC – Massacre da expedição do Pe. Calleri	Rio Santo Antonio Abonarí - 9 mortos.
17 Jan. 1973	1 º contato com elementos da FUNAI – Massacre	Sub-posto do rio Alalaú – 03 mortos.
02 de Out. 1974	Massacre contra elementos da FUNAI	Posto do Rio Alalaú – 06 mortos
13 nov. 1974	Contato amistoso com funcionários do 6º BEC. Visita a turma de desmatamento manual	KM 16 – norte do rio Alalaú
17 Nov. 1974	Massacre contra trabalhadores do empreiteiro do 6º BEC, ANDRÉ NUNES.	Acampamento no KM 25 – Norte do rio Alalaú – 03 mortos e um corpo desaparecido
29 Dez 1974	Massacre contra elementos da FUNAI	Posto do rio Santo Antônio do Abonarí – 04 mortos.
13 Jun. 1975	Atroarís flecharam helicóptero que transportava funcionários do 6º BEC, quando sobrevoava o Km 307. Felizmente o aparelho não foi atingido.	Km 307
14 Ago. 1975	Presença de 10 habitantes da selva, armados no acampamento do desmatamento, no Km 280.	Km 280
14 Ago. 1975	Contato amistoso dos guerreiros com a turma de topografia	Altura do Km 283 – O grupo era liderado pelo índio CURUMIM, filho do cacique COMPRIDO.
15 Set. 75	Vestígio dos habitantes da selva, encontrado um macaco morto com duas flechadas	-
06 Out. 1975	Contato amistoso com a turma de desmatamento da 1º Cia/6ºBEC	Altura do Km 302, 4 – O grupo era composto de 06 indígenas liderado pelo índio CURUMIM

06 Nov. 1975	Contato com o pessoal do Batalhão, amistoso, embora com suspeita.	Caminho de Serviço na altura do Km 308,8. – Grupo de 15 guerreiros
19 Nov. 1975	Contato amistoso com equipe da FUNAI - Grupo de 04 adultos e 03 crianças.	Trilha do Km 308 –
26 Nov. 1975	Contato amistoso com pessoal da FUNAI. – Grupo de 05 guerreiros.	
09 Dez. 1975	Contato amistoso com o pessoal da FUNAI. – Grupo composto de 09 indígenas: 01 mulher, uma criança e demais adultos.	
06 Jan. 1976	Contato amistoso com a comitiva do Ministro dos Transportes.	Altura do Km 308.00.
06 Jan. 1976	Contato amistoso - Grupo composto de aproximadamente 15 indígenas, entre eles, MARUAGA e esposa, COMPRIDO, esposa, genitora e filhos; uma criança de colo e 04 mulheres.	
06 Fev. 1976	Contato amistoso com elementos da FUNAI.	Km 308, grupo de 30 índios: homens, mulheres e crianças de idades variadas.
07 Fev. 1976	Sete homens, 06 mulheres e 12 crianças do grupo anterior, permaneceram no local. Sem problemas.	
	Contato amistoso – Grupo de 03 homens, uma mulher e 03 crianças	km 308
27 Fev. 1976	Contato amistoso– Grupo de 15 indígenas	Acampamento do Rio Alalaú
1º Mar. 1976	Contato com elementos da FUNAI	Cabeceiras do aeroporto do Alalaú, km 308.
02 Mar. 1976	Ainda permaneciam no km 308, em atitude amistosa.	

06 Mar. 1976	Contato amistoso com elementos da FUNAI. – Grupo de 40 silvícolas, homens, mulheres e crianças. Presença de COMPRIDO e seu filho.	
-----------------	---	--

Fonte: (O PIUM, 30.04.1976, p. 11-12) Adaptado pela autora.

Nesta perspectiva, podemos observar que a resistência dos Waimiris – Atroaris frente os agentes civis e militares responsáveis pela construção da BR – 174, destacou aos indígenas um papel de agressor ao desenvolvimento econômico pretendido pelo Governo Militar, é possível analisar que dos contatos realizados acima, nenhuma baixa indígena é relatada, sendo apenas destacados contatos amistosos ou não, com as respectivas baixas dos agentes a serviço do 6º BEC, sendo os Waimiris – Atroaris os inimigos da nação, onde foi necessário por parte destes agentes propagandear a imagem destes indígenas nacionalmente da pior maneira possível, para que assim, criar-se “ uma cortina de fumaça para ninguém ver os índios que caíram mortos” (O PIUM; SCHWADE, REIS, 2012, p. 57). Estes eram assim retratados:

O ATROARI, ANTES DE TUDO, É UM FAMINTO. Numa escala crescente de idade e decrescente de vigor físico, as crianças apresentam-se saudáveis, expressivos olhos pretos, cabelos aparados curtos de um preto reluzente, contrastando com os mais velhos, raquíticos, aspecto físico deprimente, a causar pena. Vivem inteiramente nus, as índias protegendo o sexo com sementes de açaí ligadas umas as outras, lembrando grandes cachos de uvas. No aspecto geral, seu biótipo não difere do branco e sua pele é bronzeada, não possuem hábitos regulares de higiene, à exceção do banho, não muito frequente, porém, entre as crianças (O PIUM, 1974, p. 06).

O 1º *Relatório do Comitê Estadual da Verdade: O Genocídio do povo Waimiri – Atroari* (SCHWADE, REIS, 2012), nos dá subsídio para expor a grande controvérsia do desenvolvimento proposto pelo Projeto de Segurança Nacional e Desenvolvimento realizado pelo Estado na Amazônia em prol do grande capital.

Este relatório aborda questões levantadas e evidenciadas durante o empreendimento realizado por Egidio Schwade e Doroti Alice Müller Schwade a partir de 1985 a 1986 na região sul do estado de Roraima na aldeia indígena Yawara dos índios Waimiri – Atroari. Tratou-se do primeiro processo de alfabetização dos Waimiri-Atroari em sua língua materna Kiñá ou kiñayara (SCHWADE, 24.05.2018). Segundo o artigo publicado em 24 de maio de 2018 por L. Augusto Schwade, a oportunidade da realização deste processo de alfabetização dos Kiñá foi resultado da participação no Grupo de Estudos e Trabalho – GET. Acerca deste assunto, o autor destaca,

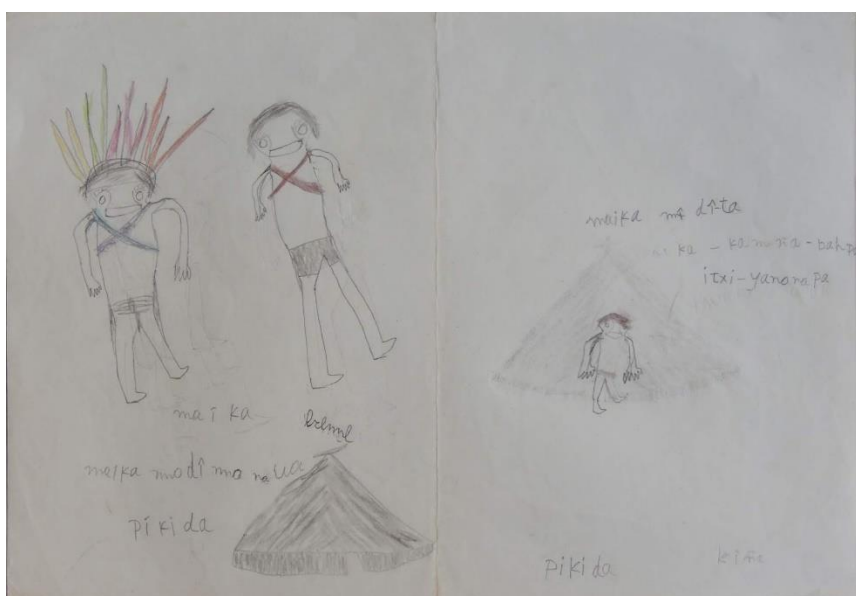
A partir de 1982, tomamos os primeiros contatos com as aldeias kiña, através da BR-174. Contatos clandestinos, esporádicos e breves, mas suficientes para fazermos conhecidos e aceitos. Inícios de 1985, começo da Nova República, fomos convidados

por um dirigente da FUNAI a participar de um Grupo de Estudos e Trabalho (GET) de 11 pessoas, criado pelo então Presidente da FUNAI, Gerson da Silva Alves, visando mudar a política indigenista na área Waimiri – Atroari até então conduzida de forma desastrosa pela FUNAI. Na última reunião do GT, realizada na aldeia Yawara, km. 185 da BR – 174/Sul de Roraima, recebemos o pedido explícito dos índios e o incentivo do GT, para iniciar as aulas. Aceitamos. E a autorização do Presidente da FUNAI ainda nos credenciou não só a lecionar, mas também a realizar pesquisa demográfica e etnológica (SCHWADE, 24.05.2018).

Desta forma, podemos observar que em um primeiro momento este processo contou com o apoio de autoridades do Estado e bem como teve apoio da Mineradora Paranapanema que auxiliou na construção do prédio escolar utilizado pelos indígenas neste processo de alfabetização, entretanto no momento em que os indígenas começaram a retratar e questionar os abusos e maus-tratos que sofreram durante a Ditadura Militar – DM (1964 – 1985), os professores Egydio e Doroti Schwade começam a ser vistos com desconfiança e incomodo pelos órgãos governamentais e empresas responsáveis pela invasão da terra indígena Waimiri – Atroari (FUNAI, Exército, Eletronorte e Mineradora Paranapanema) (SCHWADE, 24.05.2018).

A partir de agosto de 1985, Egydio Schwade e sua esposa, Doroti Alice Müller Schwade, iniciaram o processo de alfabetização inspirado no método Paulo Freire, partindo de desenhos elaborados pelos indígenas. Estes desenhos eram produzidos diariamente pela comunidade na aldeia, fora da vista dos encarregados do posto da FUNAI e dos próprios professores. No dia seguinte eram discutidos em aula. Dos desenhos surgiram as letras, depois as palavras. Pequenas frases e, finalmente, os textos. Assim, criou-se uma comunicação recíproca e os Waimiri – Atroari começaram a procurar respostas sobre o porquê de tanta crueldade, ao mesmo tempo em que contavam as histórias de como seu povo foi massacrado (COMITÊ, 2012, p. 07)

Figura 15 – Desenho Kiña



Fonte: (SCHWADE, 24.05.2018. Disponível em: <urubui.blogspot.com>)³⁴

³⁴ Acesso em 20 de Janeiro de 2020, as 15:00 horas.

Acerca deste assunto, podemos destacar que a documentação oferecida por este relatório evidencia as “táticas de guerras, os instrumentos utilizados e a ocultação dos acontecimentos no processo de extermínio do povo Waimiri – Atroari”, que de fato como vimos é ocultada da história dos órgãos militares. Todavia, com os desenhos Kiña, foi exposto que os métodos de dizimação desta população indígena contou desde “aviões, helicópteros, bombas, metralhadoras, fios elétricos e estranhas doenças”. O sofrimento apresentado por este documento deixa claro que o objetivo de um “Brasil Grande” e que o ambiente de aparente Segurança Nacional e Desenvolvimento (atrativo para investimentos de empresas privadas) era mais necessário do que a preservação de toda uma população.

Em meio a conflitos e ambiente controverso, em que órgãos (FUNAI) responsáveis pela preservação desta população tradicional da Amazônia, estiveram na luta em prol de interesses empresariais e de especuladores de terra, que a construção da BR – 174 ficou concluída em 1977. Permitindo assim, a efetiva e notória invasão do Território Indígena Waimiri – Atroari em 1979 pelo Grupo Paranapanema, com aval do Estado e posterior conquista pela lei desta invasão arbitrária, isto demonstra que os objetivos do Governo Militar, encontravam-se estruturados muito aquém ao estabelecimento da ligação Manaus – Caracaráí. Os interesses no subsolo, nas fontes de energias e na ocupação do dito “espaço vazio”, foram o tripé guiador para a execução da BR – 174, onde os pedidos para utilização mineral desta região iniciaram desde o começo da construção da rodovia (SCHWADE, REIS, 2012, p. 23).

Além do avanço das empresas mineradoras no Território Waimiri – Atroari, ocorreu a construção das usinas Hidrelétricas de Pitinga e Balbina, construídas para atender os interesses das mineradoras e responsáveis pela transformação no estilo de vida e na perda de porções enormes do seu território tradicional, afetado por um projeto econômico - social estabelecido pelo Estado.

VÍTIMAS DA BR

Dorval de Magalhães

Quando a Estrada Manaus-Boa Vista estiver pronta,
Com pontes, aterros, pontilhões,
Cortes, asfalto e outras obras d’artes ...

Quando muito tempo se passar
E os automóveis céleres correrem,
Indo e vindo,
Rumo sul e rumo norte,
Nesse frezezi tão comum nos tempos hodiernos ...

Quando os visitantes dessa Estrada,
Preocupados com problemas vários,
Na luta constante pela visa,

Percorrerem velozes a mataria verde ...

Quando habitantes de Boa Vista e Manaus,
Num intercâmbio de fraternidade entre irmãos,
Cruzarem os Abonari,
Santo Antônio,
Alalaú,
Jauaperí,
Anauá ...

Quando os casais de namorados,
Alheios ao passado cruel,
Entre beijos e afagos,
Viajarem respirando o ar fresco,
Cheirando a baunilha e cataléia ...

Quando tudo isso parecer poético e prosaico
Entre um mundo estranho e indomável ...

Sim ... Quando tudo isso for muito fácil ...
Quem se lembrará dos mártires,
Dos que ofereceram a Deus a própria vida
Para que nós fôssemos um pouco mais felizes?

Padre Calleri;
Martins Pereira;
Vossa lembrança,
Nosso agradecimento sejam perenes,
Como constante é o verde da floresta em que tombastes
Na missão sublime de trabalho! (O PIUM, 20.03.1975)

Utilizamos o poema acima de Dorval de Magalhães publicado no O PIUM de 20 de março de 1975, para concluirmos e reforçamos o intuito deste momento da pesquisa, quando no início fizemos o seguinte questionamento: Desenvolvimento para quem? Foi possível observar que a BR – 174 foi um exemplo nítido da Política de Segurança Nacional e Desenvolvimento no Território Federal de Roraima e bem como na Amazônia. Os efeitos da Política Desenvolvimentista do Estado Militarizado é sentindo até os dias atuais pela população que foi extremamente afetada com a construção da BR – 174.

Portanto, valido mencionar que este desenvolvimento preconizado e tão almejado foi em prol do grande capital, sendo os indígenas esquecidos na história contada por militares e civis engajados em alijar as verdadeiras vítimas da BR – os Waimiris – Atroaris. É importante mencionarmos, que este poema foi publicado no mesmo ano em que os trabalhos de desmatamento da BR – 174 foi concluído, constituindo-se assim em símbolo da “vitória” dos agentes do Estado nesse empreendimento e demonstrando a resposta ao questionamento proposto, para quem verdadeiramente foi este “desenvolvimento” – o grande capital.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1960 marcou uma série de conflitos e controvérsias na história brasileira, que abrangeram aspectos econômicos, políticos e sociais. A transição do governo de Jânio Quadros para João Goulart tinha como conjuntura política a permissão de livre manifestação popular, que se tornava cada vez mais organizada, esta passou a ter como alvo para as contestações e reivindicações as distorções criadas pelo processo econômico.

João Goulart procurou realizar uma política populista baseada na ligação com as massas trabalhadoras, como exemplo, tinha como proposta política as realizações de reformas de base. Essas políticas se inscreviam nos limites de um quadro político-econômico confuso. Internamente, o Brasil vivia um momento de instabilidade política, decorrente de sucessivas crises governamentais que repercutiam no plano econômico e que geravam as manifestações no meio das massas populares.

Essa movimentação alarmava os setores conservadores, que cada vez mais se preocupava com a ameaça chamada de “perigo comunista”. Somava-se a isso a pressão externa, principalmente por parte dos Estados Unidos, para que a política econômica do governo não afetasse os interesses dos grupos e das empresas estrangeiras.

Após 1963, com o retorno do presidencialismo, João Goulart deu mostras de se decidir por uma política econômica consoante com as necessidades internas, visando atender as reivindicações e interesses das classes populares. Em contrapartida, as classes dominantes com o apoio externo, somado a intensa propaganda anticomunista difundida pela imprensa, fizeram cessar o “perigo” do governo Jango em nome de “ideais democráticos” e fim da “ameaça comunista” no Brasil.

O golpe civil-militar alterou profundamente o quadro político nacional, pondo fim a uma fase democrática (1945-1964) e estabeleceu uma nova fase política, econômica e social para o Brasil. Com o golpe, chegou ao poder militares ligados a ESG, liderados por Castello Branco e que puseram em prática a DSND, que serviu como base para a consolidação e sustentação do novo sistema político brasileiro.

A DSND basicamente visava, na concepção militarista, o desenvolvimento atrelado diretamente à segurança do país. A Doutrina, que não pressupunha o apoio das massas, mas buscava conquistar um certo grau de legitimidade por meio de um constante desenvolvimento capitalista, apresentava o Estado como defensor da nação ameaçada pelos “inimigos internos”,

que consistiam em opositores do regime, é válido salientar que este conceito de “inimigo interno” surge com a própria DSND.

O desenvolvimento do Estado pós-64 estava ligado ao desenvolvimento do capital e atração de investimentos estrangeiros. Assim, a Doutrina que preconizava uma estabilidade social, teve como modelo o desenvolvimento que justificou abusos e desmandos dos governos militares, principal argumento para justificar a repressão.

Nesse sentido de desenvolvimento e segurança, a Amazônia tornou-se prioridade no discurso militar de integração nacional e ocupação dos “espaços vazios”, principalmente para atender aos objetivos de segurança nacional como a proteção de fronteiras e das vias vulneráveis a penetração comunista. Além disso, a região amazônica se tornou estratégica devido as suas riquezas minerais e naturais, bem como devido ao seu vasto território. Na concepção militar, a Amazônia se encontrava como um grande vazio demográfico, o que nos evidencia o descaso com a cultura e população indígena presente na região.

No TFR, por ser uma região de fronteira, foi desenvolvida toda uma infraestrutura para atender aos objetivos nacionais de segurança e desenvolvimento pretendido pelo Estado. Estando esse desenvolvimento do Território servindo mais aos propósitos do governo nacional de fiscalização e controle sobre a região. Com o objetivo de atrair investimento para o local, foram construídas diversas malhas rodoviárias, tais como a BR -210, rodovia Transamazônica e bem como a BR – 174, por exemplo. Nesta região do extremo norte do país, a construção e execução da rodovia BR – 174 foi um dos maiores exemplos da implantação da Política de Segurança Nacional e Desenvolvimento do Governo Militar no TFR, esta empreitada acarretou em diversas práticas que resultou em baixas demográficas significativas da população indígena Waimiri – Atroari, sendo este apenas um dos exemplos de um total desrespeito a cultura e modo de vida das populações indígenas de Roraima.

Não havia, dessa forma, uma preocupação dos militares com as populações indígenas. De acordo com a ideia de progresso colocada em prática pelo Governo Nacional, a construção da BR – 174 deveria acontecer a qualquer custo, onde os objetivos de integração e desenvolvimento econômico, colocaram para a sociedade nacional o indígena como o atraso e ameaça a integridade do país, bem como ao desenvolvimento econômico nacional, sendo esta a imagem perpassada a sociedade nacional e local roraimense dos indígenas Waimiri – Atroari. A prioridade de inserir o indígena à comunidade nacional causou a morte e dizimação de diversas populações nativas. Era imperativo que o índio abandonasse sua cultura e se inserisse na do “branco”, alcançando assim a ideia de “progresso”.

Percebemos assim que o plano político, econômico e social posto em prática, baseado na DSND, tinha como cerne os interesses e objetivos claramente militares, que por vezes negligenciavam as necessidades básicas da população, levando em consideração sua principal meta, a reprodução do capital. É consenso entre os estudiosos da temática que a integração e ocupação da Amazônia serviram aos objetivos da DSND de possibilitar o avanço do capital nacional e estrangeiro na região, inserindo-a no cenário global do capitalismo.

Foi a partir de 1970 que Estado tomou para si a incumbência da integração e ocupação efetiva dessa vasta região. Os projetos desenvolvidos na região amazônica repetiam os objetivos de desenvolvimento da Doutrina e a ideia de que para haver desenvolvimento econômico é necessário integrar o território nacional e conseqüentemente um forte aparelho de segurança externa e interna. Além é claro, da dotação por meio do Estado de uma ampla infraestrutura e serviços que facilitem o desenvolvimento do capital.

Nos projetos, foi possível notar que as questões sociais raras vezes foram apresentadas nos planejamentos. Já questões como habitação, educação e emprego são apresentadas, mesmo que com caráter secundário, sendo importantes não para o desenvolvimento humano da população, mas como necessário para a criação de um mercado de absorção/consumo nacional, para assim possibilitar o maior desenvolvimento econômico do país.

A integração e desenvolvimento da Amazônia foram colocados em ação pelo Estado Militarizado a partir de 1970, mediante abertura de diversas malhas rodoviárias e projetos de colonização dirigidos que ocorriam tanto pelo Governo Nacional, como por empresas privadas. Nesse sentido, tivemos como principal marco o Programa de Integração Nacional - PIN, que por meio da Transamazônica, foi colocada como solução para os problemas do Norte e Nordeste país.

Os efeitos causados pelas construções das rodovias como BR-230, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém e BR-174 foram devastadores tanto para as populações tradicionais como para fauna e flora desta região amazônica, com conseqüências que encontram-se presentes até hoje em nossos dias atuais, o que evidencia a negligência dos projetos planejados e executados pelo Governo Federal. No que concerne a esta questão, podemos inferir acerca do Território Indígena dos Waimiri – Atroaris, que estes tiveram a perda de uma vasta área em prol da construção das Hidrelétricas de Balbina e Pitinga que tinha por objetivo suprir os interesses mineradores que encontravam-se escusos no retalhamento e destruição do meio ambiente do Território Waimiri – Atroari.

Dentro de uma concepção geopolítica, Roraima virou um campo de obras, em que é notório que a integração, ocupação e desenvolvimento foram os norteadores dos governadores do Território. Esses governantes tiveram como meta principal tornar Roraima estruturada de maneira a torna-la atrativa para o capital nacional e internacional. Nas fontes analisadas durante a pesquisa, foi perceptível que a infraestrutura necessária foi sendo efetivada para que as empresas privadas trouxessem o desenvolvimento para essa região, pois conforme o pensamento dos estrategistas nacionais e locais, somente o setor privado traria o desenvolvimento, o que apresenta-se como uma grande contradição, sendo a classe trabalhadora responsável por gerar este tão e sonhado desenvolvimento.

Como vimos, as ações de desenvolvimento e integração foram colocadas em prática principalmente durante os governos do Tenente Coronel Hélio da Costa Campos (1967-1969 e 1970-1974) e do Coronel aviador Fernando Ramos Pereira (1974 -1979). Que foram responsáveis por executar e direcionar os investimentos nacionais para o TFR, onde ocorreu a implantação de toda uma infraestrutura física e administrativa em prol da integração e inserção desta região como um corredor econômico para o país. Entre os grandes símbolos das ações implantadas pelo Governo Federal no Território destaca-se a entrega das pontes de Mucajaí, Parimé, Cararuá e Macuxi, representadas como marco de prosperidade para a população roraimense e vistas pelo Estado como primordiais em seu pensamento geopolítico, em virtude dos panoramas comerciais que poderiam proporcionar. É válido salientar ainda, que a BR – 174 apresenta-se em nossa perspectiva como o marco final das ações implementadas nesta região em prol do desenvolvimento econômico do Território Federal de Roraima, durante o período em estudo.

É nesse sentido de atender os objetivos proposto pelo estado desenvolvimentista que durante este período a concretização da rodovia BR-174 foi colocada como finalidade essencial dos governantes locais e nacionais, vista como o elo da integração do TFR com o restante do país e com os países que compõem a tríplice fronteira roraimense. É em decorrência destas questões desenvolvimentistas e suas consequências sociais e políticas, que nos questionamos: desenvolvimento para quem?

A construção da rodovia Manaus – Caracará, de responsabilidade do 6º BEC, tão almejada como a rodovia de integração BR-174, foi a responsável pelas quedas drásticas no quantitativo populacional dos Waimiri Atroari, o que salta aos olhos o quanto o período militar foi cruel e amargo com as populações indígenas, que apenas lutavam pelo seu direito a terra e a vida.

O Estado tinha a problemática concepção de que o desenvolvimento consistia em integrar o indígena à comunidade nacional, sem procurar compreender nem respeitar a forma de vida das populações nativas. O tão preconizado e almejado desenvolvimento foi em prol do grande capital, sendo os indígenas esquecidos na história contada por militares e civis. A morte e sofrimento tão intensos nesse período foram relativizados. Apresentando-se em sua historiografia, como foi possível observar nas fontes analisadas da maneira mais deprimente e apenas como os óbices do progresso. Onde suas ações de resistência eram vistas como atos de “selvagens” e inimigos do Estado e do desenvolvimento econômico nacional.

Portanto, a presente pesquisa é uma pequena contribuição no que se refere entendermos que o Regime Militar embasado pela Doutrina de Segurança Nacional e de Desenvolvimento, que detinha objetivos claros de integração, desenvolvimento e segurança, principalmente para a Amazônia e Território Federal de Roraima. O importante é termos clareza que esse desenvolvimento atendeu ao grande capital e toda oposição e “obstáculos” no meio desses objetivos foram tratados de forma violenta e reacionária.

Milhares de vidas foram perdidas e não podemos nos manter em silêncio sobre isso. Anos de desenvolvimento e integração que marcou o imaginário popular do quanto a Amazônia “progrediu” causou um verdadeiro genocídio. Nesse sentido é tão importante que a história seja sempre reescrita e repensada, para que tais atrocidades não continuem sendo reproduzidas e antigos objetivos sejam novamente trazidos a tona através de discursos do atual Governo Federal.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS

ANO Novo e BR – 174 com desmatamento concluído. **O Pium**. Ano II. Nº20. Boa Vista, 20.01.1975.

AGUARDADO o ex-governador Hélio Campos. **Jornal Boa Vista**. Boa Vista, 27.07.1974, p.02.

ALMEIDA, Oscar. Ao Balanço das Horas. **Jornal Boa Vista**. Boa Vista, 15.09.1973, p. 02.

ALMEIDA, Oscar. Ao Balanço das horas. **Jornal Boa Vista**. Boa Vista, 29.09.1973, p. 02.

ARRUDA, Antonio. Escola Superior de Guerra: Origens. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Ano I. nº 1. Vol. 1. Dez/83. p. 113-122.

_____. Escola Superior de Guerra: Origens II. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Ano I. Nº 2 Vol. II. Abril/1984. p. 54 – 60.

A TERRA ao seu dono. **Jornal Boa Vista**. Boa Vista, 17.08.1974, p.08. A VEZ das Pontes. **Jornal Boa Vista**. Boa Vista, 15.09.1973, p. 01.

ATROARIS. **O Pium**. Ano II. Nº 18. Boa Vista, 20.11.1976, p.16.

BIOGRAFIA Hélio Campos. **Jornal Boa Vista**. Boa Vista, 10.11.1974, p.03.

BRASIL, Lei nº. 785, de 20 de Agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá suas providencias. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L785.htm>. Acesso em: 20 Jan. 2019.

BRASIL, Decreto Lei nº. 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm>. Acesso em: 7 Abr. 2014.

BRASIL, Decreto Lei nº. 5. 727, de 4 de novembro de 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5727.htm>. Acesso em: 10 Jun. 2018.

BRASIL, República Federativa. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972/74**. 1971. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74>. Acesso em: 10 Jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 6.151, de 04 de dezembro de 1974. Dispõe Sobre o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para o período de 1975 a 1979. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6151.htm>. Acesso em: 20 Fev. 2019.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. 1974. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/geisel/ii-pnd-79.pdf>>. Acesso em: 10 Jun. 2015.

BRASIL. Ministério do Interior. Território Federal de Roraima. **Programa de Ação do Governo para o Território de Roraima, 1975-1979**. Brasília, Ago.1975.

BRASIL. **Síntese do POLAMAZÔNIA**. SUDAM. Belém, 1975.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatórios: textos temáticos**. Brasília: CNV, 2014.

BOLETIM OFICIAL, nº77, 13.08.1970, p. 362.

“CAMPUS” em Roraima pode abranger todo o Território. **A Crítica**. Manaus/AM, 06/08/1969, p. 04.

E’ A Hora de Ocupação efetiva da Amazônia. **A Crítica**. Manaus/AM, 04/07/1969, p. 03.

GOVERNO de Roraima adota metas para ocupação das zonas de fronteiras. **A Crítica**. Manaus/AM, 03/04/1975, p. 04.

IBGE. **Censo Agropecuária 2006 Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, RJ, 2006. 777p.

JORNAL BOA VISTA. 15.09.1973, p. 01.

_____. 15.09.1973, p.03.

_____.15.09.1973, p. 04.

_____. 15.09.1973, p.05.

_____. 23.10.1973, p. 05.

_____. 18.12.1973, p.05.

_____. 23.05.1974, p.01.

_____. 05.06.1974, p.19.

_____. 27.07,1974, p.04.

_____. 17.08.1974, p.04.

_____. 29.09.1974, p.01.

_____. 04.05.1975, p. 01.

_____. 19.07.1975, p.01.

_____. 09.08.1975, p.02.

_____. 30.08.1975, p.01.

_____. 02.07.1976, p.12.

MANAUS – BOA VISTA de picada a BR -174. **A Crítica**. Manaus/AM, 31/03/1974, p.01 (3º Cad.).

MARCAMOS um Encontro com o Impossível para vencê-lo. **O PIUM**. Ano II. Nº20. Boa Vista, 20.01.1976, p.11.

MÉDICI chega hoje e segue para Boa Vista. **A Crítica**. Manaus/AM, 19/02/1973, p. 02.

MINISTÉRIO do Interior dará 2 bilhões aos Territórios. **A Crítica**. Manaus/AM, 31/01/1975, p. 03.

O PIUM. Ano I. Nº 1. Boa Vista, 20.06.1974.

_____. Ano I. Nº 2. Boa Vista, 20.07.1974, p.01.

_____. Ano I. Nº 3. Boa Vista, 20.08.1974, p. 04.

_____. Ano I. Nº 5. Boa Vista, 20.10.1974, p. 01.

_____. Ano I Nº 8. Boa Vista, 20.01.1975, p. 09.

Projeto “BRASIL NUNCA MAIS” – BNM. Tomo I: Regime Militar. Arquidiocese de São Paulo, 1985.

PROGRESSO chega a Roraima com satélite e BR – 174. **A Crítica**. Manaus/AM, 10/03/1975.

RORAIMA: Está na fase de implantação dos fatores de desenvolvimento. **A Crítica**. Manaus/AM, 28/09/1971, p.01.

Revista da Escola Superior de Guerra. Ano I. nº 3. V. II. Agosto/1984.

_____. Ano II. Nº 6 V. II. Agosto/1985.

SARDENBERG, Idálio. Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Ano III. nº 8. 1987.

SCHWADE, Egydio; REAIS, Wilson C. Braga (Orgs.). Comitê da Verdade do Amazonas. **1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade: O GENOCÍDIO DO POVO WAIMIRI – ATROARI**. Manaus, 2012.

SCHAWADE, L. Augusto. Como Iniciou a Alfabetização dos Kiña – Waimiri – Atroari. 24. 05.2018. Disponível em: < <http://urubui.blogspot.com/search?updated-max=2018-05-27T11:03:00-04:00&max-results=7&start=21&by-date=false>>. Acesso em: 14.10.2019 as 15:00h.

SUDAM. **Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia: POLAMAZÔNIA SÍNTESE**. Belém, PA, 1975.

XAVANTES Só irão aos Atroaris com seguro de vida. **O PIUM**. Nº10. Boa Vista, 20.03.1975, p.08

LIVROS/TESES/DISSERTAÇÕES/ARTIGOS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1985). 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. 30. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

ATASSAIO, Aline Prado. **A Batalha pela Memória: Os Militares e o Golpe de 1964**. São Carlos, 184f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

BACELLAR, Carlos. FONTES DOCUMENTAIS Uso e mau uso dos arquivos. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2008. (p.23-79)

BARROS, José D^o Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. **O realismo de Golbery: A Cabeça de Golbery - Segurança Nacional e Desenvolvimento Global no pensamento de Golbery do Couto e Silva**. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs). **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009. v. 1,2. 1.300p.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia e as lições dos clássicos. 20ª Tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **A Ostentação Estatística (um projeto geopolítico para o território nacional**: Estado e planejamento no período pós-64). 2007. 387 f. Tese (Tese de Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BORGES, Nilson. A Doutrina e Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Tempo da Ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BURGARDT, Victor Hugo Veppo. Imaginação no Poder: Uma História Política do Estado de Roraima. **História em Revista**. Pelotas, Vol. 14, nº14, p. 23-43, Dez. 2008.

BRENNER, Eliana de Moraes; JESUS, Dalena Maria Nascimento de. **Manual de Planejamento e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**: Projeto de Pesquisa, Monografia e Artigo. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **“ESTRANHAS CATEDRAIS” As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. 3ª reimpressão. Niterói, RJ: Eduff, 2017.

CASTRO, Celso. **O golpe de 1964 e a instauração do regime militar**. Disponível em: <cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 10 Set. 2014.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia de segurança nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. 2ªed. 2ªreimpressão. São Paulo: EDUSP, 2013.

DAVIS, Shelton H. **Vítimas do milagre**: o Desenvolvimento e os índios no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). 28. ed. – Petrópolis/RJ: Vozes, 2009, p. 31-60.

DREIFUSS, René Armand. **1964 A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos Delorme. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Tempo da Ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano**: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 4 ed. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano**: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 4 ed. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 10ª Tiragem. – Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61 – 89.

GALDINO, Lúcio Keury Almeida. **Sociedade, política, cultura e o meio ambiente: subsídios à comunidade indígena Boca da Mata, na Terra Indígena São Marcos**. 2017. 204 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós – Graduação em Geografia, Centro de Ciências, Universidade do Ceará, Fortaleza, 2017.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed/47ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

IBGE, geografia do Brasil-Região norte, V.3. Rio de Janeiro, 1991.

IANNI, Octavio. **ESTADO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL**. 4ªEd.Revista e atualizada. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 1986.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

_____. **A GEOPOLÍTICA E AS PRJEÇÕES DO PODER**. Rio de Janeiro/RJ: Biblioteca do Exército editora, 1977.

_____. **BRASIL – GEOPOLÍTICA E DESTINO**. Rio de Janeiro/RJ: Biblioteca do Exército – Editora Co – edição com a Livraria José Olympio Editora, 1975.

MARTINS, Elisângela. **Memória do Regime Militar em Roraima**. 2010. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, 2010.

MARTINS, Marcos Antônio Fávoro. **Construtores da Geopolítica Sulamerica**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

MARTÍNEZ, Pedro Fernando Castro. **Fronteras abiertas: Expansionismo y geopolítica em el brasil contemporâneo**. 1ªed. [S.I]: Siglo Veintiuno editores, 1980.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. – 2ª reimpressão. – São Paulo: Atlas, 2008.

MENDONÇA NETO, Theotonio Pereira de. **O Governo Hélio da Costa Campos (1970-1974) Cooptação e Poder no Território Federal de Roraima**. Boa Vista/ RR, 2011. Monografia de Graduação em História.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 4 ed. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas/SP: Papyrus, 1995.

OLIVEIRA, Carlos Fellippe. Ipes e Ibad: A crise política da década de 60 e o advento Civil-Militar de 1964. **Revista Eletrônica de História em reflexão**. Vol. 2, n. 3 – UFGD, Dourados, Jan/Jun. 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Narrativas e Imagens sobre os povos indígenas e Amazônia: Uma perspectiva processual da fronteira. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nascimento do Brasil e Outros ensaios. Pacificação, regime tutelar e formação de alteridade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. p.161-191.

- PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 4. ed. São Paulo: Rêspel, 2012.
- RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Orgs). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma História Política**. 2ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 13 – 36p.
- RODRIGUES, Eduardo Paschoal; PINHEIRO, Eduardo da Silva. O DESFLORESTAMENTO AO LONGO DA RODOVIA BR-174 (MANAUS/AM - BOA VISTA/RR). **Soc. & Nat.** Uberlândia, ano 23, nº 3, p. 513 – 528, Set/Dez, 2011.
- SABATIN, Silvano. **Massacre**. Brasília: Editora CIMI, 1998.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.
- SANTOS, Maria José dos. **Em Busca da Terra: Migração, Organização e Resistência na Política de Colonização no Sudeste de Roraima (1970-1990)**. 2010. 141f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.
- SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000**. 2004. 271 f. Tese (Tese de Doutorado) – Núcleo dos Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.
- SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Fronteiras, Poder e Conflito na Amazônia: O Caso de Bonfim e Pacaraima. In: ROCHA, Leandro Mendes (Org). **Etnicidade e Nação**. Goiânia: Cânone, p. 99-125, 2006.
- SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Roraima: possibilidades e impossibilidades da formação de uma elite regional. In: MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias; SOUZA, Carla Monteiro de. (Org.). **RORAIMA/BOA VISTA: Temas sobre o regional e o local**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012, p. 105-124.
- SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970-2000)**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.
- SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2013.
- SILVA, Antenor Alves. **A Doutrina de Segurança Nacional e a organização do espaço amazônico**. Salvador: Editora Pontocom. 2015.
- SILVA, Altiva Barbosa da. **GEOPOLÍTICA NA FRONTEIRA NORTE DO BRASIL: O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NAS TRANSFORMAÇÕES SOCIO-ESPACIAIS DO ESTADO DE RORAIMA**. 2007. 187 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura política nacional: o Poder, Executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.
- SILVA, José Maria da; SILVA, Emerson Sena da. **Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: normas e técnicas**. 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

SOUZA, César Martins. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica. **Revista Contemporânea** – Dossiê: 1964-2014: 50 anos depois, a cultura autoritária em questão, ano 4, vol.1, n° 5, 2014, (p. 1-19).

SOUZA, Sônia Suely Soares. **Um Território Federal Dentro de um Estado Militarizado: O Exemplo do Governo do Tenente Coronel Hélio da Costa Campos em Roraima de 1967 a 1974**. Boa Vista, 2008. 144p. Monografia de Especialização em História Regional.

SOUZA, Sônia Suely Soares; VIEIRA, Jaci Guilherme. Roraima: Território Federal sob o Governo Militar (1964-1985). **Textos & Debates**, Boa Vista/RR, v.17, n. 17, p.65-89, julh./dez. 2009.

SKIDMORE, Thomas E. **BRASIL: de Castelo e Tancredo (1964-1985)**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980**. Boa Vista: UFRR, 2007.

_____. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980**. 2º ed. revista e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

_____. **DITADURA MILITAR, POVOS INDÍGENAS E A IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA: a Congregação da Consolata e o novo projeto de missão entre os índios de Roraima (1969 a 1999)**. Manaus/AM: Editora VALER, 2019.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1967-1973): Uma Análise Empírica. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p.221-246, abr./jun. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbe/v62n2/06.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2015.

ANEXOS

Anexo A

TABELA DE INVESTIMENTOS DO POLO RORAIMA: ÀREA DE ATUAÇÃO E
RECURSOS PARA O ANO DE 1975

Polo/Programa e Projetos Fonte dos Recursos	Aplicações Em 1975 - CR\$	Órgão Responsável Ou Executor
RORAIMA		
Agricultura - Discriminação e Regularização Fundiária - Polamazônia (PROTERRA) - Território - INCRA - Instalação de Unidade Armazenadora - Polamazônia - Território - Implantação das Atividades do Estábulo Quarentenário de Roraima - Polamazônia (PROTERRA) - Criação de Novas Colônias Agrícolas e Reestruturação das Existentes - Polamazônia - Território	<u>5.751,0</u> 4.000,0 1.500,0 251,0 <u>3.000,0</u> 2.000,0 1.000,0 <u>600,0</u> 600,0 <u>2.500,0</u> 2.200,0 300,0	INCRA CIBRAZEM DEMA GOVERNO DO TERRITÓRIO
Transportes - Implantação da rodovia RR-13, no trecho Km- 43 – Alto Mucajaí - Polamazônia (PIN) - Governo do Território - Implantação da RR-15, no trecho Surumu – Normândia - Polamazônia (PIN) - Governo do Território	<u>2.100,0</u> 500,0 1.600,0 <u>4.600,0</u> 1.600,0 3.600,0	GOVERNO DO TERRITÓRIO GOVERNO DO TERRITÓRIO
Energia		

- Estudos para a Construção de Hidrelétrica Rio Cotingo	<u>12.000,0</u>	ELETRONORTE
- Polamazônia	2.000,0	
- Eletronorte	10.000,0	
Desenvolvimento Urbano		
- Implantação do P.D.U. de Caracaráí	<u>45.000,0</u>	SUDAM
- Polamazônia	30.000,0	
- Governo do Território	15.000,0	
- Esgoto sanitário de Boa Vista	<u>4.000,0</u>	DNOS
- Polamazônia (PIN)	2.000,0	
- Governo do Território	2.000,0	
- Drenagem pluvial, aterro de áreas alagadiças e controle de cheias em Boa Vista	<u>6.300,0</u>	DNOS
- Polamazônia	3.800,0	
- Governo do Território	2.500,0	
Indústria e Serviços		SUDAM
- Apoio à pequena e média empresa	<u>200,00</u>	
- Polamazônia	80,0	
- SUDAM/CEBRAE	120,0	
Saúde		
- Oncocercose no Brasil – Estudo clínico em relação com a intensidade de infestação	<u>40,0</u>	INST. EVANDRO CHAGAS
- Polamazônia	30,0	
- Fundação Oswaldo Cruz	10,0	

<u>RESUMO</u>		
<u>POLAMAZÔNIA</u>	<u>48.210,0</u>	
PIN	9.330,0	
PROTERRA	6.800,0	
FDAE	2.080,0	
FDPI	30.000,0	
<u>OUTRAS FONTES</u>	<u>37.881,0</u>	
TOTAL	<u>86.091,0</u>	

Fonte: (BRASIL, 1975, p. 100-101).

Anexo B
UMA ODE

Sexto Batalhão de Engenharia!
Tua missão principal é construção,
Ainda apoias as outras Armas na defesa
destas fronteiras da brasileira nação!

O ronco de teus tratores acordou os Atroarís,
em suas tabas curtindo ódio secular,
e levou-lhes a mensagem fraterna de esperança,
a corações também humanos, talvez capazes de inda amar!

Deslizando altaneiras no lavrado roraimense,
Ou rasgando a mata virgem ignota e hostil,
tuas maquinas escrevem epopeia grandiosa,
das mais nobres e sublimes da História do Brasil!

Pedro Teixeira, Lobo D'Almada, Rondon...
suas obras jamais serão esquecidas,
nossos heróis anônimos de agora,
a elas oferecem em holocausto suas vidas!

Batalhão pujante da Amazônia não mais promessa,
Nem enteada expectativa do País a progredir,
és própria seiva do progresso correndo em veias dela,
nervoso e decidido a antecipar o seu porvir!

Antegozamos a emoção que se avizinha,
de integrarmos este rincão sempre esquecido,
ao restante do país que tanto anseia,
unir a todos num abraço estremecido!

Fonte: (O PIUM. 20.01.1975, p.07).

Anexo C

Integração

Do Bandeirante, intrépido, audaz, destemido, ao brasileiro de nossos dias – o mesmo espírito desbravador, integrador, ungido a Benção Celestial do apego à terra e do amor a Pátria. Brasileiros de todos os rincões, atendendo chamado idealista de seus sentimentos patrióticos – e às vezes com risco da própria vida arrolando seus entes mais queridos, entre aqueles que vem para nunca mais voltar –ajudam a construir o hoje, o Brasil de Amanhã. Moderna Bandeira da Integração – o Trator – avançando na floresta virgem com a mesma bravura e tenacidade dos seus ancestrais, unindo o Brasil e os Brasileiros, acenando aos menos afortunados – ainda – com o porvir de uma nova era, mais feliz e mais fecunda. São riquezas que não compra o Ouro, são dádivas que sós os fortes, mais bravos e destemidos estão reservados: Integrar e Construir na Selva Amazônica (O PIUM, 20.10.1974, p. 01).

Anexo D

Imagens cedidas pelo 6º Batalhão de Engenharia e Construção – 6ºBEC

Figura 16 – Implantação da BR - 174



Fonte: Arquivo do 6º BEC.

Figura 17 – Implantação da BR - 174



Fonte: Arquivo do 6º BEC.

Figura 18 – O Trator Símbolo da Integração



Fonte: Arquivo do 6º BEC.

Figura 19 – implantação da BR - 174



Fonte: Arquivo do 6º BEC.